



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 146 SEXTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2015



BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
 Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
 Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
 Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
 Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
 Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedetto Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Morais (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

EXPEDIENTE

<p>Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p>Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 162^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 17 DE SETEMBRO DE 2015	007
1.1 – ABERTURA.....	007
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO Destinada a Homenagear Antonio Mariz, por ocasião dos 20 anos de seu falecimento, nos termo do Requerimento nº 969/2015, de autoria do Senador José Maranhão e outros Senadores.....	007
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
1.2.2 – Oradores	
Senador José Maranhão.....	007
Senador Raimundo Lira	010
Senador Cássio Cunha Lima.....	011
1.3 – ENCERRAMENTO.....	014
2 – ATA DA 163^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE SETEMBRO DE 2015	015
2.1 – ABERTURA.....	015
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	015
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	017
2.2.1.1 – Pareceres	
Nº 749/2015, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339/2015	017
Nº 751/2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Ofício nº S/29/2014 (conclui pela apresentação do Requerimento nº 1.077/2015)	023
Nº 752/2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Ofício nº S/39/2014 (conclui pela apresentação do Requerimento nº 1.078/2015)	028
Nº 753/2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Ofício nº S/40/2014 (conclui pela apresentação do Requerimento nº 1.079/2015)	033
Nº 754/2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Ofício nº S/42/2014 (conclui pela apresentação do Requerimento nº 1.080/2015)	038
Nº 755/2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Ofício nº S/32/2015 (conclui pela apresentação do Requerimento nº 1.081/2015)	043
Nº 756/2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Ofício nº S/47/2015 (conclui pela apresentação do Requerimento nº 1.082/2015)	047
Nº 757/2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Ofício nº S/11/2015	051
Nº 758/2015, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Ofício nº S/13/2015	055
2.2.1.2 – Arquivamento	
Arquivamento dos Ofícios nºs S/11 e 13/2015	059
2.2.1.3 – Requerimentos	
Nº 1.073/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 155/2013	059
Nº 1.074/2015, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, de desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 351/2013-Complementar, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 165/2015-Complementar.....	059
Nº 1.075/2015, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, de voto de aplauso e congratulações ao Governador do Estado de Sergipe, Jackson Barreto de Lima, e ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Conselheiro Carlos Pinna de Assis.....	060

2.2.1.4 – Término de prazos

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 214/2010, 502/2011, 249/2012 e 270/2014..... 062

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 33/2014 e 69/2015..... 062

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 120/2015..... 062

2.2.1.5 – Projetos de Lei do Senado

Nº 623/2015, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que *altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria, para determinar a divulgação mensal da identidade dos seus proprietários, os montantes possuídos e os valores dos juros a eles pagos* 063

Nº 624/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que *altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, a fim de estabelecer que os produtores rurais inadimplentes possam vir a se beneficiar da referida lei* 067

Nº 625/2015, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *altera o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador com deficiência necessitar adquirir veículo automotor próprio* 069

2.2.1.6 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 535/2015, na origem, que comunica a rejeição do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 67/2011 (nº 2.491/2007, na Câmara dos Deputados) e o envio à sanção da matéria aprovada a Câmara dos Deputados 075

Nº 533/2015, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 162/2007..... 076

Nº 524/2015, na origem, que comunica a aprovação parcial do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 75/2015 (nº 5.735/2013, na Câmara dos Deputados) e seu envio à sanção 077

2.2.1.7 – Comunicações

Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 687/2015 (**Ofício nº 245/2015**). Será feita a substituição solicitada 079

Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 690/2015 (**Ofício nº 246/2015**) 080

Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 691/2015 (**Ofício nº 247/2015**) 081

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de desligamento do Senador Paulo Bauer da Comissão de Serviços de Infraestrutura (**Ofício nº 176/2015**) 082

2.2.1.8 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 129/2015 (nº 275/2011, na Câmara dos Deputados), que *proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico* 083

Projeto de Lei da Câmara nº 130/2015 (nº 784/2011, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta § 3º ao art. 3º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 (fixa prazo para reconhecimento da situação de emergência)* 085

Projeto de Lei da Câmara nº 131/2015 (nº 5.207/2013, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, lei da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para incluir como direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet* 086

Projeto de Lei da Câmara nº 132/2015 (nº 7.230/2014, na Câmara dos Deputados), que *declara Dom Helder Câmara Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos* 088

Emenda da Câmara nº 5/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 521/2011 (nº 3.401/2012, naquela Casa), do Senador Eduardo Amorim, que *altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para incluir na composição do Sistema Nacional de Turismo os representantes dos Municípios pertencentes ao rol das Regiões Turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo* 089

2.2.2 – Oradores

SENADOR LASIER MARTINS – Defesa de profundos cortes nos gastos com a estrutura estatal para superação da crise fiscal existente no País..... 091

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Desaprovação da nova matriz econômica implantada pelo Governo Federal e defesa da reforma administrativa e de uma nova administração da dívida pública para enfrentar a crise por que passa o País..... 093

SENADORA SIMONE TEBET – Críticas ao Governo Federal pela redução da estimativa de gasto com subvenção agrícola no orçamento do ano vindouro.....	095
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Estranhamento com o voto do Ministro do STF Gilmar Mendes em julgamento de ADI sobre o financiamento empresarial de campanhas eleitorais.....	098
SENADOR JORGE VIANA – Indignação com a suspensão das obras de ponte sobre o Rio Madeira, no Acre; e outros assuntos.....	101
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Encaminha carta aberta às mulheres elaborada pela Deputada Maria do Rosário.	107
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item 2 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 104/2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marcelo Crivella, que <i>acrescenta um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Políticas Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Transcorrida a terceira sessão de discussão em primeiro turno.....</i>	110
2.3.2 – Item 3 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 83/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que <i>acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente. Transcorrida a terceira sessão de discussão em primeiro turno.....</i>	110
2.3.3 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 972/2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93/2015. Aprovado	111
2.3.4 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 973/2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142/2014. Aprovado	111
2.3.5 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 989/2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 258/2015. Aprovado	112
2.3.6 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 990/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, de oitiva da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei do Senado nº 204/2014. Aprovado	112
2.3.7 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 1.037/2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, de revisão do despacho aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 447/2015. Aprovado	112
2.3.8 – Apreciação de requerimento	
Nº 714/2015, de autoria do Senador Alvaro Dias. Aprovado	112
2.3.9 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 873/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, de apensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 447/2011 e 87/2010 e do Projeto de Lei da Câmara nº 30/2015. Aprovado	112
2.3.10 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 881/2015, de autoria do Senador Paulo Bauer, de tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 87/2010 e do Projeto de Lei da Câmara nº 30/2015. Aprovado	112
2.3.11 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 1.034/2015, de autoria do Senador Romário, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 438/2012 e 251/2014. Aprovado	112
2.3.12 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 1.051/2015, de autoria do Senador Romário, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nº 104/2015 e do Projeto de Lei do Senado nº 483/2011. Aprovado	113
2.3.13 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Decreto Legislativo nº 339/2015 (nº 163/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009. Aprovado. À promulgação.....</i>	113
2.3.14 – Item 11	
Projeto de Decreto Legislativo nº 210/2015 (nº 835/2013, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010. Aprovado. À promulgação</i>	116

2.3.15 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei de Conversão nº 12/2015 (proveniente da Medida Provisória nº 681/2015), que altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito.....	117
---	-----

2.3.16 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão do Projeto de Lei de Conversão nº 12/2015 (proveniente da Medida Provisória nº 681/2015) na Ordem do Dia da presente sessão	117
--	-----

2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA**2.4.1 – Apreciação de requerimentos**

Nº 1.062/2015, de autoria do Senador Lindbergh Farias. Aprovado , nos termos do Parecer nº 750/2015-CRE	125
---	-----

Nº 1.072/2015, de autoria do Senador Dario Berger. Aprovado	129
--	-----

2.4.2 – Oradores

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Apoio à Presidente Dilma Rousseff e defesa do ajuste fiscal anunciado pelo governo para superar a crise econômica do País.....	129
---	-----

SENADOR VALDIR RAUPP – Comentários sobre o bom desempenho da economia de Rondônia nos últimos anos; e outros assuntos.....	137
--	-----

2.4.3 – Leitura de requerimento

Nº 1.076/2015, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, em aditamento ao Requerimento nº 1.055/2015, de autorização para desempenho de missão parlamentar em 22 do corrente. Aprovado	143
--	-----

2.4.4 – Oradores (continuação)

SENADORA ROSE DE FREITAS – Considerações sobre reunião ocorrida hoje na CMO a fim de debater o plano de ajuste fiscal proposto pelo Governo.	144
---	-----

SENADOR JORGE VIANA – Satisfação com a decisão do STF de proibir o financiamento empresarial de campanhas eleitorais.....	150
---	-----

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Críticas aos improvisos da proposta orçamentária encaminhada pelo Governo ao Congresso.....	151
---	-----

2.5 – ENCERRAMENTO**3 – ATA****3.1 – CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

Ata da 2ª Reunião, realizada em 16 de setembro de 2015	156
--	-----

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	158
---	-----

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	161
---	-----

6 – LIDERANÇAS	162
-----------------------------	-----

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	164
--	-----

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	182
---	-----

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	192
--	-----

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	240
--------------------------------------	-----

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS	263
------------------------------------	-----

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	275
--------------------------------------	-----

Ata da 162ª Sessão, Especial, em 17 de setembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Raimundo Lira e José Maranhão.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 14 minutos encerra-se às 12 horas e 15 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear Antonio Mariz, por ocasião dos 20 anos de falecimento desse ilustre Parlamentar paraibano, nos termos do **Requerimento nº 969, de 2015**, do Senador José Maranhão e outros Senadores.

Convido o Senador José Maranhão para presidir esta sessão e estes trabalhos. (*Palmas.*)

O Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sessão especial do Senado Federal destinada a homenagear Antonio Mariz, por ocasião dos 20 anos de seu falecimento.

Estamos aqui numa situação singular, porque, como Autor da proposição, vou proferir um discurso, de modo que a Presidência vai voltar novamente ao comando do Senador paraibano Raimundo Lira.

Composição da Mesa: o Senador Raimundo Lira; o Sr. Ricardo Coutinho, representando o Governador do Estado da Paraíba; o Sr. Deputado Estadual da Paraíba Lindolfo Pires Neto, Secretário de Estado da Representação Institucional, convidado-o a integrar a Mesa. (*Palmas.*)

O Sr. Deputado Estadual da Paraíba Raniery Paulino, representando a Assembleia Legislativa do nosso Estado. (*Palmas.*)

A Srª Mabel Mariz, viúva do Sr. Antonio Mariz. (*Palmas.*)

Peço ao Senador Raimundo Lira para conduzi-la à mesa dos trabalhos.

Quero convidar ainda, para integrar a Mesa Diretora, o Deputado Federal Benjamin Maranhão, que se encontra presente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Devo registrar também o nome dos demais convidados.

Filhas de Antonio Mariz e Mabel: Srª Adriana Dantas Mariz e Srª Luciana Dantas Mariz. Familiares de Antonio Mariz: Srª Lis de Mariz Dantas Wehber, prima; Srª Luciana de Mariz Dantas, prima; Sr. Subprocurador-Geral da República Luciano Mariz Maia, primo; Sr. Luís Maurício Navarro, sobrinho; Sr. Brigadeiro do Ar Reformado Elahir Amaral da Nóbrega.

Convido o Subprocurador Luciano Maia para ocupar a mesa dos trabalhos. (*Pausa.*)

Neste momento, eu convido o Senador Raimundo Lira para presidir os trabalhos, já que eu tenho que pronunciar o discurso de homenagem a Antonio Mariz, da tribuna de honra do Senado. (*Pausa.*)

O Sr. José Maranhão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupado pelo Sr. Raimundo Lira.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores, 20 anos nos distanciam da morte de Antonio Marques da Silva Mariz, homem público, cuja trajetória foi marcada pela honradez, pela ética e pelo trabalho voltado aos mais carentes. Nascido em João Pessoa, no dia 5 de dezembro de 1937, Antonio Mariz, a exemplo de seus ascendentes, conservou profundos laços com a cidade de Sousa.

Antonio Mariz iniciou sua atuação política na época de estudante, na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, em que militou no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Estudou Ciências Políticas na Universidade de Nancy, na França, e foi Promotor de Justiça antes de se candidatar a Prefeito de Sousa, na Paraíba, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1963.

Disputou as eleições com os candidatos da UDN, Filinto da Costa Gadelha, representante do Grupo Gadelha, dominante no Município, e do PSD, o médico Laércio Pires. Durante a campanha, adotou um discurso inovador: defendeu a anotação na carteira de trabalho, então desconhecida na prática administrativa pública; o pagamento do salário mínimo aos trabalhadores; e a necessidade da reforma agrária na linha das reformas de base do Presidente João Goulart. Assumiu o compromisso público de prestar contas de todo o dinheiro que entrasse e saísse do cofre da Prefeitura, o que era uma profunda inovação, já que não existia a preocupação tão forte com a transparência da Administração Pública, como ocorre hoje em dia, muitas vezes, uma obrigação não observada por certos gestores públicos.

Foi eleito, inicialmente, com uma diferença de apenas dez votos. E os seus adversários pediram recontagem de votos. Então, na recontagem, essa diferença caiu para sete votos.

Após o golpe militar de 1964, Mariz foi acusado de subversão, em virtude de sua solidariedade a João Goulart, o que era um dever de fidelidade partidária, já que o Presidente João Goulart era o Presidente do Partido a que ele e eu também pertencíamos à época, quando o PTB era uma proposta social democrática. Foi afastado do cargo, preso e submetido a um inquérito policial militar, como todos nós que professávamos o compromisso com o nacionalismo e a defesa da soberania nacional. Perante o Grupamento de Engenharia de João Pessoa, permaneceu detido por pouco tempo, logo reassumindo a Prefeitura. A transparência foi a mais forte marca de sua gestão. Por meio da Rádio Difusora do Rio do Peixe, uma emissora local, todos os dias, prestava contas das despesas e receitas públicas – todos os dias!

Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 e o surgimento da Arena e do MDB – diga-se de passagem, partidos que foram criados pelo próprio governo do golpe de 1964 –, o caminho natural de Mariz seria este último, o MDB. No entanto, as contingências políticas do Estado o levaram a se filiar à Arena. Esta é uma história que os paraibanos conhecem e que Mariz, nessa decisão, foi tangido, foi forçado pelas circunstâncias da política local do Município de Sousa e de outros Municípios da Paraíba, e é algo que os paraibanos conhecem, que os paraibanos entenderam.

Encerrado o mandato como prefeito, Mariz foi nomeado Secretário de Educação do governo de João Agripino, 1969-1970. Sua gestão foi marcada pela interiorização do ensino superior, com a criação das faculdades de Patos, Cajazeiras e Guarabira, pela ampliação da rede estadual de ensino e pela implantação de um programa de bolsas de estudo para estudantes carentes.

Em 1970, Mariz se candidatou a Deputado Federal, ficando entre os mais votados com 59.434 votos, que, naquela época, representava um proporcional muito elevado do total dos eleitores da Paraíba, que ainda era muito baixo.

Voltou a ser eleito para a Câmara dos Deputados em 1974, 1978 e 1986. Como Deputado Federal, defendeu a restauração da ordem democrática e da liberdade política. Comprometido com a luta pelos direitos humanos, apoiou a CPI que investigaria a prática de torturas, o desaparecimento e o assassinato de presos políticos. Prestou solidariedade a jornalistas presos e condenou o fechamento de jornais.

Considerado um dos grandes juristas da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, saía sempre em defesa da democracia do Brasil, do Nordeste e da Paraíba. Desde seu primeiro mandato, Mariz fez parte do grupo de Parlamentares arenistas, que ficariam conhecidos na Câmara como o grupo renovador, pela postura rebelde em relação à Liderança do governo na Casa.

Como integrante desse grupo, Mariz discordou da indicação do General João Baptista Figueiredo à sucessão do Presidente Ernesto Geisel, apoiando a candidatura oposicionista do General Euler Bentes Monteiro. Também se pronunciou contra as reformas políticas propostas pelo Presidente do Congresso, em 1978, assinalando que a cada uma das liberdades aparentemente desenvolvidas correspondiam outras normas que, de certo modo, as neutralizavam. Os que foram contemporâneos dessa época sabem perfeitamente que tudo não passava de uma farsa com a qual homens da têmpera de Mariz não poderiam jamais concordar.

Votou a favor da emenda que extinguia o Senador indireto, mais conhecido como biônico, recusada pelo Congresso.

Em 1978, quando os governadores foram eleitos indiretamente, dando início ao processo de abertura política, Mariz desafiou os generais e disputou a convenção da Arena com o então Secretário de Educação da Paraíba, Tarcísio de Miranda Burity, o escolhido dos militares. Contava com suporte popular e de tradicionais forças políticas do Estado. Como escreveu o historiador José Octávio de Arruda Mello: "estabeleceu-se a luta da sociedade contra o Estado, que não pouparon esforços para vencer". O resultado da conversão arenista registrou

152 votos em favor de Buriti e 124 em favor de Mariz, além de 28 votos nulos e em branco, em um universo de 286 convencionais.

Nas eleições realizadas naquele mesmo ano, para Deputado Federal e Senador, Antonio Mariz traçou o seu caminho na oposição. O Senador Humberto Lucena, do MDB, eleito com o apoio de Mariz, que liderou uma dissidência na Arena, apoiado por João Agripino, sinalizava que seria ele o candidato das oposições a governador nas eleições diretas de 1982.

Em 1980, logo após a volta do pluripartidarismo, ao lado do Senador Tancredo Neves, do Deputado Thales Ramalho e de outros líderes de expressão nacional, Mariz participou da fundação do Partido Popular (PP), que foi incorporado ao PMDB em fevereiro de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Caríssimo Senador José Maranhão, peço um minuto de interrupção para convidar para esta Mesa o Senador Cássio Cunha Lima, um dos componentes do PMDB de Antonio Mariz.

Quero também destacar aqui a presença dos Deputados Federais paraibanos Veneziano Vital do Rêgo, Manoel Junior, Hugo Motta e também do Deputado José Nunes. (*Palmas.*)

Quero destacar, também, a presença da senhora Beatriz Mariz Dantas, prima legítima do homenageado, Antonio Mariz.

Senador José Maranhão, com a palavra.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fazendo minhas as palavras do Presidente, eu quero registrar, também, a presença ilustre dos Parlamentares que acabam de chegar a esta seção e dizer que todos os paraibanos, neste momento, estão movidos pelo mesmo sentimento de reconhecimento à memória de Antonio Mariz e, ao mesmo tempo, solidários a essa homenagem que os paraibanos lhe prestam.

Foi pelo PMDB que, no mesmo ano, Mariz disputou o governo da Paraíba. Perdeu a eleição para o Wilson Braga, do PDS. A derrota de Mariz não foi isolada: naquele ano, o PMDB perdeu as eleições para o governo em todos os Estados do Nordeste, mesmo onde o candidato do partido era considerado favorito até o dia da eleição.

Mariz concluiu o seu mandato de Deputado Federal em janeiro de 1983. Foi convidado, então, pelo Governador Franco Montoro para assumir a chefia do escritório do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp) no Rio de Janeiro. Em seguida, foi indicado pelo Presidente Tancredo Neves, já na montagem da nova equipe de governo, para a Diretoria de Desenvolvimento Urbano do Banco Nacional de Habitação, cargo que assumiu em 1985.

Em 1986, Antonio Mariz foi eleito mais uma vez para Câmara dos Deputados, com a maior votação entre todos os candidatos a Deputado Federal do Estado: 106,5 mil votos. De volta para Brasília, participou da Assembleia Nacional Constituinte, tendo sido Presidente da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Pelas suas posições, foi apontado como Constituinte nota dez – nota máxima atribuída aos Constituintes que votaram a favor dos interesses do povo brasileiro pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Na elaboração da nova Constituição, Mariz votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com os países com política de discriminação racial, da limitação do direito de propriedade privada, do mandado de segurança coletivo, da remuneração 50% superior para o trabalho extra, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical, da soberania popular, do voto aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da desapropriação da propriedade improdutiva e da descriminação do aborto. Votou contra a pena de morte, a pluralidade sindical, o presidencialismo e o mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney.

Em 1990, Mariz candidatou-se à única vaga ao Senado, em uma eleição na qual o candidato do PMDB ao governo da Paraíba foi Ronaldo Cunha Lima. Mariz e Ronaldo foram eleitos, aquele por uma maioria superior a 200 mil votos.

O maior desafio de Mariz como Senador foi relatar o processo de *impeachment* do Presidente da República na Comissão Especial do Senado Federal, em 1992. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sydney Sanches, a quem caberia presidir o julgamento no Senado, propôs um rito que não previa limite de tempo para a fase de instrução criminal, em que são apresentadas provas e testemunhas pela defesa e pela acusação. Dessa forma, era impossível prever quanto tempo levaria. Mariz, no entanto, sugeriu a mudança desse rito, estabelecendo prazo para a duração do processo, o que permitiu que fosse concluído em 28 de dezembro de 1992.

Durante o processo, Mariz atuou com serenidade e respeito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. O parecer apresentado por ele foi aprovado quase por unanimidade na Comissão. Foram 76 votos a favor e apenas 3 contra.

Logo após a conclusão do processo, Mariz sentiu os primeiros sintomas do câncer que o vitimaria mais tarde.

Em 1994, Mariz foi eleito Governador da Paraíba pelo PMDB, derrotando, no segundo turno, a candidata do PDT, Lúcia Braga. Ronaldo Cunha Lima e Humberto Lucena, candidatos ao Senado na mesma chapa, também saíram vitoriosos. Já na campanha, o estado de saúde de Mariz veio se agravando, e ele governou por pouco tempo. Faleceu no dia 16 de setembro de 1995, na Granja Santana, residência oficial do Governo do Estado.

Mesmo que em um período muito curto, imprimiu a sua marca de governar. Já no discurso de posse, deixou clara a opção preferencial pelos pobres. Para definir a sua gestão, criou o *slogan* Governo da Solidariedade. Estabeleceu como prioridades a otimização da rede pública de saúde e a elaboração de um arrojado plano de governo que inovava a administração pública na área da educação além da instalação de bibliotecas por todo o Estado; também priorizou os salários dos servidores públicos e centrou grande preocupação na geração de emprego e renda, por meio do fortalecimento do Projeto Meio de Vida.

Defendeu um projeto de transposição e irrigação que foi implementado pelo meu Governo, que se seguiu ao dele, conhecido na Paraíba como o Canal da Redenção, utilizando as águas do Açude Coremas/Mãe D'água, para irrigação de uma área de cerca de 5 mil hectares de terras férteis no Município de Souza.

Esse projeto foi, sem dúvida, muito arrojado. Importou no investimento de mais de R\$250 milhões, que contou, naturalmente, com a cooperação do Governo da União, mas era um passo decisivo que a Paraíba dava para tornar economicamente útil a água do Açude Coremas/Mãe D'água, construído há 70 anos, mas que nunca, até então, passara de um espelho d'água para ornar as terras áridas do sertão. Esse canal de transposição foi a primeira experiência de transposição no Estado da Paraíba. E, sem dúvida nenhuma, é um projeto redentor para a população do Alto Sertão.

Dentre os trabalhos publicados por Antonio Mariz, se destacam *Autonomia Municipal* e também *Aposentadoria dos Trabalhadores Rurais*, ambos em 1971. Outra publicação, outro trabalho de Mariz: *Uma Política Brasileira de Proteção aos Direitos Humanos*, em 1973; *Nordeste*, em 1977; *Sistema Político Brasileiro*, em 1978; e *Constituinte - Compromisso Democrático*, em 1988.

O exemplo de Mariz se reveste da maior importância nos dias atuais, notadamente em face da grave crise que vivenciamos. Que a vida de retidão, de honradez, de ética, de valorização e respeito à coisa pública fique como legado para esta e as futuras gerações.

Era o que eu tinha a dizer a respeito do homenageado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Quero aproveitar a oportunidade para registrar aqui a presença do ex-Deputado Inaldo Leitão.

Passo a Presidência ao Senador José Maranhão.

O Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Raimundo Lira, que falará em nome da Liderança do PMDB.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão especial, Senador José Maranhão; Sr. Senador Cássio Cunha Lima; Srª Mabel Mariz e familiares do homenageado, Antonio Mariz; Srs. Deputados Federais da Bancada da Paraíba: Benjamin Maranhão, Veneziano Vital do Rêgo, Manoel Junior e Hugo Motta; demais membros da Mesa Diretora; meus senhores e minhas senhoras; na passagem dos 20 anos do falecimento do paraibano Antonio Mariz, eu não poderia deixar de participar das homenagens que hoje o Senado Federal e a Paraíba têm de render àquele que foi uma das grandes figuras públicas de nossa história recente.

Antonio Mariz foi um homem íntegro e coerente. Mesmo durante algum dos maiores desafios institucionais que o nosso País enfrentou, o Prefeito, o Secretário de Estado, o Deputado Federal, o Constituinte, o Senador, o Governador Mariz não deixou de estampar, sempre que necessário, a coragem, a dignidade e a solidariedade humana que lhe eram inerentes.

Seu currículo acadêmico e político era invejável. Foi respeitado jurista, hábil negociador e grande humanista. Do interior da Paraíba até o Congresso Nacional, a carreira de Antonio Mariz sempre foi pautada pelo conhecimento da função coletiva do poder político, do respeito aos brasileiros e, sobretudo, pela visão de futuro.

Mariz, Sr. Presidente, soube apontar as incoerências e as fragilidades do regime militar. Mesmo filiado ao partido governista, não se absteve de contrariar orientações partidárias, tampouco deixou de dar voz aos brasileiros e demandar soluções aos históricos problemas da Paraíba.

A sua ideologia política estava além do bipartidarismo, era o respeito ao povo, somente ao povo. Foi assim quando era Prefeito de Sousa, divulgando à população da cidade os novos direitos trabalhistas e conferindo transparência à Administração. Foi assim quando era Secretário de Educação da Paraíba, ampliando a rede

estadual de ensino básico e universitário. Foi assim, Sr. Presidente, quando esteve na Assembleia Constituinte, considerado um dos Parlamentares mais comprometidos com os anseios dos brasileiros.

Na Constituinte – aliás, como já falou o Senador José Maranhão –, chegou a receber o título de Constituinte nota dez, conferido pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Foi um reconhecimento de sua atuação em favor do cidadão e do trabalhador brasileiro. E aqui, Senador Maranhão, Senador Cássio, Constituintes, eu gostaria de rememorar o nosso inesquecível Senador Humberto Lucena, que chamava Mariz de Deputado nota dez, carinhosamente. (*Palmas.*)

Ele apoiou o tratamento constitucional de inúmeros direitos trabalhistas, como a jornada de trabalho de 40 horas semanais e o aviso prévio, e também defendeu diversos outros direitos sociais e fundamentais, tolhidos durante o regime militar.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que foi essa centralidade da preocupação com o povo que lhe custou o governo do meu Estado em 1978. Sua honestidade e compromisso com a sociedade não foram aceitos pela cúpula militar e política da Paraíba naquela época. Foi somente em 1994 que a democracia veio a corrigir esse desvio da história, garantindo sua aguardada vitória eleitoral com 16 anos de atraso.

Sr. Presidente, a doença ceifou-lhe a vida quando ainda se encontrava na juventude de atuação política. Apesar dos 32 anos de atividade político-partidária, tinha apenas 57 anos de idade. Antonio Mariz ainda tinha muito a contribuir e a ensinar para a Paraíba e para o nosso País.

Como salientou em seu discurso de posse no governo da Paraíba, um de seus últimos pronunciamentos, ele queria – abro aspas – “um governo voltado, antes de tudo, para a solidariedade que faz da dor de cada um a dor de todos e da alegria de todos a alegria de cada um. A solidariedade tem como primeira e absoluta prioridade o resgate da cidadania. E esse resgate começa pela eliminação da pobreza extrema” – fecho aspas.

Senhoras e Senhores, como seu conterrâneo e contemporâneo, eu não poderia deixar de mencionar que minha vida política se associa à de Antonio Mariz. Eu ingressei no PMDB de Antonio Mariz, de Humberto Lucena, de José Maranhão, de Ronaldo Cunha Lima, de Cássio Cunha Lima, de Raymundo Asfóra, em 1986. Compartilhamos o desejo de mais democracia e mais transparência na vida pública. Fomos todos parceiros na campanha de 1986, a mais memorável da redemocratização do nosso País, quando elegemos para governar a Paraíba a dupla Tarcísio Buriti e Raymundo Asfóra.

Eu tive a satisfação de trabalhar em sua companhia nesta Casa, de 1991 a 1994. E, aqui, fazendo um pequeno adendo, quero rememorar que a sua filha Adriana trabalhava comigo na Comissão de Assuntos Econômicos. Quando Mariz chegou aqui ao Senado, falou comigo para que Adriana fosse para o seu gabinete, e, apesar de, naquele momento, Maranhão, nós estarmos em campos opostos da política, eu fiz um apelo a Mariz para que a Adriana continuasse comigo na Comissão de Assuntos Econômicos, o que foi aceito por ele.

Sempre buscamos entendimentos para superação dos desafios da Paraíba e do Brasil. Felicitei-o pela eleição para o governo do meu Estado.

Sou testemunha de sua simplicidade, de seu rigor ético e de sua moral. Mariz deixou uma preciosa herança de compromisso com a vida pública que, mesmo 20 anos após o seu falecimento, permanece ativa.

Ao incrível político, administrador e jurista Antonio Mariz, minha profunda reverência, a reverência de alguém que aprendeu a admirá-lo como amigo e como exemplo de competência nos inúmeros cargos que ocupou.

Sua biografia será para sempre um exemplo a ser trilhado pelas futuras gerações de paraibanos que queiram seguir o seu nobre legado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antes de anunciar o próximo orador, eu convido os Deputados Federais da Bancada da Paraíba, que já se encontram presentes. Hugo Motta e Veneziano Vital do Rêgo para integrarem esta Mesa de honra.

Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima, que falará em nome da Liderança do PSDB.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão e Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deste Senado, Senador José Maranhão, e Senador Raimundo Lira, meus cumprimentos; a minha saudação ao Deputado Federal Benjamin Maranhão, ao Deputado Hugo Motta e ao Deputado Veneziano Vital do Rêgo – o Deputado Manoel Junior aqui esteve, mas precisou se ausentar. Trago também a justificativa do Deputado Pedro Cunha Lima, que se encontra participando de um seminário do PSDB sobre economia – “Caminhos para o Brasil” –, com a participação de Gustavo Franco, Armínio Fraga e outros economistas de renome, o que foi, inclusive, a razão da minha chegada com um pouco de atraso, porque eu lá estava também. Meus cumprimentos ao Deputado Raniery Paulino e ao Subprocurador da República, meu amigo Luciano Mariz Maia; a minha saudação

ao Deputado Lindolfo Pires, que aqui representa o Governador Ricardo Coutinho, e, de forma muito fraterna, a minha saudação à Mabel, à Adriana e à Luciana – fazia algum tempo que não nos víamos –, e a todos os familiares e amigos de Antonio Mariz que aqui comparecem neste instante em que falo, Sr. Presidente, com muita alegria, pela Liderança do PSDB, mas falo também pela memória do meu pai, Ronaldo Cunha Lima, que, se vivo estivesse, com absoluta certeza estaria aqui para talvez fazer um pronunciamento, como todos nós conhecíamos, marcado pela emoção, pelo sentimento d’alma e pelas relações fraternas que foram construídas com Antonio Mariz ao longo dessa trajetória.

Hoje é um dia de saudades, um dia de lembranças.

Eu também tinha uma peça escrita, mas, como os pronunciamentos do Senador Raimundo Lira e do Senador José Maranhão foram quase que completos na lembrança da trajetória do currículo de Mariz, porque é impossível ser pleno e completo ao descrever a vida de Mariz, vou optar por uma fala mais solta, mais improvisada, que eu acho que vai contribuir também para esta sessão.

Eu conheci Mariz pelos idos de 1981. Era um período em que ainda morava no Rio de Janeiro, e meu pai ainda enfrentava o período da cassação imposta pelo regime militar. Desde cedo, eu sempre participei de movimento estudantil, sempre tive interesse pela política, e Mariz já era, para mim, uma referência mítica, apesar da pouca idade.

Ele era a voz que, mesmo participando de um partido que dava sustentação à ditadura, abriu uma dissidência que foi fundamental para o processo de abertura democrática em que o País vivia. Então, Mariz era, desde cedo, Inaldo, uma referência de coragem, firmeza, altivez, ética, por ser um dos pioneiros, por ter uma postura progressista, de vanguarda, na luta pela redemocratização do nosso País.

Eu me lembro bem do dia em que, pela primeira vez, estive face a face com Antonio Mariz. Foi na casa da minha avó Nenzinha, por isso o dia hoje é de lembranças e saudades; vou tentar aqui, de alguma forma, conter as emoções. A primeira coisa, Adriana, Luciana, Mabel – Mabel não terá ciúmes –, que me impressionou foi a tonalidade dos olhos de Mariz. Marcou-me muito a forma sempre muito serena, firme, dos olhos claros com que me deparava. Eu tinha, àquela altura, pouco mais de 19 anos, 20 anos, e foi um encontro que me marcou profundamente.

Já havia uma discussão na política da Paraíba sobre se, após a anistia, em 1982, disputaria o Governo do Estado Antonio Mariz – como de fato ocorreu – ou o meu pai, Ronaldo, que também pretendia disputar o Governo naquele instante. Quanto aos partidos, enfim, tivemos a fusão do PP naquela época e decidimos todos marchar com a candidatura de Mariz.

Se olhássemos hoje, Deputado Wilson Filho – quero saudá-lo neste instante –, talvez, pelas regras eleitorais impostas pela ditadura, Mariz representaria quase um anticandidato, porque as regras da campanha de 1982 tornavam impossível alguém ganhar a eleição dentro daquela estrutura que foi montada. Ao ponto, lembro-me bem – vejam se é possível isso –, de, em uma cidade, como foi o caso de Aguiar, em 1982, Mariz ter tido zero voto. Isso é inconcebível, porque todos os votos que ele obtinha e que não eram casados com os candidatos a prefeito, a vereador e a Deputado Estadual – porque era o tal do voto vinculado – eram anulados. É claro que Mariz foi votado em todas as cidades da Paraíba, mas a regra do processo eleitoral era de tal forma draconiana, casuística, que os votos eram simplesmente anulados.

E Mariz continuou a sua resistência, a sua luta, até que, em 1986, nosso destino se cruzou de forma mais próxima ainda, quando ele, candidato a Deputado Federal Constituinte – o mais votado do Estado, com todos os méritos, e não poderia ser diferente – e eu, muito jovem, aos 22, 23 anos, também candidato a Deputado Federal graças à iniciativa de Raimundo Asfora, que me lançou como candidato... E aí faço também uma referência à memória de Asfora, com a chapa de Buriti para o Governo do Estado, Raimundo Lira, para Senador, ao lado do nosso querido Humberto Lucena, que é outra lembrança que está viva neste instante.

E aí, ao chegar aqui, do outro lado deste complexo legislativo, à Câmara, procurei, dada a amizade que Mariz sempre teve com o meu pai, ter ali de Mariz alguns conselhos, algumas orientações. Mas eu era um jovem um tanto quanto irrequieto, insubordinado e nem sempre seguia as orientações de Mariz, que, certa vez, me disse: “Cássio, você é muito novo, você vai ter que aprender”. Estábamos disputando, Luciano, uma indicação de comissões, e a Bancada majoritariamente tinha votado na indicação do saudoso Luiz Henrique – é mais uma saudade a ser lembrada do Senador Luiz Henrique, falecido recentemente – para líder na Câmara e depois na Constituinte. E eu tinha feito uma dissidência, votando em Mário Covas, também de saudosa memória. Fui vencido na Bancada, apesar de Covas ter sido o escolhido. Aí Mariz disse: “Cássio, você é muito jovem, você tem que aprender que aqui quem perde indicação de líder não tem direito sequer de escolher comissão”. E ele ia tentando me trazer essa orientação pragmática.

Muitas vezes eu sentava ao lado de Mariz no plenário da Constituinte para ter a sua orientação, porque a orientação dele – e não foi à toa que recebeu o título, já registrado aqui, de Constituinte nota 10 – tinha, pri-

meiro, uma coerência política muito clara, porque, naquele instante, é bom lembrar, o Plenário da Assembleia Nacional Constituinte se dividia basicamente entre o Centrão e o MUP, que era o Movimento de Unidade Progressista, do qual participava Antonio Mariz e eu também, na esteira dele.

Tivemos, então, uma convivência muito intensa nesse período da Constituinte e também, em 1990, com a candidatura do poeta, meu pai, ao Governo do Estado, tendo como seu companheiro de chapa Antonio Mariz para o Senado. E tivemos a alegria de ver a vitória dos dois. Mas, assim como havia acontecido em 82, em 90, houve uma discussão natural da política sobre qual seria a indicação do partido ou da coligação para a candidatura ao Governo do Estado.

Aqui, ao lado de Hugo Motta, tenho outra memória nesta sessão de lembranças e saudades de Edivaldo Motta, que foi Constituinte conosco, com Lira, com José Maranhão – Edivaldo, aquela presença sempre espiritosa, descontraída, irreverente, extremamente irreverente. Certa feita, Edivaldo, passando por Campina Grande, lançou a candidatura do meu pai ao Governo do Estado e, de Campina Grande, seguiu para Sousa. Chegando lá, lançou a candidatura de Mariz ao Governo do Estado. Quando voltou para Campina, meu pai disse: "Edivaldo, que história é essa? Você, aqui, em Campina, lança meu nome para o Governo do Estado; em Sousa, lança o nome de Mariz." E Edivaldo, com aquela irreverência habitual, disse: "Ronaldo, tu não me conheces, tu não sabes que indo, sou um, voltando, sou outro?"

Então, ele levava essas coisas com muita descontração. Até que tivemos a eleição de Ronaldo e de Mariz naquela memorável campanha de 1990, que permitiu uma série de transformações que a Paraíba experimentou.

Chegamos, então, ao ano de 94, com a candidatura de Mariz ao Governo do Estado com a chapa de Humberto e de Mariz para o Senado. Eu, mais uma vez, estava disputando o mandato para Deputado Federal, e Maranhão, a essa altura, já disputava a Vice com Mariz – Maranhão, que tinha uma eleição para Deputado Federal sempre muito arrumada, digamos assim, foi convidado para ser o companheiro de chapa de Mariz, e foi uma eleição que começou muito difícil, como, de resto, costumam ser as eleições paraibanas –, quando Mariz, generosamente, me convida para, também, participar do núcleo central da campanha. Estávamos na reta final da eleição. Terminei deixando um pouco da campanha de Deputado propriamente dita, porque minha campanha estava bem encaminhada, e conseguimos uma vitória que foi importantíssima para a Paraíba e que teve desdobramentos que todos conhecemos na política do Estado e que nos permite, hoje, com muita alegria, estar reunidos em torno da figura e da memória de Antonio Mariz.

Então, Mariz tem características que são muito marcantes na sua trajetória. Aqui já foi dito da ética, desse sentimento de solidariedade, da firmeza nas posições políticas, muitas vezes, não entendam a expressão como pejorativa, da intransigência na defesa daquilo em que acreditava, e isso é próprio dos grandes homens públicos.

Dentre várias conversas que tive com Antonio Mariz, recordo-me de que, por duas ou três vezes, ele, já na fase da campanha de 94, e, depois da vitória, falava sempre – Mabel talvez se recorde disso – do desejo que ele tinha de um programa destinado para superdotados.

Ele sempre tinha uma preocupação – era uma coisa curiosa – de pegar os nossos melhores talentos e oferecer-lhes uma educação diferenciada, além da preocupação sempre presente pelos que mais precisavam, pelos mais pobres nessa marca de solidariedade que veio a ser inclusive o *slogan* do seu governo. Ele sempre manifestava esse preocupação, e, por três, quatro vezes conversamos sobre isso.

Mesmo não tendo ficado notabilizado como, digamos, o autor ou o mentor dos programas de renda mínima, há muito tempo, antes mesmo de se implantarem os programas de renda mínima no Brasil, eu vi Antonio Mariz defendendo a criação e a implantação de programas de renda mínima.

Era um homem que sempre foi à frente do seu tempo, com coragem, e que sempre teve firmeza para atitudes até mesmo polêmicas, como foi – não pode deixar de ser lembrada aqui – a retirada do piso do Palácio da Redenção com a suástica. Logo que assumiu o governo, determinou a retirada do piso com a suástica daquela entrada aos fundos do Palácio da Redenção. Ponderações foram feitas, mas ele tinha uma decisão firme nesse sentido e cumpriu o seu objetivo, o seu desiderato, o que caracteriza bem essa personalidade forte, marcante, alta, determinada, corajosa, competente, ética, honesta, decente, vibrante que sempre foi Antonio Mariz.

Portanto, é uma honra, Mabel, Adriana, Luciana, todos os familiares, estar aqui falando em nome da Liderança do PSDB, mas falando naturalmente em meu nome pessoal e também reafirmando a amizade e o respeito que o meu pai sempre teve. Mesmo com divergências pontuais, que são absolutamente naturais na política, caminharam sempre juntos, de forma leal, de forma verdadeira, de forma companheira, amiga, fraterna. E é um privilégio poder estar aqui saudando a memória desse grande paraibano, desse homem extraordinário que foi Antonio Mariz, como também foi Humberto Lucena.

Nesse dia de saudades e lembranças, despeço-me desta tribuna, lembrando aquela campanha tão bonita que fizemos em 1994, em que se dizia: No dia três, vote nos três. Quem se lembra disso? E concluímos dizendo: A Paraíba é quem diz: Ronaldo, Humberto e Mariz. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 15 minutos.)

Ata da 163ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 17 de setembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana, Elmano Férrer, Lasier Martins e Valdir Raupp.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 18 horas e 24 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO



Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

163ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 17/09/2015 07:00:00 até 17/09/2015 20:35:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTB	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PSD	DF	Hélio José	X
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X
-	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffe	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Morais	X

Compareceram 70 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Quero, antes de mais nada, cumprimentar a todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado.

E gostaria de fazer um registro, porque temos visitas ilustres hoje aqui no plenário do Senado. Sejam bem-vindos! É a turma do Colégio Sagrado Coração de Maria, aqui de Brasília. Bem-vindos, sintam-se em casa! Façam uma boa visita, conhecendo o Senado Federal! É um prazer recebê-los aqui. Bem-vindos os professores também e todos da escola!

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a Mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 749 , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2015 (nº 163/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.*

Relator: Senador **TASSO JEREISSATI**

Relator “ad hoc”: Senador **RICARDO FERRAÇO**

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, a Chefe do Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 251, de 8 de julho de 2015, submete ao Congresso Nacional o texto revisto, em português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul

(MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008, e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.

O texto revisto do Acordo foi inicialmente apreciado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprovou a Mensagem Presidencial e a transformou no projeto de decreto legislativo em apreciação. Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída, em seguida, para as comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa. O projeto de decreto legislativo derivado da Mensagem nº 251, que veio acompanhada de Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores datada de 26 de março do corrente ano, foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 27 de agosto de 2015, tendo dado entrada no Senado Federal no mesmo dia.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial (EMI nº 129/2015 MRE), embora tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro de 2010, por meio do Decreto Legislativo nº 807, o referido ato internacional não foi ratificado por terem sido identificados erros de tradução na versão em português. À luz da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, as Partes Signatárias do Acordo concordaram quanto à formulação de uma Ata de Retificação. Essa Ata, não tendo sido objeto de ressalvas pelos sócios do Mercosul, foi aprovada pelo Conselho de Ministros da SACU, em abril de 2013. Em julho seguinte a Ata de Retificação foi registrada e autenticada pela Secretaria Administrativa do Mercosul, depositária provisória do Acordo. A Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores solicita a simples republicação do referido Acordo pelo Congresso Nacional, com fundamento no inciso III do art. 325 do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 199 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

II – ANÁLISE

Cuida-se aqui, sucintamente, da revisão de um Acordo de Comércio Preferencial (ACP) que, firmado em inglês, passou por tradução para o português onde foram, posteriormente, identificados vários erros. Segundo o Artigo 41 do Acordo, “em caso de dúvida ou divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá”. A Exposição de Motivos alerta que a correção do texto não resultará em mudanças nas preferências comerciais ou nas demais obrigações assumidas, mas evitará eventuais problemas de implementação, decorrentes das falhas de tradução já identificadas. Ademais, em matéria de acordos internacionais, há precedente para esse procedimento, como por exemplo na republicação do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.

É relevante destacar, entretanto, alguns aspectos que merecem no mínimo uma reflexão: como é possível que um problema de tradução não tenha sido detectado pelas instâncias envolvidas anteriormente à aprovação do Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional? Por outra face, por que a tramitação de um acordo supostamente vantajoso para o país, atrasou tanto, de 2009 a 2015, sem que os setores empresariais envolvidos buscassem acelerar sua aprovação? Isso nos remete à dúvida sobre os reais benefícios a serem alcançados, dada a inércia das partes.

Neste misto de falhas burocráticas e desinteresse empresarial, deu-se o encaminhamento do presente acordo, que diga-se de passagem, trata-se de um acordo de preferência e não de livre comércio, o que seria muito mais interessante. Nesta modalidade, o que temos é uma limitação de benefícios a determinados bens, enquanto poderíamos ter envidados esforços para uma negociação muito mais ambiciosa.

Lamento concluir que, nesse específico processo, observamos as mesmas carências e falhas que observamos na condução da economia e da política externa observados nos últimos anos.

Por outro lado, custa-me crer que as condições do mercado e a conjuntura internacional de hoje não sejam diferentes daquelas que motivaram originalmente a celebração do presente acordo. Se eram propícias naquele momento, imagino quantas oportunidades o Brasil teria perdido, ao longo de tanto tempo, aguardando a sua entrada em vigor.

Mesmo assim, em boa hora nos alerta o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, sobre a ainda vantajosa posição brasileira, o que justificaria a urgência da aprovação do Decreto. Informa que o Brasil se beneficiará consideravelmente da sua entrada em vigência, informando que, em 2014, as exportações brasileiras para a região somaram US\$ 1,256 bilhão, das quais mais de 80% são de bens industrializados.

Conforme aponta o parecer aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, o Governo brasileiro, em linha com os objetivos do Plano Nacional de Exportações, “tem a intenção de negociar o aprofundamento do acordo, objetivo que somente poderá ser alcançado após a devida internalização do presente instrumento.”

Cabe lembrar, ademais, que o Brasil é o único país signatário do ato internacional em pauta que ainda não o ratificou.

Segundo a Exposição de Motivos:

A opção pela republicação evitaria que o Brasil ficasse em posição de causar atraso adicional à entrada em vigor do Acordo e à sua implementação. O procedimento da republicação permitiria, ainda, que as preferências negociadas pudessem ser mais rapidamente aproveitadas pelos setores exportadores, de forma a aumentar as oportunidades comerciais entre o Brasil e o bloco sul-africano.

Destarte, mesmo considerando inconcebível que um Acordo Internacional firmado inicialmente em 2009, tenha sido conduzido de maneira tão desastrada, de modo que somente agora em 2015 tenha sido concluída sua tramitação, cedemos à fundamentada argumentação do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Afinal, o país não pode pagar pelos erros de sua burocracia.

Que tenhamos aprendido a lição e torçamos para que este instrumento, apesar das falhas e atropelos, ainda produza o benefício almejado.

III – VOTO

Com base no exposto, voto pela aprovação do texto revisto do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Aduaneira da África Austral, integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2015.

Sala da Comissão, 17 de setembro de 2015

Senador LASIER MARTINS, Presidente em exercício

Senador RICARDO FERRAÇO, Relator “ad hoc”



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 33ª Reunião, Ordinária, da CRE

Data: 17 de setembro de 2015 (quinta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lindbergh Farias (PT)	2. Telmário Mota (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Lasier Martins (PDT)	4. Humberto Costa (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Edison Lobão (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Ronaldo Caiado (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. José Serra (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	4. Antonio Anastasia (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. João Capiberibe (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Magno Malta (PR)	2. Wellington Fagundes (PR)

SENADO FEDERAL

PARECER N° 751, DE 2015

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Ofício “S” nº 29, de 2014 (nº 225/2014, na origem), da Câmara dos Deputados, que *encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, “que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV Tocantins Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.”*

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

RELATOR AD HOC: Senador **OMAR AZIZ**

I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício “S” nº 29, de 2014 (OFC nº 225, de 2014, na origem), a Câmara dos Deputados encaminha ao Senado Federal a Mensagem nº 219, de 2014, que comunica ter sido autorizada pelo Poder Executivo, conforme Despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *TV Tocantins Ltda.*, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Anápolis, Estado de Goiás.

A alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em

cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal, e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

O processado está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações acionárias, além da Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios “S” datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobreposta até

que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida pela Comissão.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo **encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações** a seguir, e pelo sobremento da tramitação do Ofício “S” nº 29, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO Nº 1077 , DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Oficio “S” nº 29, de 2014:

I - data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;

II - data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão;

III - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão, 15/09/2015

Senador HÉLIO JOSÉ, Vice-Presidente no exercício da Presidência

Senador OMAR AZIZ, Relator Ad Hoc



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCT, 15/09/2015 às 09h - 35ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE	1. ZEZE PERRELLA
LASIER MARTINS	2. JORGE VIANA
WALTER PINHEIRO	3. DELCÍDIO DO AMARAL
ANGELA PORTELA	4. TELMÁRIO MOTA
IVO CASSOL	5. GLADSON CAMELI

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
VALDIR RAUPP	1. SANDRA BRAGA
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. EDISON LOBÃO
SÉRGIO PETECÃO	3. VAGO
OMAR AZIZ	4. ROSE DE FREITAS
HÉLIO JOSÉ	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
DAVI ALCOLUMBRE	1. JOSÉ AGRIPINO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. VAGO
FLEXA RIBEIRO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS	1. FERNANDO BEZERRA COELHO
RANDOLFE RODRIGUES	2. ROBERTO ROCHA

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCELO CRIVELLA	1. EDUARDO AMORIM
VICENTINHO ALVES	2. VAGO

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 752, DE 2015

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Ofício “S” nº 39, de 2014 (nº 235/2014, na origem), da Câmara dos Deputados, que *encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2014, de que trata o PDC nº 2.007/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Novo Interior Comunicações Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo.*

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

RELATOR AD HOC: Senador **OMAR AZIZ**

I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício “S” nº 39, de 2014 (OFC nº 235, de 2014, na origem), a Câmara dos Deputados encaminha ao Senado Federal a Mensagem nº 256, de 2014, que comunica ter sido autorizada pelo Poder Executivo, conforme Despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *Novo Interior Comunicações Ltda.*, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo.

A alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em

cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal, e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

O processado está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações acionárias, além da Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios “S” datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobreposta até que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida pela Comissão.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo **encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações** a seguir, e pelo sobrerestamento da tramitação do Ofício “S” nº 39, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO Nº 1078 , DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 39, de 2014:

I - data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;

II - data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão;

III - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão, 15/09/2015

Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência

Senador Omar Aziz, Relator Ad Hoc



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 15/09/2015 às 09h - 35ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE	1. ZEZE PERRELLA
LASIER MARTINS	2. JORGE VIANA
WALTER PINHEIRO	3. DELCÍDIO DO AMARAL
ANGELA PORTELA	4. TELMÁRIO MOTA
IVO CASSOL	5. GLADSON CAMELI

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
VALDIR RAUPP	1. SANDRA BRAGA
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. EDISON LOBÃO
SÉRGIO PETECÃO	3. VAGO
OMAR AZIZ	4. ROSE DE FREITAS
HÉLIO JOSÉ	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
DAVI ALCOLUMBRE	1. JOSÉ AGRIPINO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. VAGO
FLEXA RIBEIRO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS	1. FERNANDO BEZERRA COELHO
RANDOLFE RODRIGUES	2. ROBERTO ROCHA

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCELO CRIVELLA	1. EDUARDO AMORIM
VICENTINHO ALVES	2. VAGO

SENADO FEDERAL

PARECER N° 753, DE 2015

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Ofício “S” nº 40, de 2014 (nº 236/2014, na origem), da Câmara dos Deputados, que *encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que “comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia”.*

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**
RELATOR AD HOC: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício “S” nº 40, de 2014 (OFC nº 236, de 2014, na origem), a Câmara dos Deputados encaminha ao Senado Federal a Mensagem nº 257, de 2014, que comunica ter sido autorizada pelo Poder Executivo, conforme Despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Norte Baiano Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia.

A alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal, e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

O processado está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações acionárias, além da Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios “S” datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição federal, e determina que a

tramitação dos processados com informação incompleta seja sobreposta até que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida pela Comissão.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrepostamento da tramitação do Ofício “S” nº 40, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO Nº 1079 , DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício "S" nº 40, de 2014:

I - data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;

II - data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão;

III - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão, 15/09/2015

Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência

Senador Flexa Ribeiro, Relator Ad Hoc



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 15/09/2015 às 09h - 35ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE	1. ZEZE PERRELLA
LASIER MARTINS	2. JORGE VIANA
WALTER PINHEIRO	3. DELCÍDIO DO AMARAL
ANGELA PORTELA	4. TELMÁRIO MOTA
IVO CASSOL	5. GLADSON CAMELI

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
VALDIR RAUPP	1. SANDRA BRAGA
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. EDISON LOBÃO
SÉRGIO PETECÃO	3. VAGO
OMAR AZIZ	4. ROSE DE FREITAS
HÉLIO JOSÉ	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
DAVI ALCOLUMBRE	1. JOSÉ AGRIPINO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. VAGO
FLEXA RIBEIRO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS	1. FERNANDO BEZERRA COELHO
RANDOLFE RODRIGUES	2. ROBERTO ROCHA

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCELO CRIVELLA	1. EDUARDO AMORIM
VICENTINHO ALVES	2. VAGO

SENADO FEDERAL

PARECER N° 754, DE 2015

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Ofício “S” nº 42, de 2014 (nº 238, de 2014, na origem), da Câmara dos Deputados, que *encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Conquista Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.*

RELATOR: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
RELATOR AD HOC: Senador **OMAR AZIZ**

I – RELATÓRIO

Por meio do Ofício “S” nº 42, de 2014 (OFC nº 238, de 2014, na origem), a Câmara dos Deputados encaminha ao Senado Federal a Mensagem nº 257, de 2014, que comunica ter sido autorizada pelo Poder Executivo, conforme Despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *Televisão Conquista Ltda.*, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

A alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal, e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

O processado está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações

acionárias, além da Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios “S” datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobreposta até que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida pela Comissão.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo **encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações** a seguir, e pelo sobrerestamento da tramitação do Ofício “S” nº 42, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO Nº 1080 , DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 42, de 2014:

I - data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;

II - data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão;

III - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou

jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão, 15/09/2015

Senador HÉLIO JOSÉ, Vice-Presidente no exercício da Presidência

Senador OMAR AZIZ, Relator Ad Hoc



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 15/09/2015 às 09h - 35ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE	1. ZEZE PERRELLA
LASIER MARTINS	2. JORGE VIANA
WALTER PINHEIRO	3. DELCÍDIO DO AMARAL
ANGELA PORTELA	4. TELMÁRIO MOTA
IVO CASSOL	5. GLADSON CAMELI

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
VALDIR RAUPP	1. SANDRA BRAGA
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. EDISON LOBÃO
SÉRGIO PETECÃO	3. VAGO
OMAR AZIZ	4. ROSE DE FREITAS
HÉLIO JOSÉ	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
DAVI ALCOLUMBRE	1. JOSÉ AGRIPINO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. VAGO
FLEXA RIBEIRO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS	1. FERNANDO BEZERRA COELHO
RANDOLFE RODRIGUES	2. ROBERTO ROCHA

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCELO CRIVELLA	1. EDUARDO AMORIM
VICENTINHO ALVES	2. VAGO

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 755, DE 2015

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Ofício “S” nº 32, de 2015 (nº 60, de 2015, na origem), da Câmara dos Deputados, *que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Multisom Rádio Jornal Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias no município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.*

Relator: Senador **HÉLIO JOSÉ**

Relator Ad Hoc: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 3, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *Multisom Rádio Jornal Ltda.*, concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias no município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 32, de 2015 (OFC nº 60, de 2015, na origem), que encaminha a Mensagem nº 358, de 2010, acompanhada de Despacho de 4 de fevereiro de 2010 e da Exposição de Motivos nº 625, de 20 de julho de 2009, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretorio da concessionária, além de declarar que a Consultoria Jurídica daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios “S” datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobreposta até que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida pela Comissão.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo **encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações** a seguir,

e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 32, de 2015, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO N° 1081 , DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 32, de 2015:

I - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão, 15/09/2015

Senador HÉLIO JOSÉ, Vice-Presidente no exercício da Presidência

Senador FLEXA RIBEIRO, Relator Ad Hoc



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 15/09/2015 às 09h - 35ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE	1. ZEZE PERRELLA
LASIER MARTINS	2. JORGE VIANA
WALTER PINHEIRO	3. DELCÍDIO DO AMARAL
ANGELA PORTELA	4. TELMÁRIO MOTA
IVO CASSOL	5. GLADSON CAMELI

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
VALDIR RAUPP	1. SANDRA BRAGA
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. EDISON LOBÃO
SÉRGIO PETECÃO	3. VAGO
OMAR AZIZ	4. ROSE DE FREITAS
HÉLIO JOSÉ	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
DAVI ALCOLUMBRE	1. JOSÉ AGRIPINO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. VAGO
FLEXA RIBEIRO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS	1. FERNANDO BEZERRA COELHO
RANDOLFE RODRIGUES	2. ROBERTO ROCHA

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCELO CRIVELLA	1. EDUARDO AMORIM
VICENTINHO ALVES	2. VAGO

SENADO FEDERAL

PARECER N° 756, DE 2015

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre Ofício "S" nº 47, de 2015 (nº 75/2015, na origem), da Câmara dos Deputados, que *comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Televisão Tibagi Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens no município de Apucarana, Estado do Paraná.*

Relator: Senador **EDUARDO AMORIM**

Relator Ad Hoc: Senador **OMAR AZIZ**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da *Televisão Tibagi Ltda.*, concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens no município de Apucarana, Estado do Paraná.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício "S" nº 47, de 2015 (OFC nº 75, de 2015, na origem), que encaminha a Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, acompanhada do Despacho de 27 de maio de 2010 e de Exposição de Motivos nº 1.050 de 20 de novembro de 2009, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretivo da concessionária, além de declarar que a Consultoria Jurídica daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios “S” datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro das Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobreposta até que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida pela Comissão.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo **encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações** a seguir,

e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 47, de 2015, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO N° 1082 , DE 2015

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 47, de 2015:

I - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II- comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão, 15/09/2015

Senador HÉLIO JOSÉ, Vice-Presidente no exercício da Presidência

Senador OMAR AZIZ, Relator Ad Hoc



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 15/09/2015 às 09h - 35^a, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
CRISTOVAM BUARQUE	1. ZEZE PERRELLA
LASIER MARTINS	2. JORGE VIANA
WALTER PINHEIRO	3. DELCÍDIO DO AMARAL
ANGELA PORTELA	4. TELMÁRIO MOTA
IVO CASSOL	5. GLADSON CAMELI

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
VALDIR RAUPP	1. SANDRA BRAGA
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. EDISON LOBÃO
SÉRGIO PETECÃO	3. VAGO
OMAR AZIZ	4. ROSE DE FREITAS
HÉLIO JOSÉ	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
DAVI ALCOLUMBRE	1. JOSÉ AGRIPINO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. VAGO
FLEXA RIBEIRO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ MEDEIROS	1. FERNANDO BEZERRA COELHO
RANDOLFE RODRIGUES	2. ROBERTO ROCHA

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
TITULARES	SUPLENTES
MARCELO CRIVELLA	1. EDUARDO AMORIM
VICENTINHO ALVES	2. VAGO

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 757, DE 2015

Da **COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**, sobre o **Ofício “S” nº 11, de 2015**, por meio do qual a **Editora Jornalística Alberto Ltda.** comunica, *em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.*

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**
RELATOR AD HOC: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

A Editora Jornalística Alberto Ltda., com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, encaminhou ao Congresso Nacional declaração de composição de seu capital social, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002. O referido documento foi registrado, nesta Casa, como Ofício “S” nº 11, de 2015.

Além da mencionada declaração, o processado é composto de cópia do Registro na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o nº. 33209305999, com data de 1º de novembro de 2014.

A matéria foi distribuída à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, entre outros.

A Lei nº 10.610, de 2002, que dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, determina em seu art. 3º que as **alterações de controle societário** de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional.

Estabelece, também, que no caso das empresas de radiodifusão, a comunicação será de responsabilidade do órgão competente do Poder Executivo e a comunicação de alterações de controle societário de empresas jornalísticas será de responsabilidade destas empresas.

Já o art. 4º do diploma legal preceitua que as empresas jornalísticas deverão apresentar, até o último dia útil de cada ano, **aos órgãos de registro comercial ou de registro** civil das pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares,

direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante.

No caso em tela, **a documentação encaminhada ao Congresso Nacional não menciona nenhuma alteração de controle societário**, atendo-se, exclusivamente, à descrição do capital social da empresa. Nesse sentido, **seu encaminhamento para conhecimento do Parlamento era prescindível**, não se revestindo em obrigação legal.

III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pelo **arquivamento** da declaração encaminhada pela Editora Jornalística Alberto Ltda., empresa com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, acerca da composição de seu capital social, registrada, nesta Casa, **como Ofício “S” nº 11, de 2015**.

Sala da Comissão, 15/09/2015

Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência

Senador Flexa Ribeiro, Relator Ad Hoc



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 15/09/2015 às 09h - 35ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)		
TITULARES	SUPLENTES	
CRISTOVAM BUARQUE	1. ZEZE PERRELLA	
LASIER MARTINS	2. JORGE VIANA	
WALTER PINHEIRO	3. DELCÍDIO DO AMARAL	PRESENTE
ANGELA PORTELA	4. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
IVO CASSOL	5. GLADSON CAMELI	

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)		
TITULARES	SUPLENTES	
VALDIR RAUPP	1. SANDRA BRAGA	PRESENTE
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. EDISON LOBÃO	
SÉRGIO PETECÃO	3. VAGO	
OMAR AZIZ	4. ROSE DE FREITAS	
HÉLIO JOSÉ	5. VAGO	

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)		
TITULARES	SUPLENTES	
DAVI ALCOLUMBRE	1. JOSÉ AGRIPINO	
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. VAGO	
FLEXA RIBEIRO	3. VAGO	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		
TITULARES	SUPLENTES	
JOSÉ MEDEIROS	1. FERNANDO BEZERRA COELHO	
RANDOLFE RODRIGUES	2. ROBERTO ROCHA	

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)		
TITULARES	SUPLENTES	
MARCELO CRIVELLA	1. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
VICENTINHO ALVES	2. VAGO	

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 758, DE 2015

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Ofício “S” nº 13, de 2015, por meio do qual a Editora Gazeta do Povo S.A. *comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, a composição de seu capital social.*

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

A Editora Gazeta do Povo S.A., com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, encaminhou ao Congresso Nacional declaração de composição de seu capital social, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002. O referido documento foi registrado, nesta Casa, como Ofício “S” nº 13, de 2015.

A matéria foi distribuída à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, entre outros.

A Lei nº 10.610, de 2002, que dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4º do art. 222 da Constituição, determina em seu art. 3º que as **alterações de controle societário** de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional.

Estabelece, também, que no caso das empresas de radiodifusão, a comunicação será de responsabilidade do órgão competente do Poder Executivo e a comunicação de alterações de controle societário de empresas jornalísticas será de responsabilidade destas empresas.

Já o art. 4º do diploma legal preceitua que as empresas jornalísticas deverão apresentar, até o último dia útil de cada ano, **aos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social**, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante.

No caso em tela, a documentação encaminhada ao Congresso Nacional não menciona qualquer alteração de controle societário, atendo-se, exclusivamente, à descrição do capital social da empresa. Nesse sentido, seu

encaminhamento para conhecimento do Parlamento era prescindível, não se revestindo em obrigação legal.

III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pelo **arquivamento** da declaração encaminhada pela Editora Gazeta do Povo S.A., empresa com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, acerca da composição de seu capital social, registrada, nesta Casa, como Ofício “S” nº 13, de 2015.

Sala da Comissão, 15/09/2015

Senador HÉLIO JOSÉ, Vice-Presidente no exercício da Presidência

Senador FLEXA RIBEIRO, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 15/09/2015 às 09h - 35ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)		
TITULARES	SUPLENTES	
CRISTOVAM BUARQUE	1. ZEZE PERRELLA	
LASIER MARTINS	2. JORGE VIANA	
WALTER PINHEIRO	3. DELCÍDIO DO AMARAL	PRESENTE
ANGELA PORTELA	4. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
IVO CASSOL	5. GLADSON CAMELI	

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)		
TITULARES	SUPLENTES	
VALDIR RAUPP	1. SANDRA BRAGA	PRESENTE
JOÃO ALBERTO SOUZA	2. EDISON LOBÃO	
SÉRGIO PETECÃO	3. VAGO	
OMAR AZIZ	4. ROSE DE FREITAS	
HÉLIO JOSÉ	5. VAGO	

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)		
TITULARES	SUPLENTES	
DAVI ALCOLUMBRE	1. JOSÉ AGRIPINO	
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. VAGO	
FLEXA RIBEIRO	3. VAGO	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		
TITULARES	SUPLENTES	
JOSÉ MEDEIROS	1. FERNANDO BEZERRA COELHO	
RANDOLFE RODRIGUES	2. ROBERTO ROCHA	

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)		
TITULARES	SUPLENTES	
MARCELO CRIVELLA	1. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
VICENTINHO ALVES	2. VAGO	

Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 751 a 756, de 2015**, da CCT, sobre os **Ofícios/S nºs 29, 39, 40 e 42, de 2014; 32 e 47, de 2015**, que concluem pela apresentação dos **Requerimentos nº 1.077 a 1.082, de 2015**, de informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre as transferências de controle societário objeto dos ofícios.

Os requerimentos vão à Mesa, para decisão.

ARQUIVAMENTO

Foram encaminhados à publicação os **Pareceres nºs 757 e 758, de 2015**, da CCT, que concluem pelo arquivamento dos **Ofícios nºs S/11 e S/13, de 2015**. As matérias vão ao Arquivo.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 1073, DE 2015

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2013, que *“Altera a Lei 11.738/2008 que Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para imputar a União o pagamento do piso salarial dos profissionais do magistério da educação básica”*, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em de setembro 2015.

Líder do Governo no Senado

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 1074, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do **Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2013** que *“Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer critérios de contabilização orçamentária e financeira que impeçam o mascaramento da gestão fiscal e a antecipação indevida e onerosa de receitas de exercícios seguintes, bem como para restaurar a real natureza de inscrição em Restos a Pagar”*, para que passe a tramitar de forma autônoma em relação ao **Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2015**.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**
(À MESA DO SENADO FEDERAL)

REQUERIMENTO Nº 1075, DE 2015

Requerimento de voto de congratulação pelo centenário de Lourival Baptista.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao Governador do Estado de Sergipe, Jackson Barreto de Lima e ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Conselheiro Carlos Pinna de Assis, pelas comemorações do Centenário de Lourival Baptista.

JUSTIFICAÇÃO

O povo sergipano rende suas homenagens ao ex-Governador Lourival Baptista, pela passagem do seu centenário.

Além de excelente médico humanista, Dr. Lourival Batista marcou a sua honrosa trajetória em solo sergipano como um político desenvolvimentista que deixa um legado para as atuais e futuras gerações, governou Sergipe com ênfase no trabalho e no progresso, sendo a ele atribuído o título de “O Realizador”.

Nasceu na Bahia e no ano de 1943, já formado em medicina pela Universidade Federal da Bahia, Lourival chegou ao nosso Estado, constituindo família e adotando Sergipe como seu lar.

Exerceu sua profissão em São Cristóvão, porém, sua grande vocação política falou mais alto, e no ano de 1947 foi eleito Deputado Estadual e, em seguida Prefeito de São Cristóvão.

Conhecido por ser um político de sagacidade e inteligência, no ano de 1959 já logrou, com votação consagradora, a Câmara dos Deputados e, em 1966 assumiu o Governo do Estado de Sergipe.

Conspícuo administrador do erário público, manteve-se com inflexível coerência, fiel a seu propósito de promover o desenvolvimento do Estado.

Ele implantou o primeiro Distrito Industrial de Sergipe e iniciou a reforma agrária, com desapropriações rigorosamente pagas pelo Poder Público, ou utilizando terras do Estado, um exímio gestor que marcou seu nome na história de Sergipe com obras marcantes, como a construção do Estádio Lourival Baptista, o “Batistão”, e o Edifício Estado de Sergipe.

Candidatou-se ao Senado, venceu, e se reelegeu duas vezes. Na Câmara Alta, seus mandatos foram regidos pela intransigência na defesa dos interesses maiores do Estado de Sergipe e pela argúcia no debater, resguardando sempre causas importantes, como sua luta contra o tabagismo, que se tornou uma marca distintiva do seu caráter inconfundível.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

(Encaminhe-se)

Os Projetos de Lei do Senado nºs 351, de 2013-Complementar; e 165, de 2015-Complementar, vão à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, nos termos do Requerimento nº 935, de 2015, aprovado na sessão de 19 de agosto, e do despacho da Presidência.

TÉRMINO DE PRAZOS

Encerrou-se no dia 16 de setembro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Lei do Senado nºs 214, de 2010; 502, de 2011; 249, de 2012; e 270, de 2014**.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 16 de setembro o prazo para apresentação de emendas aos **Projetos de Lei da Câmara nºs 33, de 2014; e 69, de 2015**.

Não foram oferecidas emendas.

O **Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2014**, será incluído em Ordem do Dia oportunamente; e o **Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2015**, consta da Ordem do Dia da sessão de hoje, dia 17.

Encerrou-se em 16 de setembro o prazo único para oferecimento de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2015**, previsto no art. 122, II, "b", combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno.

Não tendo recebido emendas, o Projeto, que tramita em regime de urgência constitucional, e uma vez que já foi instruído pela CRE, segue à CE para exame.

PROJETOS DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 623, DE 2015

Altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, que *dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria*, para determinar a divulgação mensal da identidade dos seus proprietários, os montantes possuídos e os valores dos juros a eles pagos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A O Poder Executivo divulgará mensalmente lista contendo a identidade dos proprietários dos títulos a que se refere esta Lei, assim como os respectivos montantes possuídos de cada título e os valores dos juros pagos.

§ 1º A fim de cumprir com o disposto no *caput*, será mantido registro centralizado do cadastro geral dos detentores da dívida pública federal, bem como de seus procuradores.

§ 2º As câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro, de que trata a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, são obrigados a prestar todas as informações necessárias ao cumprimento do disposto no *caput* e à atualização diária do cadastro de que trata o § 1º.

§ 3º Sujeitam-se às mesmas obrigações do § 2º as pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

§ 4º A infração ao disposto neste artigo sujeitará as pessoas físicas e jurídicas responsáveis às seguintes sanções, sem prejuízo de outras aplicáveis:

- I – advertência;
- II – multa de até 50 (cinquenta) vezes o salário mínimo nacional;
- III – inabilitação para o exercício de cargos na administração ou gerência das entidades e instituições referidas nos §§ 2º e 3º.
- § 5º As sanções previstas no § 4º serão aplicadas pela autoridade responsável pela divulgação dos dados de que trata o *caput*, conforme a gravidade das infrações incorridas.
- § 6º Regulamento definirá os detalhes de constituição e organização do cadastro a que se refere o § 1º e os meios de divulgação da lista de que trata o *caput*.”

Art. 2º As informações de que trata o art. 5º-A da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, são de interesse público geral e preponderante, aplicando-se o disposto no § 1º, inciso II, e no § 3º, inciso V, ambos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor decorridos noventa dias da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 2011) representou um marco na transparência da administração pública no Brasil. A partir dela, dados como os vencimentos dos funcionários públicos passaram a ser livremente divulgados a qualquer pessoa interessada. Tratou-se, do reconhecimento da preponderância do interesse público geral sobre o interesse privado de uma parcela da população.

A presente proposição parte da mesma premissa. Tendo por base a Constituição Federal de 1988, cujo art. 5º, inciso XXXIII, estabelece que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”, propomos a divulgação dos proprietários dos títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, bem como de seus respectivos ganhos em juros.

No caso da Lei de Acesso à Informação, o Brasil demorou a aderir a um movimento que, em nível mundial, já se intensificava pelo menos desde os anos 90 do século passado, mas que tinha precedentes ainda mais antigos, como atestam os países escandinavos, outras nações europeias e asiáticas e os próprios Estados Unidos da América.

A proposição em tela, por sua vez, caso seja acolhida pelos nobres colegas do Congresso Nacional e transformada em lei, fará do País um precursor numa seara tão

fundamental quanto a transparência dos gastos públicos: a administração democrática e transparente da dívida pública.

No mercado de capitais, a possibilidade de concentração excessiva dos compradores dos títulos públicos deve ser evitada, a fim de promover a liquidez desses ativos, que se traduz em uma formação de preços equilibrada e, principalmente, na preservação do interesse do Erário. A esse propósito, convém lembrar que o sistema financeiro brasileiro é caracterizado por uma forte preponderância dos bancos como intermediadores, o que, em tese, torna possível até mesmo manipulações do mercado.

A publicação dos detentores da dívida pública mobiliária interna explicitará a quem exatamente o Tesouro deve e, mais ainda, quanto esses detentores dos títulos públicos auferem de ganhos com a propriedade desses papéis.

A Carta Magna, em seu art. 5º, inciso XII, também preconiza que “é inviolável o sigilo [...] de dados”. Tal dispositivo, em conjunto com os ditames da Lei Complementar nº 105, de 2001, que dispõe sobre o sigilo bancário, tem embasado o entendimento de que a revelação de informações como as aqui tratadas se constituiria em uma violação.

Entendemos que é chegada a hora de discutir e mudar essa visão. O sigilo bancário não pode se sobrepor ao direito da sociedade de ter acesso a informações de seu interesse público geral e preponderante. Não custa lembrar que uma eventual manipulação do mercado, ademais um crime previsto na Lei nº 10.303, de 2001, tem o potencial de acarretar prejuízos vultosos aos cofres públicos.

A proposição que apresentamos à consideração dos nobres parlamentares visa remediar tal situação e, também, inibirá até mesmo a chance de que ocorram outras condutas ilícitas, como aquelas passíveis de serem perpetradas contra o Fisco.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO AMORIM**

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

Lei Complementar nº 105, de 10 de Janeiro de 2001 - 105/01

Lei nº 9.613, de 3 de Março de 1998 - LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO - 9613/98

artigo 9º

Lei nº 10.179, de 6 de Fevereiro de 2001 - 10179/01

artigo 5º-

Lei nº 10.214, de 27 de Março de 2001 - 10214/01

Lei nº 10.303, de 31 de Outubro de 2001 - 10303/01

Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - LEI GERAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO

PUBLICA - LAI - 12527/11

inciso V do artigo 31

parágrafo 1º do artigo 31

inciso II do parágrafo 3º do artigo 31

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 624, DE 2015

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, a fim de estabelecer que os produtores rurais inadimplentes possam vir a se beneficiar da referida lei.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresarial, doravante referidos simplesmente como devedor.

Parágrafo único. O disposto nesta lei aplica-se aos produtores rurais. (NR)”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O setor rural brasileiro constitui-se, atualmente, como um dos principais responsáveis pelos bons indicadores da economia brasileira. De fato, a nossa balança comercial depende, em grande parte, do desempenho deste setor. Ora, é

incompreensível que setor da economia tão fundamental para o nosso país venha a ser discriminado no que diz respeito a capacidade de renegociação de suas dívidas.

Desde 2005, existe legislação de recuperação para empresas, sendo que aos empresários rurais não são concedidas as mesmas vantagens que aos demais empresários. Assim, dentro do mais nobre princípio de isonomia legal, o objetivo da presente proposição é estender ao setor rural as possibilidades previstas na Lei nº 11.101.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2015.

Senador **RONALDO CAIADO**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005 - LEI DE FALENCIAS - 11101/05](#)
[artigo 1º](#)

(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 625, DE 2015

Altera o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador com deficiência necessitar adquirir veículo automotor próprio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte alteração em seu inciso XVIII:

“Art. 20.....

.....

XVIII – quando o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessite adquirir órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social, bem como veículo automotor próprio.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado há quase cinquenta anos para proteger o trabalhador demitido, conta hoje com quase vinte possibilidades de saque para uso do trabalhador. O cidadão pode fazer o saque em situações tão diversas como para financiar a casa própria ou se for acometido por doença grave.

Recentemente, este Congresso Nacional criou mais uma possibilidade, quando aprovou a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 — a histórica Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (“Estatuto da Pessoa com Deficiência”). o saque para o uso do trabalhador deficiente que necessite adquirir órtese ou prótese.

No mesmo espírito do dispositivo adicionado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, de promover a acessibilidade e inclusão social dos trabalhadores deficientes, propomos que o trabalhador nessa situação possa também sacar os recursos para fazer a aquisição de veículo próprio.

Sabemos que em termos de mobilidade e acessibilidade, as cidades brasileiras são cruéis com os deficientes, que têm muitas dificuldades para se locomover até o trabalho ou para realizar outras atividades. Com a presente proposição, desejamos contornar esse grave problema. A necessidade da autonomia proporcionada por um veículo próprio é muito maior para esses trabalhadores do que para os demais que não sofrem com nenhuma deficiência.

Assim, daremos um passo adicional para estimular a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho e em nossa sociedade.

Ressaltamos que essa possibilidade adicional de saque apenas permite que o trabalhador deficiente tenha acesso a um recurso que é seu, é fruto de seu trabalho e está em seu nome. Ademais, é notório que os retornos do FGTS são baixos, gerando perda do patrimônio do trabalhador — mais uma razão para que o saque seja permitido para esses trabalhadores que tanto necessitam.

Por fim, cumpre destacar que, por ser o estoque de trabalhadores formais com deficiência pequeno no universo total de trabalhadores brasileiros, as consequências para a saúde financeira do FGTS, bem como para as políticas públicas dele dependentes, serão pouco significativas. Trata-se, portanto, de um projeto absolutamente sustentável: terá pouco impacto nas contas do FGTS, mas de uma importância enorme na vida dos trabalhadores deficientes e de suas famílias.

Confiente na repercussão social e econômica da proposição, conto com o apoio das nobres Senadoras e dos nobres Senadores para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador VALDIR RAUPP

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 – Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, declaração de nulidade do contrato de trabalho nas condições do art. 19-A, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80 (oitenta) por cento do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

VII – pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, ou lote urbanizado de interesse social não construído, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Lei nº 11.977, de 2009)

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII - quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta. (Redação dada pela Lei nº 8.678, de 1993)

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna. (Incluído pela Lei nº 8.922, de 1994)

XII - aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização máxima de 50 % (cinquenta por cento) do

saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997) (Vide Decreto nº 2.430, 1997)

XIII - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XIV - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, nos termos do regulamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XV - quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

XVI - necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, conforme disposto em regulamento, observadas as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004) Regulamento Regulamento

a) o trabalhador deverá ser residente em áreas comprovadamente atingidas de Município ou do Distrito Federal em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal; (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

b) a solicitação de movimentação da conta vinculada será admitida até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de reconhecimento, pelo Governo Federal, da situação de emergência ou de estado de calamidade pública; e (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

c) o valor máximo do saque da conta vinculada será definido na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 10.878, de 2004)

XVII - integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto na alínea i do inciso XIII do art. 5º desta Lei, permitida a utilização máxima de 30% (trinta por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção. (Redação dada pela Lei nº 12.087, de 2009)

XVIII - (Vide Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurar que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando beneficiar os trabalhadores de baixa renda e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

§ 6º Os recursos aplicados em cotas de fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII, serão destinados, nas condições aprovadas pelo CND, a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei nº 9.491, de 1997, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo CND. (Redação dada pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 7º Ressalvadas as alienações decorrentes das hipóteses de que trata o § 8º, os valores mobiliários a que se refere o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após a sua aquisição, podendo ser alienada em prazo inferior parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a

livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976. (Redação dada pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização e no FI-FGTS são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a XI e XIII a XVI do caput deste artigo, indisponíveis por seus titulares. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 9º Decorrido o prazo mínimo de doze meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 10. A cada período de seis meses, os titulares das aplicações em Fundos Mútuos de Privatização poderão transferi-las para outro fundo de mesma natureza. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 11. O montante das aplicações de que trata o § 6º deste artigo ficará limitado ao valor dos créditos contra o Tesouro Nacional de que seja titular o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 12. Desde que preservada a participação individual dos quotistas, será permitida a constituição de clubes de investimento, visando a aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização. (Incluído pela Lei nº 9.491, de 1997)

§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se referem os incisos XII e XVII do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 14. Ficam isentos do imposto de renda: (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

I - a parcela dos ganhos nos Fundos Mútuos de Privatização até o limite da remuneração das contas vinculadas de que trata o art. 13 desta Lei, no mesmo período; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

II - os ganhos do FI-FGTS e do Fundo de Investimento em Cotas - FIC, de que trata o § 19 deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 15. A transferência de recursos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações, nos termos do inciso XII do caput deste artigo, ou de cotas do FI-FGTS não afetará a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 18 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 16. Os clubes de investimento a que se refere o § 12 poderão resgatar, durante os seis primeiros meses da sua constituição, parcela equivalente a 5% (cinco por cento) das cotas adquiridas, para atendimento de seus desembolsos, autorizada a livre aplicação do produto dessa venda, nos termos da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976. (Incluído pela Lei nº 9.635, de 1998)

§ 17. Fica vedada a movimentação da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, nas operações firmadas, a partir de 25 de junho de 1998, no caso em que o adquirente já seja proprietário ou promitente comprador de imóvel localizado no Município onde resida, bem como no caso em que o adquirente já detenha, em qualquer parte do País, pelo menos um financiamento nas condições do SFH. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

§ 18. É indispensável o comparecimento pessoal do titular da conta vinculada para o pagamento da retirada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX e X deste artigo, salvo em caso de grave moléstia comprovada por perícia médica, quando será paga a procurador especialmente constituído para esse fim. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

§ 19. A integralização das cotas previstas no inciso XVII do caput deste artigo será realizada por meio de Fundo de Investimento em Cotas - FIC, constituído pela Caixa

Econômica Federal especificamente para essa finalidade. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 20. A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá os requisitos para a integralização das cotas referidas no § 19 deste artigo, devendo condicioná-la pelo menos ao atendimento das seguintes exigências: (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

I - elaboração e entrega de prospecto ao trabalhador; e (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

II - declaração por escrito, individual e específica, pelo trabalhador de sua ciência quanto aos riscos do investimento que está realizando. (Incluído pela Lei nº 11.491, de 2007)

§ 21. As movimentações autorizadas nos incisos V e VI do caput serão estendidas aos contratos de participação de grupo de consórcio para aquisição de imóvel residencial, cujo bem já tenha sido adquirido pelo consorciado, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Curador do FGTS. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

Senador **VALDIR RAUPP**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 6.019, de 3 de Janeiro de 1974 - 6019/74](#)

[Lei nº 6.385, de 7 de Dezembro de 1976 - 6385/76](#)

[Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - 8036/90](#)

[artigo 20](#)

[inciso XVIII do artigo 20](#)

[Lei nº 8.678, de 13 de Julho de 1993 - 8678/93](#)

[Lei nº 8.922, de 25 de Julho de 1994 - 8922/94](#)

[Lei nº 9.491, de 9 de Setembro de 1997 - 9491/97](#)

[Lei nº 9.635, de 15 de Maio de 1998 - 9635/98](#)

[Lei nº 10.878, de 8 de Junho de 2004 - 10878/04](#)

[Lei nº 11.491, de 20 de Junho de 2007 - 11491/07](#)

[Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009 - 11977/09](#)

[Lei nº 12.058, de 13 de Outubro de 2009 - 12058/09](#)

[Lei nº 12.087, de 11 de Novembro de 2009 - 12087/09](#)

[Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. - 13146/15](#)

[Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de Agosto de 2001 - 2164-41/01](#)

[Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de Agosto de 2001 - 2197-43/01](#)

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa)

OFÍCIOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 535/2015/PS-GSE

Brasília, 16 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi rejeitado o Substitutivo oferecido por essa Casa ao Projeto de Lei nº 2.491, de 2007, da Câmara dos Deputados, que "Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que foi enviada à sanção, em 16.09.15, a matéria aprovada na Câmara dos Deputados em 09.08.11.

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Beto Mansur", is written over a stylized, decorative line that forms a bracket-like shape under the text "Deputado BETO MANSUR Primeiro-Secretário".



Junta-se ao processado do
Projeto de Lei do Senado
nº 1.216, de 2007
Em 17/09/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 533/2015/PS-GSE

Brasília, 17 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 1.216, de 2007, do Senado Federal (PLS nº 162, de 2007, nessa Casa), que "Altera o disposto no art. 84 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer critérios para a separação de presos nos estabelecimentos penais".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 16.09.15.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Beto Mansur".
Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário



Junta-se ao processado do
Projeto de Lei de Comuns
 nº 75, de 2015
 Em 109/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 524/2015/PS-GSE

Brasília, 17 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador VICENTINHO ALVES
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado parcialmente o substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.735, de 2013, da Câmara dos Deputados, que "Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina", permanecendo os seguintes dispositivos:

- a ementa;
- do art. 1º do Substitutivo, com relação à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997: arts. 8º, 10, 16, 18, 18-A, 18-B, 20, 22, 22-A, § 4º do art. 24, 24-A, 28, incisos II e IV do art. 29, 30, 36, 36-A, 37, 45, § 9º do art. 47, 52, 54, 57-A, 58, 59-A, 73, 93, 93-A, 94, 96, 96-B e 100.
- do art. 2º do Substitutivo, com relação à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995: arts. 7º, 22-A, 32, 34, 37, 37-A, § 3º do art. 39, 41-A, incisos V, VI e IX, §§ 5º e 7º do art. 44, 45, inciso I e suas alíneas a e b e § 1º do art. 49.
- do art. 3º do Substitutivo, com relação à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965: arts. 7º, 14, 28, 93, 109, parágrafo único do art. 112, 224, 240, 257, 368-A.
- arts. 5º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14.

Informo, ainda, que os dispositivos aprovados pela Câmara dos Deputados relacionados ou não com aqueles que foram rejeitados pelo relator da matéria nesta Casa foram restabelecidos no texto final encaminhado à sanção presidencial.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 10.09.15.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Beto Mansur", is enclosed within a decorative, irregular oval border. The border is drawn with a single continuous line that loops around the signature.

Deputado BETO MANSUR
Primeiro-Secretário

COMUNICAÇÕES



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria
OF. GLPMDB nº 245/ 2015

Façam-se as substituições solicitadas.

Em 17/09/2015.

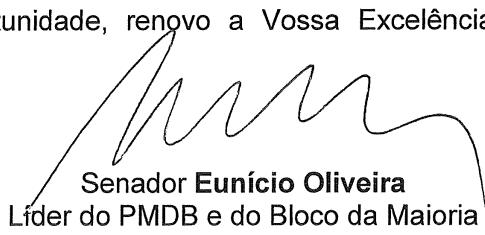
Brasília, 16 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação da Senadora **Sandra Braga – PMDB/AM**, como membro Suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PSD) na Comissão Mista criada com finalidade analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 687/2015, em substituição ao Senador Otto Alencar – PSD/BA.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de estimas e consideração.


Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria
OF. GLPMDB nº 246/ 2015

À publicação
Em 17 / 09 /2015

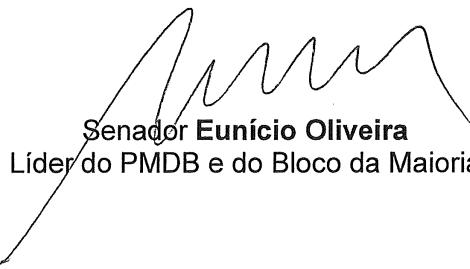
Brasília, 16 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação da Senadora **Sandra Braga – PMDB/AM**, como membro Titular do Bloco da Maioria (PMDB/PSD) na Comissão Mista criada com finalidade analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 690, de 2015.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de estimas e consideração.


Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 247/ 2015

À publicação
Em 17/09/2015

Brasília, 16 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador **Ricardo Ferraço – PMDB/ES**, como membro Titular do Bloco da Maioria (PMDB/PSD) na Comissão Mista criada com finalidade analisar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 691, de 2015.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de estimas e consideração.

Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 176/15-GLPSDB

Brasília, de setembro de 2015.
*24 publicação
8 em 17/09/15*

Senhor Presidente,

Paulo Bauer

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^a, que a partir desta data, o Senador **PAULO BAUER** deixa de integrar, como titular, a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Atenciosamente,

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

MATÉRIAS RECEBIDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 129, DE 2015

(Nº 275/2011, NA CASA DE ORIGEM)

Proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações de telefonia móvel originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei proíbe a cobrança de adicional por chamada no caso de ligações originadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por adicional por chamada o valor cobrado pela prestadora de serviço de telefonia móvel por chamada recebida ou originada quando o usuário estiver utilizando a linha em área diversa daquela em que foi registrada.

Art. 3º É proibida a cobrança de adicional por chamada em ligações iniciadas e finalizadas em redes de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os infratores às penalidades estabelecidas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, sem prejuízo de outras previstas na legislação em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=838174&filename=PL+275/2011

À COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 130, DE 2015

(Nº 784/2011, NA CASA DE ORIGEM)

Acrescenta § 3º ao art. 3º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 3º

.....

§ 3º O reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública por parte do Poder Executivo federal deverá ocorrer em até quarenta e oito horas a contar da apresentação por parte do requerente da documentação exigida nesta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=851352&filename=PL+784/2011

ÀS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO; E DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, DE 2015

(Nº 5.207/2013, NA CASA DE ORIGEM)

Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, lei da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para incluir como direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, incluindo como direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet.

Art. 2º O art. 33 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 33.

.....

VII – ter a opção de cancelar os serviços contratados por via

telefônica ou pela internet.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

PROJETO ORIGINAL

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=7BCEDB1109C25BCA96DB8E347E8B0EFD.proposicoesWeb1?codteor=1067973&filename=PL+5207/2013

(À COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 132, DE 2015

(Nº 7.230/2014, NA CASA DE ORIGEM)

Declara Dom Helder Câmara Patrono
Brasileiro dos Direitos Humanos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É declarado Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos Dom Helder Câmara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=2FA3D2A4D928A32B31353E08AD56D2DF.proposicoesWeb1?codteor=1235277&filename=PL+7230/2014

(À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE)



SENADO FEDERAL

EMENDA DA CÂMARA Nº 5, DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2011

(Nº 3.401/2012, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para incluir na composição do Sistema Nacional de Turismo os representantes dos Municípios pertencentes ao rol das Regiões Turísticas do Brasil, conforme definido pelo Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo.

EMENDA

Suprime-se a expressão “do Ministério do Turismo” constante da ementa e do inciso IV do § 1º do art. 8º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, incluído pelo art. 1º do projeto.

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei 11.771/2008 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm

**PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENVIADO À
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/105653.pdf>

(À COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Convidado, para fazer uso da tribuna, como orador inscrito, o Senador Lasier Martins, que, aliás, tem sido um assíduo Senador nas Comissões e aqui no Plenário. Essa turma do Rio Grande também pega firme: a Senadora Ana Amélia, o Senador Paulo Paim. E o Senador Lasier, não é sem razão, também tem nos ajudado muito no trabalho aqui no Senado, nas Comissões, em que sou testemunha, e aqui no plenário, em que estamos sempre juntos também, e é uma satisfação.

E V. Ex^a tem a palavra, Senador Lasier.

V. Ex^a tem notícias sobre o terremoto sentido na região do Rio Grande?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sim. Em primeiro lugar, boa tarde a todos! Houve pequenos tremores nos Municípios de Pelotas, na fronteira, e isso já foi acusado e motivo de abordagens pela comunicação do Rio Grande do Sul hoje pela manhã.

Mas é sempre um prazer trabalhar com V. Ex^a, Senador Jorge Viana, um político experiente, sempre muito educado, muito afável. E isso dá gosto no convívio.

Mas, Presidente Jorge Viana, Senadores, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, jovens estudantes aqui de Brasília, que em grande número ocupam as dependências das galerias do Senado, o tema, Sr. Presidente, é persistente e por isso inevitável, porque, semanas atrás, o Executivo enviou para o Congresso Nacional uma proposta orçamentária – a coisa mais comentada do Brasil nessas últimas semanas. Uma proposta orçamentária com um rombo de R\$30,5 bilhões nas contas públicas e, mais uma vez, o impacto da irresponsabilidade que gerou efeitos imediatos, e o Brasil sofreu com a perda do grau de investimento. Temas abordados pela imprensa internacional em conjunto: a peça orçamentária e a perda do grau de investimento por uma agência de classificação de riscos, a Standard & Poor's.

E aí uma pergunta que não quer calar o tempo todo e há meses: mas não havia onde cortar? E isso também pergunta o Planalto, mas não nos satisfaz a sua resposta, porque o Planalto tem se visto incapaz de gerar uma peça orçamentária equilibrada. E aí o que é que fez? Jogou a responsabilidade de ajustar as suas próprias contas nos ombros do Congresso Nacional.

Fugiu de responder por seus atos. O Governo somente agiu depois do pior: frente ao vexame internacional do rebaixamento, subitamente foi proposto um pacote pela equipe econômica com vista a poupar R\$26 bilhões. E aí a pergunta: se era possível economizar, por que nada foi feito antes, antes de perdermos a confiança do mercado internacional?

O Governo, às vezes, parece brincar com as empresas, com nossos empregos, com nossa economia, porque as benesses permanecem diante da falência gerencial dessa administração, enquanto o ajuste recai só sobre a sociedade. E aí o cenário é alarmante. Vejamos alguns exemplos: seis grandes setores da indústria nacional preveem que mais de 610 mil vagas serão fechadas neste ano; a siderurgia já adiou US\$2,1 bilhões em investimento e desativou 20 unidades produtivas com a demissão de 10% do setor, na siderurgia; mais de 11 mil empregos perdidos e 27 mil em férias coletivas com seus contratos suspensos.

As propostas de ajuste são remendos que não atacam os problemas centrais da economia. Nós não vemos medidas permanentes ou reformas estruturais nos planos apresentados por Levy e Barbosa. As propostas dão ideia de que o Governo pretende apenas ganhar sobrevida ou tentar suicídio político, como comentam os editoriais de jornais. E aí o que nós vemos? Nós vemos um mero engodo, sem sinceridade, quando se fala em cortar gastos de custeio em R\$2 bilhões, por exemplo.

E aí a pergunta: onde será realizada essa economia? Serão cortados Ministérios? Quais? Quantos? Dez, como se tem ouvido? É preciso cortar do mapa muito mais do que 10 Ministérios.

Serão cortados cargos comissionados? Onde? Até o momento a Presidente não disse que pastas pretende enxugar.

E vamos continuar raciocinando um pouco sobre o que é possível neste tempo de grave crise, que poderia aperfeiçoar a gestão. Não há sentido em manter, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério de Pesca e Aquicultura, que poderiam ser fundidos em uma pasta só. Assim como o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional, que poderiam, inclusive, voltar a se chamar Ministério do Interior.

Podemos ir além, juntando Minas, Energia, Transportes, Aviação Civil, Portos e Comunicações em um Ministério de Infraestrutura, como já tivemos. É algo plenamente factível, já que possuímos agências reguladoras para estes setores. Tudo isso é possível e iria ao encontro do que deseja a sociedade brasileira.

É possível incorporar as pastas de direitos humanos, igualdade racial e políticas para as mulheres dentro do Ministério do Desenvolvimento Social. As relações institucionais poderiam plenamente passar para a Casa Civil. A pasta do turismo poderia ser extinta, com suas funções voltando para a Embratur, e esporte e cultura incorporados à educação.

O Ministério da Micro e Pequena Empresa poderia ser facilmente incorporado pela pasta do desenvolvimento. A Secretaria de Assuntos Estratégico, extinta, com suas funções retornando para a educação. E o pla-

nejamento, por sua vez, poderia retornar para dentro da pasta da Fazenda, e passaria a se chamar Ministério da Economia, com uma só voz e comando.

Tudo isso seria um bom sinal de vontade de quem quer cortar gastos, diante da crise agudíssima que vivemos. Somente neste exercício mental, cortaríamos quase duas dezenas de pastas, sem qualquer prejuízo da prestação de serviços do Estado. Ademais, o Governo poderia devolver prédios, salas, veículos e otimizar o funcionamento da máquina pública, tão perdulária hoje.

Além deste enxugamento, sabemos que não é necessário o *status* de Ministério para a Secretaria-Geral, Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Banco Central, Advocacia-Geral e Controladoria-Geral da União. Por que isso? Só para dar despesa, e, em época de tantos déficits, tudo isso é recomendável a fim de cortar gastos e recuperar a economia, porque o momento é de enxugar gastos.

Atualmente, o Poder Executivo possui, como se sabe sobejamente, 39 Ministérios com orçamento de R\$2,8 trilhões, algo que precisa mudar de forma urgente. Não há outra saída. O resto é conversa.

Dentro da proposta de enxugamento do Ministro Levy, está a suspensão dos concursos públicos para cargos federais no próximo ano, uma medida acertada, mas que precisa ser acompanhada de outras ações, como a limitação de gastos com cargos comissionados.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Cargos comissionados, Srs. Senadores, que se multiplicam, de forma incontrolável, na gestão petista, com o inchaço da máquina pública. Segundo o site Contas Abertas, o Poder Executivo federal possui quase 100 mil cargos, funções de confiança e gratificações. Somente os chamados cargos de direção e assessoramento superior somam quase 23 mil.

Quantos desses 100 mil cargos poderiam ser eliminados, com a extinção significativa do número de ministérios? Por que não se procede a isso? Somente no ano passado, o País gastou R\$1,9 bilhão com cargos comissionados. Eu vou repetir para o Brasil ouvir: só no ano passado, isto é, durante um único ano, o Brasil gastou R\$1,9 bilhão com cargos comissionados! Por que, senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado? Porque isso é aparelhamento partidário!

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso é aparelhamento partidário!

Recentemente, tanto a quantidade de servidores como as comissões – as comissões – cresceram de forma significativa. Nos últimos 13 anos, cerca de 30 mil novos cargos, funções de confiança e gratificações foram criados. A montagem dos alicerces da república dos companheiros, a companheirada, à custa do dinheiro público, tão escasso, e instituída no Brasil com a chegada do Sr. Lula da Silva ao poder, um verdadeiro desrespeito às contas públicas e aos pesados impostos pagos, de maneira suada, pelos brasileiros. Hoje, o povo está pagando – com a recessão que aí está...

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... com o desemprego que aumenta – os tempos de bonança e boa vida dos amigos de Lula e Dilma.

Mediante ações de limitação de cargos que muitas vezes servem apenas para acomodar apadrinhados políticos, restringindo o tamanho da máquina pública, poderíamos valorizar os servidores de carreira. Por que não? Seria mais justo. Hoje, há 616 mil concursados ativos, funcionários que servem ao Estado em vez de ao governo de plantão. Somente mediante o controle de tamanha expressão da “máquina” com os seus desperdícios podemos apoiar as medidas – senão, não dá! – como o aumento para os servidores do Judiciário, por exemplo, que vem sendo negado pela Presidente ao vetar o PLC 28 por não saber controlar o tamanho do Governo.

Esta Administração, Sr. Presidente, perdeu legitimidade moral também porque, diante do golpe de ética da Lava Jato, diante do caos fiscal do Governo, é impopular; diante dos 7% da popularidade, não há credibilidade no Planalto, que segue quebrando promessas de campanha, agora cortando programas sociais como o Minha Casa Minha Vida, investimentos do PAC, atingindo também a saúde e a agricultura.

Como um governo acusado de operar o maior esquema de corrupção da história tem moral para cortar as emendas que financiam a saúde? Isso é um verdadeiro despudor! As desastradas ações do Governo estão colocando Brasília em perigo institucional.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A economia agoniza, enquanto a expectativa do PIB para 2016 registra o sexto recuo consecutivo. Pais de família perdem empregos, os preços dos supermercados seguem em escalada assustadora e a inflação está de volta.

O Governo não cabe mais no PIB. O Planalto precisa restringir custos urgentemente, cortando ministérios, eliminando cargos, entregando imóveis, realizando concessões e privatizações. Os brasileiros não suportam mais um governo que aí está presentemente paquiderme, obeso, ineficiente e que não tem constrangimento de propor mais impostos como a volta da CPMF, um tributo provisório – “provisório”, entre aspas, como alegou o Ministro Levy. Programas temporários de governo geralmente acabam por se tornar medidas permanentes, todo mundo sabe. Portanto, não dá para apoiar medida que institua novos tributos.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Qualquer governo precisa de liderança para imprimir mudanças. Esse é um aspecto fundamental da democracia. Um governo sem essas características perde legitimidade, deixando o País refém dos erros do passado, como agora acontece, erros já impossíveis de ser corrigidos. O momento exige um ato de grandeza.

A Presidente perdeu a capacidade de liderar e sob seu comando o País se fragiliza a olhos vistos, diante de uma economia dilacerada. Saber sair de cena talvez seja a grande contribuição que ela possa dar hoje ao Brasil. Nenhum governante tem o direito de ver a Nação em agonia, como está, diante de seu ocaso político. Chegou a hora de o Brasil virar a página de sua história.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Senador Lasier Martins.

Quero então convidar, para fazer uso no tempo da Liderança, o Senador Alvaro Dias.

Em seguida, aviso a todos os brasileiros que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, especialmente aos amigos e bons amigos do Mato Grosso do Sul – estou aqui ao lado do Senador Moka, um bom e querido amigo –, que já, já teremos a Senadora Simone Tebet na tribuna. O pessoal da Rádio e TV Senado já vai ficar assistindo, não é, Alvaro?

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não; ao contrário. A Sr^a Senadora Simone é muito querida aqui. Chegou e trouxe a simpatia do pai, a história do pai, mas tem a sua própria identidade aqui na Casa.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem a palavra – e sei que concorda comigo em relação à Senadora Simone Tebet.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador. *Fora do microfone...*) e que se justifica.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Senador Lasier pelo importante pronunciamento que fez na abertura desta sessão. O Senador Lasier é do Rio Grande do Sul, Estado da Presidente Dilma; é do PDT, um partido da Base aliada do Governo; e faz um pronunciamento independente, com clareza, com lucidez, propondo uma reforma essencial para que o Brasil possa recuperar-se economicamente. A reforma do Estado brasileiro, do sistema de governança, o corte imprescindível para economizar, sobretudo despesas correntes exageradas e crescentes na atual administração.

Sr. Presidente, quero repetir: ao exilar a política econômica estabilizadora, a esquizofrenia catatônica, chamada de nova matriz econômica, gerou consequências trágicas para a sociedade brasileira.

A recessão da economia brasileira será duradoura e não aponta rota de otimismo em curto e médio prazo. O descontrole dos gastos públicos foi determinante para a completa desestruturação da política econômica. A expansão fiscal com excesso de desonerações, beneficiando áreas específicas, intervenção na economia com a concessão de juros subsidiados, em que o BNDES foi o carro-chefe, e a manutenção de uma taxa de câmbio artificialmente controlada foram campo fértil para produzir a recessão econômica no País. A redução da arrecadação atingiu em cheio os investimentos.

O crescimento econômico foi vítima. Há oito trimestres os investimentos estão em queda na economia brasileira. O desemprego decorrente da estagnação econômica vem invadindo o cotidiano dos brasileiros, agravado com o realinhamento dos preços administrados de combustíveis e conta de luz, por exemplo, repassados à sociedade, afetando a realidade da ascensão social ocorrida nos últimos anos. A inadimplência familiar tornou-se fato indiscutível. Vale dizer, a conta da irresponsabilidade produzida pelo Governo é repassada para as famílias brasileiras.

“Mágica fiscal”, “contabilidade criativa” foi o programa do governo Lula II (a partir de 2008) e Dilma Rousseff. Manipularam com notável irresponsabilidade a contabilidade nacional. Em vez de canalizar recursos para o crescimento econômico, investindo na infraestrutura e estimulando os investimentos privados produtivos, preferiram priorizar o crescimento das despesas públicas para sustentar uma máquina oficial “perringuinante”, confiscadora dos recursos públicos.

Exemplo: o Ministério do Planejamento tem 793 unidades e subunidades operando com relativa autonomia. A Secretaria de Gestão Pública do MP registra: o Executivo tem 757.718 servidores efetivos, mais 113.869 cargos de confiança e comissionados, além de 20.922 contratos temporários de trabalho. A Presidência da República, em dezembro de 2014, era responsável direta pela existência de 23.008 cargos de confiança e comissionados...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Eu peço a gentileza do Presidente para que eu possa ter mais cinco minutos para concluir o pronunciamento, Presidente.

Prossigo: comprovando o aparelhamento da estrutura pública federal.

Na Alemanha, a Primeira-Ministra Angela Merkel dispõe de 600 funções de confiança e comissionados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª já tem o tempo necessário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) - O.k., Presidente.

Ajuste fiscal, sem redução da máquina pública, é ilusão. O rebaixamento do grau – estou na linha exatamente do discurso do Senador Lasier Martins – de investimento para grau especulativo, da economia brasileira, foi estratégia construída pelo Governo Dilma Rousseff, expressada no aumento da dívida pública e deterioração fiscal, culminando com o envio ao Congresso de um orçamento com previsão de déficit de R\$30,5 bilhões. Foi o atestado de uma administração econômica fragilizada e sem rumo, destinada a produzir encarecimento do crédito e indiscutível nova frente de desaceleração econômica, agravando a recessão econômica pela perda do selo de bom pagador e ingressando no círculo dos países “sujeito a calote” nos seus compromissos financeiros.

Os governos Lula II e Dilma I foram responsáveis pela irresponsabilidade da política econômica desastrosa conduzida pelo ministro Guido Mantega. A perda do grau de investimento determinará um caminho mais difícil para sair da recessão nos próximos anos.

O Brasil, em dezembro de 2015, terminará o ano com a mais elevada dívida do mundo, na relação do Fundo Monetário Internacional, entre os países emergentes. Poderá atingir 70% do PIB.

Em julho de 2015, a dívida pública chegou a 68,3% do PIB. Foi, sem dúvida, um dos fatores que ajudaram na perda do grau de investimento. Em dezembro de 2014, era de R\$3,252 trilhões; seis meses depois, em junho de 2015, pulou para R\$3,588 trilhões. Cresceu, em seis meses, R\$336 bilhões. Com a taxa Selic em 14,25%, poderá ultrapassar os R\$4 trilhões, exatamente 68% do PIB, até o final do ano. Agora, em agosto, já atinge R\$3,684 trilhões.

No Governo Dilma, a desestruturação da política econômica foi catastrófica: quando assumiu, em janeiro, a inflação era de 6,5%, atingindo em agosto 9,5%, com tendência de alta. No câmbio, a cotação do dólar comercial era de R\$1,867; em agosto de 2015, era de R\$3,78.

A administração desastrada das contas públicas, com uma gestão macroeconômica irresponsável, levou ao cenário em que estamos mergulhados. A recessão econômica de 2015 se repetirá em 2016, com perspectivas de baixíssimo crescimento a partir de 2017.

O impacto da dívida pública na desestruturação das contas do Governo não é recente. Ela decorre de empréstimos que o Governo toma da sociedade para financiar partes das suas despesas. A origem está na determinante de a arrecadação de impostos ser insuficiente para atender o financiamento do Governo. Quando compra os títulos emitidos pelo Tesouro, os credores acreditam que o Governo tem capacidade de pagar os empréstimos. Os maiores credores da dívida são bancos brasileiros com suas carteiras de títulos da dívida. A dívida bruta engloba União, Estados e Municípios. No Orçamento de 2014, o Governo gastou R\$978 bilhões com juros mais amortização da dívida.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Isso representou 45% do Orçamento. Na peça orçamentária de 2015, pulou para R\$1,356 trilhão, correspondendo a 47% do Orçamento. Veja: 47% do Orçamento, de tudo que o povo brasileiro paga de impostos são jogados pela janela pelo Governo na amortização da dívida, no pagamento de juros e serviços dessa monumental dívida, que vem crescendo permanentemente.

Estou concludo, Sr. Presidente.

Objetivamente, isso quer dizer que ela vem crescendo em trajetória assimétrica: o PIB não acompanhou a sua evolução. A chamada nova matriz econômica, com a emissão irresponsável de títulos públicos do Tesouro,

levou à atual conjuntura explosiva, com o aprofundamento do desajuste fiscal, determinante para a perda do grau de investimento. Se não partir para forte ajuste nas contas públicas, com coragem e sem medo da popularidade fácil, no futuro, fatalmente, a situação se agravará, e virão novos rebaixamentos. O Congresso deveria formular projeto de lei determinando um limite para a dívida bruta do Governo da União, fixando percentual e agregando ao crescimento do PIB.

Faço referência à dívida pública como o grande problema, o grande desafio nacional. Nós sabemos que os países mais endividados do mundo gastam...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – ... proporcionalmente a metade do que o Governo brasileiro vem gastando para amortização da dívida e pagamento de juros e serviços da dívida pública do País.

É preciso que o nosso Governo encontre uma nova estratégia de administração da dívida pública do Brasil, porque, certamente, o povo brasileiro não suportará mais encargos tributários para que o Governo continue a rolar dessa forma incompetente a dívida pública crescente no nosso País.

Eu repito, duas questões são essenciais se o Governo quer enfrentar a crise: a reforma administrativa, já aqui analisada pelo Senador Lasier, que me antecedeu na tribuna, que é essencial, e, evidentemente, uma nova gestão para a dívida pública brasileira, a renegociação dessa dívida...

(Interrupção de som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Agradecendo a V. Ex^a, estou concluindo.

É essencial uma nova gestão para a dívida pública brasileira, de forma a não sacrificar em demasia o povo deste País, porque será impossível obtermos índices de crescimento compatíveis com a grandeza do Brasil se continuarmos pagando a dívida dessa forma, consumindo, como o fizemos neste ano de 2015, 47% do Orçamento, quase a metade de tudo o que o Brasil produziu no ano de 2015, para pagar essa monumental dívida pública que não para de crescer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência cumprimenta V. Ex^a e convida, para fazer o uso da tribuna, a Senadora Simone Tebet, como tínhamos anunciado, como oradora inscrita. Em seguida, para uma comunicação inadiável, será a Senadora Vanessa Grazziotin, do nosso Estado do Amazonas.

Com a palavra, a Senadora Simone Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência cumprimenta V. Ex^a e convida, para fazer o uso da tribuna, a Senadora Simone Tebet, como tínhamos anunciado, como oradora inscrita. Em seguida, para uma comunicação inadiável, será a Senadora Vanessa Grazziotin, do nosso Estado do Amazonas.

Com a palavra, a Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Eu começo agradecendo as gentis palavras a mim dirigidas. Eu cumprimento, de forma especial, a Senadora Vanessa, o Senador Alvaro Dias, o Senador Lasier.

O que me traz a esta tribuna nesta tarde também é o anúncio feito pelo Governo Federal em relação ao novo ajuste fiscal, que inclui cortes de despesas na ordem de R\$26 bilhões, por meio, principalmente, do aumento de impostos e da tentativa de ressuscitar a CPMF.

No sentido um pouco diverso dos Senadores que me antecederam, eu sequer aceito discutir aumento de impostos neste momento no País, não enquanto se deixa de levar a sério o dever de casa de fazer realmente uma faxina, de cortar na própria carne, de diminuir ministérios e cargos públicos, de cortar despesas com custeio, de queimar as gorduras que ainda existam e de entrar até naquilo que julgamos ser necessário mas que, muitas vezes, em momentos de crise, temos também de abrir mão, desde que dentro de certo limite.

O que me traz a esta tribuna é uma preocupação que tive ao olhar as mídias, durante esta semana, que, ao se referirem à diminuição de despesas com o custeio da máquina pública, deram conta da decisão do Governo Federal de reduzir em R\$1,1 bilhão a estimativa de gastos com a subvenção agrícola. E eu, muito curiosa em relação a isso, fui ver do que se tratava: trata-se de uma dotação orçamentária que consta, anualmente, no Orçamento da União, neste ano no montante de R\$1,7 bilhão, que com a nova proposta vai se tornar R\$600 milhões, e que tem a ver com a política de garantia de preço mínimo ao agronegócio.

Para aqueles que nos ouvem pela Rádio Senado e nos assistem pela TV Senado, essa política de garantia de preço mínimo é exatamente, como o nome diz, a garantia que o agricultor tem de que, se seu produto,

depois de muito labor, for colocado no mercado e não encontrar um preço mínimo que lhe garanta pelo menos o ressarcimento daquilo que gastou com implemento agrícola, com semente, com maquinário, com pagamento de pessoal e tudo o mais, o Governo, por meio dessa política, tomará dois caminhos: ou adquire, por intermédio da Conab, toda a produção, ora do arroz, ora do trigo, ora da soja – a soja não, porque sempre há como exportar –, dos produtos agrícolas, a estoca e, no momento certo, a coloca no mercado para não deixar faltar a produção e, com isso, combater a inflação; ou faz a equalização de preços. Essa equalização acontece se o produtor vender o produto sem alcançar o preço mínimo. Nesse caso, o Governo paga a diferença ao agricultor para que ele não tenha prejuízo.

Pois bem. Este é o corte que, a princípio, o Governo Federal quer fazer: tirar R\$1,1 bilhão dessa garantia que é, como o próprio nome diz, uma garantia, o chão que o agricultor tem para continuar produzindo neste País. E, como eu disse, nós podemos cortar quase tudo em momentos de crise, mas nós não podemos cortar alimento. O alimento não pode faltar na mesa do trabalhador e da população brasileira.

A humanidade não sobreviveria sem o campo. O Brasil depende do campo, depende do campo em todos os sentidos – eu já darei um aparte ao Senador Lasier assim que terminar o raciocínio. O Brasil depende do campo, a começar pela balança comercial que, no ano passado, só não foi negativa na ordem de US\$84 bilhões, porque houve um superávit na balança comercial do agronegócio na ordem de US\$80 bilhões. Mais do que isso, o Brasil depende do campo também para gerar empregos. Os empregados no campo, com carteira de trabalho assinada, em empregos diretos e indiretos, correspondem a mais de 30% dos trabalhadores brasileiros. São 15 milhões de trabalhadores no campo, alimentando os 204 milhões de brasileiros.

Darei o aparte ao Senador Lasier com o maior prazer.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu me congratulo com o seu discurso, Senadora Simone Tebet, porque, se não bastasse fragilizar a saúde, fragilizar a educação, fragilizar a infraestrutura, particularmente nas estradas, querem entrar naquilo que tem sido a salvação da lavoura, que é a nossa produção agropastoril. Não dá para cortar nada nesse setor. V. Ex^a traz a público esse discurso que tem sido pouco pronunciado. Essa é exatamente a área que está nos sustentando, especialmente o meu Estado, que é o Rio Grande do Sul, tanto quanto o seu. No meu, nem se fala, pois 38% da economia do Rio Grande do Sul dependem da produção do campo. Então, eu me congratulo com seu discurso, invocando justamente esse setor que não pode ser mexido. Aí é terra arrasada completamente. Cumprimentos.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu agradeço, Senador Lasier.

E eu venho justamente no sentido de tentar sensibilizar o Governo Federal para que essa decisão seja revista, dada a importância do segmento agropecuário para o desenvolvimento do País. Daí, a necessidade que tenhamos clareza sobre o assunto que trago hoje a este plenário. Alguns vão dizer assim: "Mas esse é um recurso que todo ano consta no Orçamento e quase nunca é usado, Senadora. Usa-se muito pouco". Mas é esse o objetivo mesmo. Esse recurso, se Deus quiser, não vai ser usado em 2016, porque será sinal de que não houve uma praga diferente neste País, de que o clima colaborou, de que não houve uma seca maior no Nordeste. Ele precisa estar ali e constar contabilmente no Orçamento.

O sinal, a meu ver, foi dado de forma errônea, e para as pessoas erradas. Poder-se-ia muito bem dizer que o Orçamento negativo de R\$30 bilhões – a sinalizar para o mercado financeiro – não é de R\$30 bilhões, mas de R\$28,3 bilhões, porque esses R\$1,7 bilhão, a princípio, não serão usados, uma vez que ele é um seguro para o homem do campo. Se houver necessidade, como aconteceu em 2010 lá no Mato Grosso, Estado vizinho ao meu, onde se teve que investir R\$1 bilhão para adquirir a soja, vai se utilizar, mas, se não for preciso, como não se precisou nem em 2011, nem em 2012, nem em 2013, nem em 2014, nós não vamos fazê-lo. O sinal que tinha que ser dado de forma positiva é para o homem do campo, não é tentar justificar para o mercado financeiro ou para esta Casa que os números não são esses, porque somente nós temos a informação. A informação de coxia, dos bastidores, chega muito fácil a nós, mas ela é muito difícil de chegar à ponta. Há agricultores que ainda escutam rádio, que veem pouco televisão e que não têm acesso à internet. Quando ele recebe a notícia de que, se ele produzir determinado produto mais perecível, um produto que não tem tanto mercado, ele pode não ter a garantia do preço mínimo, certamente ele vai falar: "Eu vou produzir o que o Brasil precisa ou vou produzir a soja que é fácil de ser exportada? Eu vou produzir a uva no Nordeste, o que é difícil, mas hoje possível, ou a mandioca, porque eu a transformo em fécula e é mais fácil de ser comercializada?" Nós não podemos errar nesses sinais. É o efeito psicológico, que é muito fácil de ser consertado.

Eu venho a esta tribuna com um apelo, no sentido de colaborar com o Governo Federal para que repense essa questão. Nós estamos falando apenas de um número que pode, tão somente, ficar ali, no orçamento, mas que vai tranquilizar aquelas pessoas que são responsáveis por colocar alimento na nossa mesa.

E nós não podemos esquecer, Sr. Presidente, que, apesar de todos os avanços – e temos que reconhecer que avançamos muito nas políticas sociais neste País e temos que reconhecer, igualmente, que avançamos

também com o governo Lula, ninguém está dizendo o contrário –, ainda há 10 milhões de brasileiros que estão fora da mesa das refeições.

Nós não podemos permitir que produtos, por causa de questões como essa, subam de preço, como volta e meia acontece com o tomate, com a cebola, por conta, às vezes, de uma falta de comunicação.

E eu vou dizer mais: acho que este Governo hoje reconhece a importância da agricultura, tanto que há uma Ministra lá, que é nossa colega, a Senadora Kátia Abreu, uma das mulheres que mais entende de agronegócio neste País. É uma mulher atuante, competente, que sabe ouvir, que vai para frente, que luta pelos interesses da categoria. Mas nós precisamos propiciar os instrumentos e as ferramentas para que o Ministério da Agricultura continue indo no caminho certo, que é o caminho de incentivar a agricultura e também a agropecuária neste País.

Os números que temos em relação à agricultura no Brasil são dignos de serem reconhecidos no mundo, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – A ONU tem estudos que mostram que, nos próximos dez anos, o mundo vai precisar de 20% a mais de alimentos do que há hoje, mas, da mesma forma que aponta isso, ela mostra que a Europa só pode crescer 4% na sua produção. O único país que tem capacidade de produzir e alimentar o mundo, além do povo brasileiro, é o Brasil. Ele tem capacidade de crescer na ordem de 40%, sem aumentar, com isso, na mesma proporção, a área de produção, para não causar problemas ambientais.

Na semana passada, saiu a informação – porque já está em final de colheita – de que nós crescemos, do ano passado para este ano, 8,6%. Esse é o aumento da nossa produção. Sabe quanto nós avançamos em área? Apenas 1,6%, 1,8%. Isso se chama produtividade. Nós temos essa característica. Nós temos terra, nós temos água, nós temos clima, nós temos bioma...

(Interrupção do som.)

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E aí, Sr. Presidente, eu já estou encerrando (*Fora do microfone.*), eu digo: nós temos um Governo que, sim, olha o agronegócio como deve olhar, mas em determinados momentos dá uma derrapada como esta e isso não podemos admitir. É nesse sentido que eu clamo ao Governo Federal, para que reveja este corte, que pode não ser é um corte real.

Vamos deixar o número no Orçamento, porque nós poderemos, sim, a qualquer momento, fazer emendas e complementar o Orçamento, mas é a sensação negativa para o homem do campo que não podemos dar, é o efeito psicológico para o agricultor, porque ele vai plantar no ano que vem.

E eu encerro com esta colocação: o ano que vem, que está por vir, não sabemos como será para o homem do campo, porque não há nenhuma atividade mais arriscada neste País do que a agricultura. Ele não pode deixar de produzir grãos para ter apenas o gado ou poder colocar a floresta porque é mais seguro e rentável. Precisamos do homem do campo - que hoje é corajoso - protegido por todos nós e por políticas públicas como a política de garantia do preço mínimo, porque ele corre muitos riscos. Ele tem a volatilidade do mercado, ele tem a própria especulação do mercado, ele corre o risco das pragas que vêm cada vez mais persistentes e resistentes aos remédios.

Há ainda a questão climática. No seu Sul, Senador Lasier, hoje em dia, ou chove, ou há enchente, não há meio-termo. Em plena primavera, há os dias mais frios do ano. No Nordeste, tem-se de rezar para Padre Cícero fazer chover. Então, não dá para prever. Dizem que El Niño assusta até o passarinho, pega desprevenido o passarinho, e a própria meteorologia, que dirá, então, o produtor, que precisa ficar olhando constantemente para o céu.

Encerro minhas colocações, Sr. Presidente, deixando aqui, portanto, apenas um pedido ao Governo Federal: que, sim, sinalize ao mercado financeiro – isso é importante –, mas que, em questões como esta, não mexa naquilo que está dando certo.

(Soa a campainha.)

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu vou aqui aproveitar a fala do Senador Lasier para dizer que a agricultura hoje é a salvação da lavoura e a salvação deste País. Não é um problema, e sim uma solução.

Encerro dizendo novamente que temos terra, temos água, temos bioma, temos clima, temos gente, temos um Governo que hoje olha pela agricultura com responsabilidade. Então, é isto que nós queremos: que

continue a fomentar, a desenvolver este País, a dar segurança, mas, acima de tudo, ao invés de tirar, que garanta o chão do agricultor.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senadora Simone Tebet, e convido para fazer uso da tribuna, para uma comunicação inadiável, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Em seguida, vou contar, talvez, com o nosso amigo, Senador Lasier, para que eu possa fazer uso da tribuna.

Vamos ouvir a Senadora Vanessa, que tem sido uma lutadora aqui pelo Estado democrático de direito no País, batalhando também pelo fim do financiamento empresarial nas eleições e na defesa de que esse projeto de Governo nosso possa superar as dificuldades, seguir em frente. Tem sido duro e difícil, não é, Senadora? Mas vamos seguir em frente.

Com a palavra, V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Jorge Viana.

Antes de mais nada, quero dizer que V. Ex^a fique tranqüilo, pois falará aqui nem que eu tenha que ficar dirigindo a sessão o tempo de que V. Ex^a precisar, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu vou falar sobre a ferrovia, vou falar sobre uma tentativa de embargo da ponte do Rio Madeira, daqui a pouco vou falar para o povo do Acre e também vou falar sobre as audiências que fiz aqui com o Prefeito da capital, Marcus Alexandre, nesta semana.

Com a palavra, V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito bem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra, V. Ex^a. Obrigado pelo carinho e consideração.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu quero, na realidade, Senador Jorge Viana, dar continuidade ao pronunciamento que fiz ontem da tribuna tratando do financiamento empresarial. Aliás, foi o tema também do pronunciamento de V. Ex^a.

Nestes últimos tempos, temos debatido muito a matéria por vários fatores; um deles foi por conta de termos votado recentemente nesta Casa um projeto de lei em que a maioria dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras optaram por rejeitar o financiamento empresarial de campanha, fazendo assim eco ao que pensa, ao que analisa a OAB, quando ajuizou uma ação direta de constitucionalidade, requerendo a constitucionalidade, à luz da Constituição brasileira, do financiamento empresarial de campanha.

Quando comecei o meu pronunciamento, falava que alguns Senadores, nós que tivemos uma reunião muito importante na sede da CNBB, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela manhã – o Senador Jorge Viana lá estava também –, durante a tarde tivemos um encontro com o Presidente, solicitamos e tivemos uma audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Lewandowski, a quem fomos perguntar a respeito da tramitação da matéria, que voltaria à pauta, depois de quase um ano e meio, no dia de ontem, Senador Jorge Viana.

Iniciada a discussão da matéria, na apresentação do voto pelo relator, Ministro Gilmar Mendes, nós estávamos – vários parlamentares, não só Senadores e Senadoras, mas também Deputados e Deputadas Federais – no plenário assistindo à sessão do Supremo Tribunal Federal quando o Ministro iniciou de uma forma muito agressiva a exposição do seu voto, Presidente.

E, de cara e de forma indireta, e depois por todo o voto que se seguiu por mais de três horas, parece que até mais de quatro horas, ele manteve não só esse mesmo tom agressivo, mas elevou ainda mais o tom e utilizou boa parte das suas argumentações acusando partidos políticos, Sr. Presidente. Esse foi o centro da defesa do financiamento empresarial por parte do Ministro Gilmar Mendes, que votou contra.

E, aí, é importante que destaquemos o seguinte: ontem, eu disse que, ouvindo os argumentos do Ministro, imaginei que não estivesse assistindo a uma sessão do Poder Judiciário do Brasil, e sim a uma sessão do Parlamento brasileiro, porque é aqui que polemizamos. Lá, os juízes têm de julgar as ações que recebem, não têm de entrar na análise de partido a ou b, a não ser que isso seja mérito da matéria...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eles acharam que era uma reunião do PSDB.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente.

A não ser que isso seja mérito da matéria que está sendo julgada. Mas, não, o julgamento ontem era sobre a constitucionalidade ou não do financiamento empresarial de campanha, tanto que, ao final da sua fala, o representante da OAB – entidade de respeito, de história neste País, sobretudo, na luta democrática brasileira, Senador Jorge Viana, sabemos do papel que a OAB cumpriu na resistência e no combate à ditadura militar, desrespeitando do início ao fim a OAB, acusando-a de ser laranja, de ter ajuizado uma Adin que não havia sido

ela que havia escrito – ao final do voto, o Secretário-Geral da OAB pediu a palavra para falar a respeito do voto do Ministro Gilmar Mendes, e o Presidente Lewandowski prontamente concedeu a palavra ao Dr. Cláudio de Souza Pereira Neto, que é o Secretário-Geral da OAB, sob os protestos do Ministro Gilmar Mendes. Foi então que o Presidente da sessão disse que não haveria problema nenhum, depois de mais de três horas de voto, em o representante da entidade que havia sido duramente atacada e o autor daquela petição utilizar a palavra.

E, aí, o Ministro se retirou, Sr. Presidente, o Ministro não ficou, porque disse que não ia ficar para ouvir, e se retirou. Deu o seu voto contrário.

Então, com esse voto, o placar está em seis votos a favor da Adin da OAB e dois votos contrários, e a sessão seguirá no dia de hoje, Sr. Presidente.

Quero dizer que minhas esperanças são muito grandes de que o povo brasileiro possa vencer esta batalha, que tem sido uma batalha fácil não, é uma batalha muito difícil, Sr. Presidente, porque vivemos uma dificuldade enorme econômica, mas principalmente política. O Brasil inteiro está assistindo, estarrecido, às revelações de corrupção que ligam empresas a partidos políticos.

E aqui quero repetir o que disse ontem, que, aliás, de forma maldosa, leviana e equivocada, foi interpretado por um Senador desta Casa, Senador Jorge Viana, que tenta manipular as minhas palavras. Eu estava dizendo ontem que, se permanecer o atual sistema de financiamento eleitoral, nós teremos no futuro muito mais problemas do que temos hoje, porque todos os Parlamentares, não só Parlamentares, mas também chefes de Executivo, recebem dinheiro de empresas para suas campanhas eleitorais. E somente isso, diante de todos os fatos revelados, já coloca em suspeição todos os Parlamentares.

Dei o exemplo de um delator, dono da UTC, chamado Ricardo Pessoa – e aqui repito: a empresa desse delator doou dinheiro para os dois candidatos à Presidência da República que foram para o segundo turno; para o que perdeu até mais do que para a que ganhou. E como é que agora nós vamos separar o que é dinheiro da propina e o que não é? Veja, foi o próprio delator que disse que sempre ele separava dinheiro de propina para as campanhas eleitorais e dava a todos os partidos. Por quê? Porque abriam portas no Congresso Nacional.

O Ministro, ontem, infelizmente, Senador Jorge, usou exatamente o mesmo argumento que o DEM, o antigo PFL, Partido que sustentou a ditadura militar, usou; aqui no plenário desta Casa, bem como o PSDB, tentando atacar um partido político, no caso o Partido dos Trabalhadores, mas ao mesmo tempo defendendo o financiamento empresarial de campanha.

Veja, Sr. Presidente, esses Parlamentares que falam tanto de ética têm agora à sua frente uma grande oportunidade – tinham porque não o fizeram – que era votar contra o financiamento empresarial de campanha. Mas votaram a favor.

Aqui foram derrotados; na Câmara dos Deputados tiveram uma vitória. E eu tenho os dados aqui. Na Câmara dos Deputados, dos 46 Deputados do PSDB que votaram, 42 votaram a favor, do DEM: dos 19 Parlamentares que votaram, 18 votaram a favor; do meu Partido falo com muito orgulho e de cabeça erguida: 13 Deputados Federais, 13 votos contrários ao financiamento empresarial de campanha. Falo isso com muito orgulho, com muito orgulho. E esses que votaram a favor dominam mais os dados do que até mesmo aqueles que trabalham diretamente com a advocacia eleitoral.

O gasto de campanha do ano de 2010, de acordo com o site do TSE, Sr. Senadores – repito, em 2010, o gasto total de campanha, de acordo com o TSE –, foi de R\$800 milhões. Oitocentos milhões de reais! É muito dinheiro! É muito dinheiro! Oitocentos milhões de reais é muito dinheiro! Foi o gasto de 2010.

Mas vejam 2014...

(Interrupção de som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... 2014, quatro anos depois. Repito: em 2010, R\$800 milhões os gastos de campanha eleitoral; em 2014, R\$5,1 bilhões.

É isso que eles querem manter. E 95% desses recursos provêm de poucas grandes empresas, de poucas; a grande maioria delas citadas na Lava a Jato, e todos eles dizendo: "Doei para 15 partidos", "Doei para 20 partidos". E como se vai separar uma coisa da outra? Aí o que fica em suspensão é todo o Parlamento, é absolutamente tudo.

Então, só temos uma chance, Senador Jorge Viana, só temos um caminho, o caminho é proibir o financiamento empresarial de campanha. Do contrário, é conversa, como diz o povo, para boi dormir.

Eu digo que o combate à corrupção não se faz com discurso, se faz na prática: primeiro, no estilo de vida, no modo de vida, no cumprimento da ética. Isso não vale só para político. Isso vale para qualquer cidadão e para qualquer cidadã.

Então, não me convence. E o povo tem de saber. Eles navegam, navegam, porque o povo não sabe... O povo é que é contra o financiamento empresarial de campanha, Senador Jorge Viana.

O Instituto Datafolha fez, há não muito tempo, acho que foi no mês de julho, uma pesquisa com mais de 2,1 mil pessoas, em 135 Municípios do País, de todas as Regiões: 74% dos entrevistados se manifestaram contrários ao financiamento empresarial de campanha.

Mas, vamos seguindo. Professores da Universidade de São Paulo, da USP e da Unifesp, foram à Avenida Paulista, no dia 16 de agosto, em uma manifestação contrária ao Governo – todos lembram. Lá, coordenados pelo Professor Pablo Ortellado e pela professora Esther Solano, fizeram uma pesquisa. E qual o resultado? 75% dos entrevistados que estavam na Avenida Paulista, não no dia 20, mas, no dia 16, foram contrários ao financiamento empresarial de campanha. Mas esses que se dizem os defensores da ética votaram a favor. Eu aqui dei os dados.

Então, veja, querem continuar dessa forma, e alegam o quê? Que vai ter caixa dois? E hoje não tem caixa dois?

Olha, Senador Jorge Viana, quero dizer que tenho uma história – mas, como eu, sei que alguns têm também – de mais de 30 anos na vida pública e tenho muito orgulho de andar, por onde quer que seja, de cabeça erguida. E tenho muito orgulho de aqui, seja defendendo o governo do Presidente Lula, seja defendendo o Governo da Presidenta Dilma, ou combatendo o governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, tenho muito orgulho de manter a minha coerência.

E é exatamente por isso, Srs. Senadores, que tenho dito muito, desta tribuna, que o momento que o Brasil vive é um momento de crise profunda, mas a crise política é maior do que a crise econômica, porque não aceitam que seja a Presidenta Dilma a que promova, a que conduza as ações necessárias para que saímos da crise.

Todos sabem que o momento não é fácil e que é preciso medidas duras, drásticas. Nessa hora, todos deveríamos nos unir. Mas, não. O que eles só pensam, só falam e só querem é o *impeachment* da Presidente Dilma.

Senador Lasier, eu ouvi seu pronunciamento, V. Ex^a fazendo críticas ao Governo, mas eu não ouvi V. Ex^a defendendo que a Presidenta sofra um impedimento, porque sei que V. Ex^a não é um golpista. Mas a maioria não é como V. Ex^a. A maioria não quer saber e acha que uma situação de desgaste político, de crise econômica, é possível de levar ao impedimento de uma Presidente. Ora,...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) - ... um Presidente da República tem que ser afastado quando comete crime. Qual foi o crime que cometeu a Presidente Dilma?

Hoje tomou posse, para o seu segundo mandato, o Procurador-Geral da República, Procurador Rodrigo Janot, que fez um curto, entretanto profundo pronunciamento no ato da sua posse. E destacou algumas questões que eu faço absoluta questão de repetir aqui: o fortalecimento da democracia e a independência dos poderes. A independência. Falou da postura do Senado Federal, postura republicana, e da postura democrática da Presidente, que reconheceu, mesmo não sendo nenhuma obrigação legal, a lista tríplice do Ministério Público e mandou para esta Casa, para o Senado Federal, o nome que obteve mais votos, que foi o do Ministro Rodrigo Janot.

A Presidente, por seu turno, falou da postura também imparcial...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) –... do Poder Executivo, para não interferir nas investigações de corrupção.

Talvez os jovens achem que isso seja normal, mas não é, porque não era assim na época do Fernando Henrique Cardoso, em que nada se investigava, porque o então procurador da época, que não era o da lista, engavetava tudo o que era representação.

Então eu concluo meu pronunciamento aqui, dizendo que vamos voltar novamente ao Supremo, porque segue o julgamento hoje, e se tudo der certo, a população brasileira, os mais de 75% do povo brasileiro contrários ao financiamento empresarial de campanha vão derrotar uma minoria representada pelos partidos de direita, pelos partidos conservadores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sr^a Vanessa Grazziotin, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lasier Martins.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Cumprimentos, Senadora Vanessa, sobretudo por sua persistência com esse apelo, que é o mesmo apelo nosso, como também do Senador Jorge Viana, que me passa por alguns instantes a Presidência dos trabalhos. Nós precisamos continuar nessa luta pelo fim das doações de empresas privadas, grande causa, principal causa da corrupção, como se tem visto ultimamente com as empreiteiras. E haveremos de continuar, depois do julgamento de hoje do Supremo, que esperamos que termine, vamos continuar nessa luta.

Anuncio, com muito prazer, como orador inscrito, a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Lasier.

Estava ouvindo aqui as palavras da Senadora Vanessa, já saindo da tribuna, e queria cumprimentar V. Ex^a, falando que essa luta pelo fim do financiamento empresarial é uma luta suprapartidária, não é uma luta do PT, não é uma luta do PCdoB, não é uma luta do PDT. É uma luta que envolve Senadores de vários partidos aqui na Casa, que querem, sim, o fim desse império do poder econômico nas eleições, que vem disfarçado e, às vezes, é explícito por meio do financiamento empresarial.

Não adianta querer comparar e dizer que se quer pôr fim ao financiamento empresarial, para que sindicatos e associações possam fazer financiamento. Isso é proibido. Eu sou daqueles que sempre apresentam as duas teses: fim do financiamento empresarial e criminalização do caixa dois. É outro absurdo dizer que vai ter muito caixa dois. É só fiscalizar, é só prender, é só punir, e isso nós podemos fazer. Também estamos propondo um teto de gastos para o candidato. Fica muito mais fácil fiscalizar. O que não dá é seguir nesse processo de desmoralização da atividade político-partidária. Isso só é bom para quem faz da política um negócio.

Eu estava comentando com V. Ex^a, Senador Lasier, que eu havia recebido uma mensagem dos melhores destinos, que eu fico acompanhando. Eu queria, mais uma vez, fazer um brevíssimo informe. No dia 21, eu estarei em São Paulo, como membro da Comissão de Relações Exteriores; hoje, eu estou indo ao Acre. No dia 22, terça-feira, teremos a presença do Ministro Eliseu Padilha, responsável pela aviação civil, dando sequência a uma batalha que estamos travando há tempos aqui no Senado, para moralizar, punir e exigir respeito com o cidadão em relação ao transporte aéreo, ao preço de passagem no Brasil.

Eu mostrava ao Presidente Lasier, que está na sessão, acabei de receber aqui uma afronta. A companhia Copa, de Aviação, fazendo viagem do Brasil para os Estados Unidos, pelo menos de oito capitais, inclusive Brasília – estou com Brasília aqui em aberto – no valor de R\$1.112,00, ida e volta. Mil cento e doze reais a passagem! E eu vou ao Acre, hoje, daqui a pouco, pagando R\$1.200,00, apenas a ida – isso porque comprei antecipado. V. Ex^a falava que está pagando, às vezes...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Às vezes, R\$1.300,00 para Porto Alegre.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para ir?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso está quase nos sugerindo, Senador, que, para exercer o mandato, nós vamos morar em Miami e vir, semanalmente, ao Senado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E olha, vou lhe dizer mais: alguns que preferem a Europa vão poder morar na Europa, vir para cá toda semana, e vai ficar mais barato para o Senado o reembolso da passagem.

É esse tipo de situação vexatória que nós vamos pôr nessa audiência que propus, com o aval dos colegas da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle de Defesa do Consumidor.

Vou convidar o Deputado Alan Rick, que fez uma intervenção lá na Câmara, o Deputado Angelim eu já convidei, e outros Parlamentares, como o Deputado Leo de Brito, para que estejamos juntos, no dia 22, numa audiência com o Ministro. Certamente, teremos o diretor também da Anac, novamente, o Sr. Guarany, que esteve conosco, para que possamos, de fato, ter uma ação que busque respeitar o consumidor brasileiro.

Com o dólar alto do jeito que está, a alternativa para a maioria dos brasileiros, no período em que estiver de folga, nas suas férias, é o turismo aqui dentro do Brasil. Isso não é ruim, é bom para o Brasil. Mas com as passagens nesse preço, vão terminar procurando um destino fora do Brasil pelo custo da passagem.

É uma política burra que o nosso País está fazendo, exportando dinheiro, que está fazendo tanta falta aqui, em vez de fazer com que essa beleza toda que o País tem, um povo bom que nós somos, possa estar sendo compartilhado uns com os outros, de uma região para outra. Basta que se crie uma relação respeitosa das companhias aéreas com os usuários, fazendo a prática de um preço justo.

Sr. Presidente, eu estou aqui na tribuna e vim para anunciar, primeiro, uma série de audiências que eu tive esta semana – o ex-Prefeito e Deputado Federal Angelim também acompanhou outras – com o Prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre. Ele tem sido um dedicado prefeito. A população de Rio Branco tem uma avaliação muito positiva do nosso Prefeito, Marcus Alexandre, exatamente pela sua postura de, incansavelmente, com

a botina nos pés – antes da crise ele já fazia isso, agora, neste período de crise, ele segue fazendo –, fazer um trabalho de estar junto com aqueles que mais precisam, com a população de Rio Branco.

Ele não tem medo de enfrentar problema. Quando tem uma dificuldade, ele vai lá. Se não dá para resolver, ele pede desculpa por não poder resolver, encontra uma maneira de colaborar. Assim, tem crescido cada vez mais o respeito da população por sua administração.

Nós sempre estamos conversando, discutindo os problemas. Eu passo um pouco da minha experiência de ex-prefeito e ex-governador para ele, como fizemos ontem, numa reunião na minha casa. Com o ex-Prefeito Angelim é a mesma coisa.

Eu queria aqui fazer um registro agradecendo ao Ministro Kassab pela audiência, à equipe do Ministério dos Transportes, pelo trato respeitoso que estão dando aos projetos que nós levamos com o Prefeito Marcus Alexandre. Fizeram a liberação de recursos e estão encaminhando as demais liberações.

Eu quero também aqui agradecer especialmente ao Ministro da Integração, Gilberto Occhi. Ficamos ontem com ele quase uma hora, o Prefeito Marcus Alexandre e eu. Ele está liberando quase R\$4 milhões, para que se possa fazer frente aos graves problemas que tivemos em várias ruas de Rio Branco, com o desmoronamento na margem do Rio Acre.

Então, são quatro áreas gravíssimas que nós temos, em Rio Branco. Os recursos serão liberados, e eu vou estar lá com o Prefeito Marcus Alexandre, com Governador Tião Viana, nós vamos estar juntos, fazendo a reconstrução desse trecho que foi destruído, especialmente na capital do Acre, que sofreu a mais intensa alagação de sua história, nesse ano que passou, nesse começo de ano.

Queria também agradecer ao Ministério da Pesca, ao Secretário Executivo Luiz Otávio Campos, que ontem liberou uma parcela importante de recurso, para que possa ser concluído o mercado que a Prefeitura de Rio Branco está fazendo, para ampliar o trabalho no nosso Ceasa. Então, fica aqui o agradecimento ao Ministério da Pesca e, especialmente, ao Secretário Executivo Luiz Otávio Campos, já que o Ministro estava viajando. Encontrei com ele hoje, na posse do Dr. Rodrigo, e fiz questão de lhe agradecer.

Agradeço também ao Ministério do Turismo, que está ajudando em uma das obras mais importantes da capital do Acre, Rio Branco – o Shopping Popular –, que vai fazer o ordenamento em uma importante área de Rio Branco, dando atenção especial aos pequenos comerciantes.

Faço aqui um registro também, já que o prefeito esteve com o Deputado Alan Rick, no Ministério do Esporte, encaminhando um projeto da maior importância para a nossa cidade.

Mas queria pedir um tempo, Sr. Presidente, pois temos aqui um dia bem tranquilo, para dividir com a população do Acre mais este registro. Estive hoje na posse do Dr. Rodrigo Janot. Fui dar-lhe um abraço, levar uma confiança, e ouvi uma fala histórica da Presidenta Dilma, uma fala importante de Chefe de Estado, fazendo um registro de como, no governo do Presidente Lula, no Governo da Presidenta Dilma, nós demos um tratamento diferente de governos que passaram, anteriormente, que botavam apaniguados, botavam paus-mandados, para ocupar algumas funções importantes. Nossa governo, com o Presidente Lula e a Presidenta Dilma, é bom que se diga, tem agido de maneira republicana, fazendo com que os indicados para o Ministério Público...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... sejam aqueles que estavam encabeçando a lista dos que compõem o Ministério Público.

O Dr. Rodrigo Janot foi reconduzido, e a Presidenta Dilma fez uma fala muito importante. Primeiro, reconhecendo sua capacidade jurídica, reconhecendo o papel de liderança que ele tem a desempenhar e os desafios que tem pela frente, na chefia do Ministério Público Federal. Eu quero aqui desejar sucesso ao Dr. Rodrigo Janot, a todos que trabalham no Ministério Público, mas fazendo esse registro.

As pessoas esquecem: se nós estamos tendo hoje combate à corrupção e um Supremo agindo de maneira independente, é porque 11 Ministros foram nomeados pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma. E aí eu pergunto: se fosse outro governo, nomearia quem? Amigos para ficarem lá para proteger? Não. O Presidente Lula, a Presidenta Dilma nomearam Ministros que..., inclusive o Ministro Joaquim Barbosa, que foi o condutor, por alguns entendidos, como o algoz da história do PT, mas ele estava lá com isenção, tinha sido indicado pelo Presidente Lula.

E isso eu acho que é algo que tem que ser registrado como parte da História do Brasil e que mostra que o Presidente Lula, na hora de fazer as indicações, não ficou buscando amigos para protegê-lo nos tribunais superiores. Ao contrário, procurou apreciar currículos e fazer a indicação. E muitos, inclusive, setores da imprensa nunca registram isso, e a sociedade também vai apagando da memória esse registro que faço.

O mesmo no Ministério Público Federal: como é que os outros governos agiam? Por que o Ministério Público Federal não aparecia? Porque tinha um papel subordinado a cumprir de engavetar denúncias e acusações.

Era esse o papel do Ministério Público durante uma parte importante da História do nosso País. E qual é o papel do Ministério Público hoje? Agir com isenção, agir com liberdade, agir cumprindo a Constituição, sem nenhum tipo de interferência do Governo.

Por isso que eu queria fazer esse registro, e desejando sucesso nesse novo desafio. Que o Dr. Rodrigo Janot, que foi sabatinado aqui no Senado, que foi aprovado aqui por este Plenário, possa estar à frente dessa importante instituição que é o Ministério Público Federal a partir de agora com o novo mandato, já que foi empossado hoje pela Presidenta Dilma, e eu tive a honra e a satisfação de participar!

Mas queria, exatamente por isso, Senador Lasier, que preside esta sessão, dizer que li, hoje, estarrecido, uma matéria no jornal *A Tribuna*, um jornal do Acre, sobre um incidente – ou um acidente – que ocorreu na obra da ponte do Rio Madeira. Eu fico estarrecido. E não vou ler a matéria toda, porque aqui eu não quero fazer acusação à Procuradora do Ministério Público Federal de Rondônia, eu não tenho o direito de fazer, eu não a conheço, mas a matéria registra que ela tem um processo já no Conselho do Ministério Público e já foi penalizada.

Mas eu não quero entrar no mérito, eu só queria pedir a ela que tivesse uma melhor compreensão, porque eu estou me referindo a uma obra no Rio Madeira, na travessia do Rio Madeira, uma ponte, que nós estamos lutando há décadas por ela, nós nos empenhamos suprapartidariamente. O Governador Tião Viana se envolveu diretamente, a Presidente Dilma assumiu o compromisso de fazer a obra. Mas temos um problema: essa travessia, de mais de 1km, ela se dá, através de um esquema de balsa, controlada por uma empresa, do um ex-Deputado do PP Roberto Dorner, do Mato Grosso, e ele tem uma mina de ouro nas mãos, é o melhor dos negócios, porque fica transportando todo mundo, cobra um absurdo, e não quer nunca que a ponte aconteça, porque vai matar a galinha dos ovos de ouro.

Ou seja, fizemos todas as pontes no Acre, de Rio Branco até Cruzeiro do Sul, na BR-364, fizemos na 317. Não há mais grandes obras de pontes para fazer no Acre, mas resta apenas uma, antes de chegar ao Acre, perto da divisa de Acre com Rondônia, que tem um sistema de balsa, de travessia, que é uma mina de ouro. Em qualquer conta que se faça, os ganhos são milionários todos os meses, e, todas as vezes em que foram feitas obras, houve uma tentativa de embargo, houve um embargo, e a licitação foi cancelada.

Dessa vez, quero até parabenizar o DNIT. Sabatinamos aqui, aprovamos os três nomes ao DNIT e, agora, são servidores do DNIT. Andei com eles, fizemos uma visita com os Parlamentares há 15 dias.

E aconteceu um acidente na ponte. Ninguém sabe, a matéria não explica em detalhes se foi algo provocado, mas uma balsa encostou em uma das colunas da ponte em obra. E a Procuradora do Ministério Público Federal está propondo o embargo da obra, para que se investigue, que se apure.

Ora, se é preciso fazer algum embargo, é em relação ao serviço. É necessário mudar o serviço que está sendo oferecido lá, e deixar a obra, que vai nos livrar desse serviço, que é ruim, caro e é um esquema de exploração dos caminhoneiros, da população, que inviabiliza o desenvolvimento do Acre, de certa forma. Por que atrasa?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quando muito, Senador Jorge Viana, bastaria abrir um rápido processo de perícia e, imediatamente, liberar a continuação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não tem sentido esse embargo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Veja, V. Ex^a, Sr. Presidente Lasier Martins, estamos numa escassez de recursos; as obras do PAC estão passando por revisões; e nós estamos garantido que a ponte... O Governador Tião Viana esteve no DNIT, os colegas Senadores também, eu também, todos nós estamos nessa luta, e aí vem agora o risco do Ministério Público.

O que eu estou fazendo? Vou encaminhar um expediente ao Dr. Rodrigo Janot, pedindo que ele faça um apelo à Procuradora, para que não adote a medida de embargar obra. Que fiscalize, que veja se há algum risco, mas sem risco de embargo, porque é tudo o que o senhor dono da Rodonave, essa empresa, quer, para que a gente possa seguir escravizado, sofrendo humilhação, como os caminhoneiros e todos os que usam esse serviço sofrem ali na travessia do Rio Madeira!

Então, eu parabenizo o jornal *A Tribuna* por ter feito a matéria. E acho que a Antaq tem que intervir, vou mandar um expediente para a Antaq, para que não haja interrupção nessa obra, para que essa obra fique pronta no ano que vem, em 2016, como é o compromisso da empresa que está atuando. Nós temos que cobrar que a obra seja acelerada, e não retardada.

Não quero entrar em polêmica, eu apenas fazer um apelo à Dr^a Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha, para que ela possa separar as cosias. Faça a apuração, sim, mas não ponha, em nenhum momento, em risco essa obra, que é tão importante, que essa empresa Rodonave não quer que aconteça, que o esquema da balsa sempre permitiu que não ocorresse, e agora está tudo funcionando. Coloquei um vídeo, inclusive, na minha *fanpage*, que foi veiculado no *site*, também na rede social, pelo Governo Tião Viana, que mostra o avançar dessas obras, e a gente não pode ficar aqui correndo risco.

Chegou agora o Senador Sérgio Petecão, vou informá-lo. Estou falando aqui sobre uma matéria que saiu no *A Tribuna* de hoje que fala o que houve, parece que uma balsa daquele esquema lá de travessia do Rio Madeira encostou numa coluna da obra da ponte. E agora o Ministério Público Federal está pensando em embargar a obra da ponte.

Eu falei que essa obra é uma questão suprapartidária, acabei de citar, fazendo um apelo para a Procuradora que não permita essa possibilidade, porque, na escassez de recursos, com a disputa que está havendo pelos recursos, inclusive os do PAC. Nós estamos lá, o Governo Tião Viana, toda a nossa Bancada, lutando para que não haja nenhum retardo nessa obra, porque, se não houver nenhum atraso, ela pode ficar pronta ano que vem. Mas eu estou achando, e o jornal fala, que pode ser um esquema, de novo, da empresa, da Rodonave, que sempre impediu as obras lá, fazendo mais uma ação, para retardar, para poder manter essa galinha dos ovos de ouro, que é a travessia ali, cobrando, explorando caminhoneiros, explorando usuários, abusando da boa-fé do povo do Acre.

Eu ouço com satisfação o aparte de V. Ex^a, Senador Sérgio Petecão, para que eu possa fazer referência à última parte do meu discurso, que é sobre a ferrovia.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Senador Jorge Viana,...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso não é só monopólio, isso é a ditadura do transporte de balsa.

Senador Petecão.

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Senador Jorge Viana, primeiramente, queria parabenizá-lo por trazer esse assunto à tribuna do Senado, por expressar a sua preocupação, o seu sentimento. E eu tenho certeza de que esse é o sentimento de todos, não só dos Parlamentares, mas o sentimento de todos os acreanos. Aquilo é um sonho nosso, aquilo é uma bandeira...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É um direito. Não é?

O Sr. Sérgio Petecão (Bloco Maioria/PSD - AC) – Aquilo é uma bandeira que nos une. Se existe uma bandeira que une todos os Parlamentares do Acre, chama-se ponte sobre o Rio Madeira. Para nós, é uma humilhação. É uma humilhação você ficar refém dessa máfia, essa máfia das balsas. Ontem eu conversava com o Senador Raupp. Ele me convidou para ir até o Ministério do Planejamento. Ele está preocupado, e os Parlamentares de Rondônia também estão preocupados com respeito à garantia desse recurso, com este momento difícil que o nosso País está passando. Nós precisamos garantir esse recurso, e já temos algumas sinalizações da garantia, até porque a obra já foi iniciada. E, sinceramente, eu não quero acreditar que o Ministério Público possa fazer qualquer tipo de movimento, tomar qualquer decisão no sentido de parar a construção, as obras daquela ponte. Então, fica aqui também o meu apoio. Quero me colocar à disposição de V. Ex^a, para que, na hora que for, no dia que for, nós possamos unir aqui os três Senadores, a nossa Bancada federal, para que possamos defender – como sempre defendemos – a construção da ponte sobre o Rio Madeira. É importante para Rondônia, mas para nós, do Estado do Acre, é entrar no nosso Estado. É a ponte que liga ao Pacífico, é a ponte que vai nos livrar daquela humilhação que nós sempre passamos por conta daqueles proprietários de balsas que vivem explorando, extorquindo, o povo acriano. Parabéns, Senador Viana!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a. E é a mesma coisa: eu não quero crer, porque eu sempre acreditei e confio no Ministério Público. Eu só estou levantando a hipótese de os proprietários das balsas estarem instrumentalizando o Ministério Público, no afã de atender aos seus interesses, em detrimento dos interesses do povo do Acre.

A coisa é tão absurda, Presidente Lasier, Senador Petecão, na última visita que fiz, o canteiro de obras da ponte fica a 15km de distância da beira do rio. Sabe por quê? Porque o dono da balsa é o proprietário da área também, na margem do rio todo, e ele não permitiu que se instalasse um canteiro de obra.

Ali fica fora do Acre. Aquilo era passível de uma intervenção. É área de Marinha, é área de Marinha a margem de rio, o invasor é ele, deveria ter-se garantido ali, mas a empresa, para não entrar numa polêmica jurídica, para não atrasar, fez o canteiro a 15km de distância, eu visitei o canteiro de obras. Isso, porque ele não permitiu um hectare, dois hectares, para se instalar um canteiro de obra, para fazer a obra. Então, é uma ação criminosa, perversa, de alguém que ficou bilionário à custa da exploração e humilhação do povo do Acre.

Não dá para aceitar, e eu estou entrando com uma solicitação, ao Dr. Rodrigo Janot, para que ele possa – inclusive vou mandar uma cópia à Procuradora – fazer um apelo, para que não se misture. Que a obra possa seguir! Que não se impeça a sequência da obra, por conta de uma ação de balseiros, desses que estão com um único interesse: que é o de seguir explorando, ganhando dinheiro, ganhando fortuna, à custa do sofrimento da população!

O Senador Raupp acabou de chegar e já está pedindo um aparte. Eu, inclusive, vou fazer a citação aqui, e aí V. Ex^a pode fazer o aparte dos dois assuntos, já que é um lutador também dessa causa da ponte. Nós tive-

mos ontem, eu pedi a audiência, a reunião da coordenação da Frente em Defesa da Ferrovia, que é composta por seis Parlamentares: eu, como Coordenador; o Senador Valdir Raupp; o Senador Acir Gurgacz; o Senador Wellington Fagundes; e dois Deputados Federais, o Deputado Federal César Messias, a quem convidei para compor; e o Deputado Federal de Mato Grosso Fábio Garcia, que tem ajudado bastante, junto com o Senador Raupp, e tem se dedicado a essa causa.

Nós colocamos dois Parlamentares de cada Estado. E criamos essa Frente em Defesa da Ferrovia. Tivemos uma boa audiência com o Ministro Nelson Barbosa e com o Felipe Borim, da Sepac, no Ministério do Planejamento, ontem, discutindo uma estratégia de termos uma ação coordenada, política, parlamentar, junto ao Governo da Presidenta Dilma, para que essa rodovia possa acontecer.

Eu, como Parlamentar do Acre, como ex-Governador, estou nessa coordenação. Vamos ter seminários, vamos trabalhar, porque estamos vendo um movimento do Sudeste, do Sul brasileiro, em que alguns, numa visão pequena, curta, ficam se posicionando contra a ferrovia, no afã de preservar tonelagem nos seus portos, seja no Porto de Paranaguá, seja no Porto de Santos. Uma coisa não tem nada a ver com a outra: nós precisamos desenvolver o País, cuidar melhor do Norte e do Nordeste.

Eu ouço o Senador Valdir Raupp sobre os dois temas, porque eu quero dizer que essa questão da ferrovia nós vamos acompanhar diuturnamente, trabalhar ao lado do Governo da Presidenta Dilma, junto com o Governo chinês. Ontem, houve uma reunião, inclusive no gabinete de V. Ex^a, salvo engano, com uma equipe que está analisando o projeto financeiro e logístico pelo Governo chinês, já é a segunda reunião que nós fizemos. E foi fundamental essa reunião com o Ministro Nelson Barbosa.

Eu ouço V. Ex^a, para poder concluir.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu parabenizo V. Ex^a, Senador Jorge Viana. Eu estava ouvindo o seu pronunciamento, no rádio do carro, e vim correndo, para ver se haveria tempo. Graças a Deus, houve tempo de fazer este breve aparte!

(Soa a campainha.)

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – V. Ex^a foi muito feliz, inclusive, num outro tema, fora desses dois, que foi o das passagens aéreas. Eu estou pagando, hoje à noite...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Dia 22, é a audiência com o Ministro Eliseu Padilha, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e ele confirmou pela manhã. Eu convidou V. Ex^a e a Senadora Vanessa, todos os Senadores. Nós vamos fazer um esforço, segunda-feira, para ouvir – já levamos os Presidentes das companhias –; nós temos que tomar uma atitude sobre isso; nós temos que cobrar das autoridades. E o Ministro da Aviação Civil, que é o responsável pela área – inclusive, onde está a Anac –, tem uma relação. É a oportunidade que temos.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Estaremos lá.

V. Ex^a falava que está pagando hoje mil e não sei quantos reais até Rio Branco, num único trecho.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Porque comprei antecipado.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu estou pagando, eu e a Deputada Marinha, porque compramos no início da semana, para Ji-Paraná, que é 500km antes de Porto Velho, R\$2.080, cada perna.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A ida?

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – A ida, R\$2.080.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Dá para ir quatro vezes aos Estados Unidos e voltar com o valor de uma passagem de ida e volta a Rondônia.

(Soa a campainha.)

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Se fosse ida e volta por Ji-Paraná, ficaria em quatro mil e poucos reais, ida e volta; como vou voltar por Porto Velho, é um pouquinho mais barato, no voo direto. É simplesmente um absurdo. Mas há dias em que pagamos, daqui para Porto Velho, numa única perna, R\$1,8mil, R\$2 mil, dois mil e pouco, depende do dia em que se tira a passagem. Realmente, não dá mais para aguentar esse preço. Estamos ficando com a nossa cota aqui de viagem...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É dinheiro público, dinheiro do cidadão que nós usamos.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Além de o dinheiro ser público, dificuldade para poder fechar, no final do mês, a cota de passagem, de viagem. Então, parabenizo V. Ex^a por essa iniciativa e, da mesma forma, a questão da ponte do Rio Abunã. Estive pessoalmente, fui de carro de Porto Velho até a ponte; depois, fui a Nova Mamoré, que fica próxima de Guajará-Mirim, visitando também a BR-425, que está em restauração. As obras estão ficando muito boas, graças a Deus, e a obra da ponte está adiantada. Peço encarecidamente,

como já pedi algumas vezes, ao Ministro do Planejamento e dos Transportes e à direção do DNIT, que não pare a obra, porque é uma obra importantíssima para Rondônia, para o Acre, para a Rodovia do Pacífico, porque o único rio que não tem ponte ainda, daqui até o Oceano Pacífico, até os portos do Pacífico, é aquele rio ali, aquela ponte ali, que não foi feita...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E por conta do esquema daquela balsa que não aceita nem mesmo o canteiro de obras, Senador Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Que se protelou por muitas vezes, entrando na Justiça com bancas de advogado. É uma coisa absurda alguém contra o desenvolvimento, com bancas de advogado, para ficar entrando com ações na Justiça contra as licitações, contra os contratos, para não deixar a obra acontecer. Já faz mais de cinco anos, e agora que começou. Vi lá os pilares todos levantados de ponta a ponta no meio do rio, já pronto para bater laje praticamente. Então, não é possível que agora essa obra venha a ter paralisação. Da mesma forma, a ferrovia bioceânica. Estamos nessa cruzada, em que eu já estou há mais ou menos dez anos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É verdade.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Só à China, já fui duas vezes com embaixada, com Ministro dos Transportes, e agora de novo essa cruzada para que os chineses possam realmente vir investir. Tínhamos uma viagem marcada para a China, que adiamos, mas vamos à China novamente para tentar buscar investimento para construir, já que, no Brasil, é difícil. Se não houver investidores externos, dificilmente uma obra dessa envergadura poderá sair. Estamos trabalhando o trecho Mato Grosso-Porto Velho e, logo, logo, Porto Velho-Rio Branco, Cruzeiro do Sul até o Peru. Obrigado a V. Ex^a. Parabéns.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradeço e sou testemunha da sua batalha, Senador Valdir Raupp, e da Deputada Federal Marinha, que também é uma lutadora e estava conosco ontem.

Queria fazer esse registro de que, ontem, nós oficialmente começamos a trabalhar a comissão, o grupo parlamentar que foi formado para defender a construção da ferrovia. Obvio, a obra depende do interesse de dois governos, do brasileiro e do chinês, e nós estamos, como Parlamentares, trabalhando coordenadamente. Eu estou nessa coordenação junto aos demais colegas – Senador Valdir Raupp, como já disse, e outros colegas – para que possamos acompanhar todos os passos que precisam ser dados.

O Ministro deixou bem claro que estamos agora na fase de definição do traçado. O traçado, é bom que se diga, não é para saber em que Estado passa. Ela passa pelo Mato Grosso – inclusive, a concessão, é bom que seja feita por partes como ontem acertamos com o Ministro –, vai até Porto Velho, e de Porto Velho a Rio Branco. Isso está decidido. Mas o traçado dentro do Acre ainda é algo a ser estudado. Estão sendo feitos os estudos, e nós queremos acompanhar.

O Governador Tião Viana tem nisso uma prioridade, a Vice-Governadora Nazaré esteve em algumas reuniões, e já há um entendimento dos Governadores da região do Mato Grosso, Rondônia e Acre para facilitar todo o processo que for necessário de licitação, de licenciamento, até porque ferrovia na Amazônia é algo mais tranquilo de se licenciar do que especialmente rodovia, que é muito danosa. Quando se faz uma rodovia, do ponto de vista ambiental ela útil, do ponto de vista econômico, mas ela cria um problema gravíssimo de especulação fundiária por onde passa. E, quanto aos danos ambientais, já temos um histórico de desastres ambientais com a construção de rodovias.

O que o Brasil deveria ter feito sempre era o trabalho com ferrovias, e essa ferrovia agora é um alento para o Acre. É um projeto que não é para amanhã; é um projeto de médio e longo prazo. Mas, se não cuidarmos hoje do amanhã, não vamos ter amanhã aquilo que sonhávamos.

Então, eu sempre trabalhei com planejamento, com tempo, e não tenho dúvidas. Está aqui dada uma satisfação: vou divulgar na imprensa do Acre a constituição dessa coordenação Parlamentar em defesa da ferrovia e também do trabalho que estamos fazendo.

O primeiro grande passo que nós demos foi essa audiência que organiza o trabalho da Comissão Parlamentar em Defesa da Ferrovia, que é subscrita por 200 Parlamentares, mas que tem essa coordenação com o Ministério do Planejamento...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... que é o órgão do Governo brasileiro que trabalha a ferrovia bioceânica, como está sendo conhecida, que é fruto de um acordo estratégico entre Brasil e China.

Então, muito obrigado, Senador Lasier, pela tolerância do tempo.

E agora vamos seguir, porque chegaram vários colegas que certamente vão querer fazer uso da palavra. Peço, inclusive, que V. Ex^a possa seguir presidindo a sessão, e eu possa voltar ao gabinete, transferindo aqui

essa tarefa, que é minha também, de cuidar do Plenário, como Vice-Presidente da Casa, para V. Ex^a, que tem ajudado sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Cumprimento-o, Senador Jorge Viana, por essa notória e constante preocupação de V. Ex^a com o Estado que V. Ex^a representa, o Estado do Acre. E o nosso apoio e solidariedade contra esse balseiro tirano que impede a ponte sobre o Rio Madeira. É uma questão realmente para participação da Procuradoria da República.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só queria pedir a atenção dos colegas.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu tive um contato com o Presidente Renan e queria pedir a compreensão dos colegas para que antecipássemos a Ordem do Dia, e eu ficaria para fazer a Ordem do Dia.

A Ordem do Dia era apenas para contar prazo de duas PECs que nós temos e mais alguns requerimentos. Depois, seguiríamos com a lista de oradores, cada um falando por 20 minutos, como prevê o Regimento.

Eu aviso, inclusive, aos Senadores e aos Líderes que estão nas dependências da Casa e que tenham algum interesse sobre a Ordem do Dia, que eu vou sair da tribuna, nós vamos fazer a Ordem do Dia em seguida, e vamos dar sequência à lista de oradores inscritos.

Obrigado, Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Cumprimento, mais uma vez, o Senador Jorge Viana.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Se V. Ex^a me permite, eu gostaria aqui de apenas fazer um registro e que este registro ficasse nos *Anais* desta Casa, porque eu o considero extremamente importante, Senadora Gleisi.

O fato é que, em dezembro do ano passado, de 2014, um Parlamentar da tribuna da Câmara dos Deputados agrediu de forma violenta – com palavras, entretanto de forma violenta –, a Deputada Maria do Rosário. Esse Parlamentar é o Deputado Bolsonaro.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos e a Bancada feminina, na Câmara e aqui no Senado, se mobilizaram, e foi proposta uma ação civil contra o Deputado. E a notícia que eu trago, Senador Jorge Viana, é que a juíza Tatiana Dias da Silva proferiu uma sentença condenando o Deputado a pagar uma indenização à Deputada Maria do Rosário, que – já disse – fez uma bela nota, “Carta Aberta às Mulheres”, que eu vou encaminhar à Mesa para que conste dos *Anais*.

A própria Maria do Rosário fala o quanto é importante essa decisão da juíza da 18^a Vara Cível de Brasília, que sentenciou o Deputado por ter promovido essa ação de agressão e incitação à violência contra a Deputada Maria do Rosário.

E ela diz que todos esses recursos ela direcionará para as ações de combate à violência contra as mulheres. Então, eu creio que esse é um fato muito simbólico.

Não se pode, nem mesmo sendo Parlamentar, usar do microfone, usar da tribuna para agredir violentamente uma colega Parlamentar, uma mulher e ainda incitar a violência.

Então, eu quero cumprimentá-la pela decisão judicial, que é importante não só para a Deputada Maria do Rosário, mas também para todas as mulheres brasileiras, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Carta aberta às mulheres.”

CARTA ABERTA ÀS MULHERES

Conquistamos uma vitória. Pode até parecer pequena, mas não é. Quando um gesto de justiça afirma-se, vence a dignidade e cai derrotada a infâmia que tanto destrói.

Em dezembro de 2014, um parlamentar usou a tribuna da Câmara dos Deputados para proferir ofensas e promover a violência de uma forma vil. Ao dirigir-se de forma absurda à minha pessoa, atingiu todas as mulheres brasileiras.

Desde o primeiro momento, a bancada feminina, o movimento social, as entidades feministas e a sociedade em geral, afirmou sua indignação com o uso do parlamento para o desrespeito às mulheres e promoção da violência. A luta de todos estes setores, presente em todo o Brasil, começa agora a dar resultados.

Informo que foi proferida sentença que condena aquele ato. A décima oitava vara cível de Brasília sentenciou o deputado a pagar uma indenização no valor de 10 mil reais, devido a danos morais causados por suas declarações discriminatórias e desrespeitosas. A Juíza Tatiana Dias da Silva definiu ainda que o deputado publique a presente sentença em sua página oficial no canal Youtube, sob pena de multa de R\$ 1.000,00.

Ainda aguardamos a sentença de outro processo, que corre no Supremo Tribunal Federal por quebra de decoro pelo parlamentar. Gostaria de aproveitar para agradecer aos advogados Dr. Cezar Britto e a Dra. Alana Diniz que atuaram voluntariamente nesta causa. Reafirmo que qualquer recurso a título indenizatório por danos morais, será destinado imediatamente a organizações que atuem no combate à violência contra a mulher no país.

Sigamos firmes, muitas mulheres todos os dias sofrem violências por atos e palavras. Não podemos esmorecer, pois temos a responsabilidade de mostrar caminhos de justiça, de fazer valer as leis que criamos, de buscar um mundo em que nenhuma mulher, nenhum ser humano, seja desrespeitado em sua dignidade.

Muito agradeço a todas as entidades, movimentos, parlamentares que aprovaram moções, a toda Bancada Feminina na pessoa de nossa coordenadora à época, Deputada Jô Moraes. Estendo através da Deputada Dâmina, atual coordenadora, um abraço a todas as colegas atuais. Essa vitória pertence às mulheres brasileiras. Lembro Adélia Prado, para representar o sentimento que nos move contra todas as formas de violência: "Para o desejo do meu coração, o mar é uma gota".

Esta vitória pode ser uma pequena gota, mas ela é parte de uma grande onda que se fortalece sempre que estamos juntas nas lutas.

Maria do Rosário

Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Lasier Martins deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Eu também me solidarizo com V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Acho um gesto não só absolutamente lamentável, como inaceitável a agressão veiculada, feita à Deputada Maria do Rosário, que foi extensiva não só às mulheres, mas também aos homens. Não há razão para esse tratamento em busca de diminuir outro ser humano, como ocorreu pelo Parlamentar.

Passo a palavra à Senadora Gleisi, que está pedindo para falar pela ordem. Depois, faremos – aviso, mais uma vez – a Ordem do Dia. Sei que até para os assessores é importante a Ordem do Dia, assim como para todos que estão aqui no plenário, os Parlamentares, a fim de seguirmos com a normalidade da sessão.

Com a palavra, V. Exª, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero apenas me somar às palavras da Senadora Vanessa e dizer da importância dessa decisão. Ainda que tenha um valor simbólico, ela foi uma decisão de caráter jurídico e, eu diria, até político muito importante para resgatar a respeitabilidade, o direito das pessoas, do ser humano, como mulher, como Parlamentar. Então, acho que a Deputada Maria do Rosário fez certo quando ajuizou a ação. Lembro que, nesta Casa, nós também nos solidarizamos com ela.

Quero lembrar que dei entrada em um projeto que tramita na Casa e que coloca como agravantes, no Código Penal, a injúria e a difamação por razões de gênero. Espero que isso possa ajudar também outras mulheres, porque houve casos, por exemplo, de mulheres – não Parlamentares – que também foram atacadas, também foram vilipendiadas por discursos, inclusive de Parlamentares.

Então, tenho certeza de que a decisão, hoje, dessa juíza é histórica e vai fortalecer muito a ação das mulheres contra esse tipo de violência. E espero também que dê apoio ao nosso projeto em tramitação aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem, Senadora Gleisi.

Eu já havia apresentado a minha posição sobre esse lamentável episódio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) –

ORDEM DO DIA

Vamos ao **item 2** da pauta, para contar prazo.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 104, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 104, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marcelo Crivella, que *acrescenta um §3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.*

Parecer sob nº 793, de 2009, da CCJ, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

Conta-se prazo para a tramitação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Também para contar prazo:

Item 3:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 83, DE 2015

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 83, de 2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente.*

Parecer nº 685, de 2015, da CCJ, Relator: Senador José Serra, favorável à Proposta e às Emendas nºs 1, 7, 8, 11 e 11, apresentadas perante a Comissão, nos termos da Emenda nº 15-CCJ (Substitutivo), que oferece. As demais emendas não serão objeto de deliberação, por não terem sido acatadas, nos termos do art. 124, I, do Regimento Interno.

Fica, então, contada mais uma sessão de discussão dessa importante matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estou vendo que estamos aqui com o Líder do Governo, Senador Delcídio, sempre assíduo no plenário.

Temos a apreciação em globo de requerimentos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para solicitar de V. Ex^a providências para a apreciação de dois requerimentos.

O Requerimento nº 714 – há 90 dias pronto para a deliberação – diz respeito à solicitação ao Tribunal de Contas da União de auditoria nas contas dos recursos arrecadados pelo adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante, no período compreendido entre 2005 e 2014. Portanto, é um requerimento que solicita ao Tribunal de Contas da União auditoria. Parece-me que esse requerimento tem que ser votado pelo Plenário do Senado.

O outro requerimento é de informações ao Ministro de Minas e Energia sobre o empréstimo concedido à Petrobras pelo Banco de Desenvolvimento da China. Esse requerimento também foi encaminhado, é o Requerimento nº 286, de 2015. Tenho a impressão de que, neste caso, cabe à Mesa do Senado deliberar. Então, eu solicito a V. Ex^a também a inclusão na pauta, numa próxima reunião da Mesa do Senado, para a deliberação desse requerimento, se estou certo em relação a não ter que se submeter ao Plenário da Casa.

São dois requerimentos portanto, e peço a V. Ex^a as providências.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu atendo com satisfação V. Ex^a, Senador Alvaro.

Em relação ao último requerimento, com o pedido de informação, eu confirmo – eu sou membro da Mesa – que esses requerimentos são deliberados pela Mesa, e temos uma rotina. Todos eles são aprovados, e ontem nós tivemos uma reunião e aprovamos os requerimentos, provavelmente esse foi aprovado ainda ontem.

Em relação ao Requerimento nº 714, eu pergunto se há alguma objeção. O Senador Alvaro Dias é o autor e pede que o Tribunal de Contas da União realize auditoria nas contas de recursos arrecadados pelo adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante, de 2005 a 2014. (Pausa.)

Como não há manifestação contrária, nós vamos pôr em apreciação todos os requerimentos em globo.

Votação em globo dos **Requerimentos nºs 972, 973, 989, 990, 1.037, de 2015** – isso já tem acordo com as Lideranças de Governo e de oposição –, solicitando a audiência de outras comissões para diversas proposições.

Em votação em globo dos requerimentos. As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vou pôr agora o Requerimento do Senador Alvaro Dias, nº 714, em votação. (**Requerimento nº 714, de 2015**.)

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam o requerimento conforme descrevi ainda há pouco permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de autoria do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Votação em globo dos **Requerimentos nº 873, 881, 1.034, 1.051, de 2015**, que solicitam tramitação conjunta de diversas proposições.

Há também acordo sobre esses requerimentos.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Secretaria de Ata individualizará a tramitação das matérias.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

REQUERIMENTO Nº 972, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 972, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2015, seja ouvida a CAE (piso salarial de radialistas).* (A Matéria vai ao exame da CAE, seguindo posteriormente à CAS)

REQUERIMENTO Nº 973, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 973, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2014, seja ouvida a CCJ (desconto em remuneração para doação para organizações sociais sem fins lucrativos).*

(A Matéria retorna ao exame da CAE, seguindo posteriormente à CCJ e à CAS, em decisão terminativa)

REQUERIMENTO Nº 989, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 989, de 2015, do Senador Delcídio do Amaral, *solicitando a audiência da CAE para o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2015 (ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no SUS).*

(Uma vez que já se encontra instruída pela CE, a matéria vai ao exame da CAE, seguindo posteriormente à CAS, em decisão terminativa)

REQUERIMENTO Nº 990, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 990, de 2015, do Senador Cristovam Buarque, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2014, seja ouvida a CCT (aplicação de recursos em projetos de eficiência energética pelas concessionárias).*

(Uma vez que já se encontra instruída pela CI, a matéria vai ao exame da CCT, seguindo posteriormente à CAE, em decisão terminativa)

REQUERIMENTO Nº 1.037, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1037, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2015, seja ouvida a CAE (trata de garantias reais para crédito rural concedido por instituições financeiras).*

(A matéria vai ao exame da CAE, seguindo posteriormente à CRA, em decisão terminativa)

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2015, do Senador Alvaro Dias, *solicitando rea- lização de auditoria do TCU nas contas dos recursos arrecadados pelo Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, no período compreendido entre os anos de 2005 e 2014.*

REQUERIMENTO Nº 873, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 873, de 2015, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011; do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2010; e do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, por tratarem de matéria correlata (terceirização).*

(Os Projetos de Lei do Senado nºs 87, de 2010; e 447, de 2011, perdem o caráter terminativo, e passam a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, e vão à CCJ, CAE, CDH e CAS. As matérias retornam à Secretaria-Geral da Mesa onde aguardarão a inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos nºs 522, 523, 879 e 880, de 2015, de audiência de outras comissões)

REQUERIMENTO Nº 881, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 881, de 2015, do Senador Paulo Bauer, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2010, e do Projeto de lei da Câmara nº 30, de 2015, por regularem matéria correlata (terceirização).*

(Os Projetos de Lei do Senado nºs 87, de 2010; e 447, de 2011, perdem o caráter terminativo, e passam a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, e vão à CCJ, CAE, CDH e CAS. As matérias retornam à Secretaria-Geral da Mesa onde aguardarão a inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos nºs 522, 523, 879 e 880, de 2015, de audiência de outras comissões)

REQUERIMENTO Nº 1.034, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.034, de 2015, do Senador Romário, *solicitando a tra- mitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 438, de 2012; e 251, de 2014, por regularem matéria correlata (prevenção contra violência em estabelecimentos de ensino).*

(As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CE e CCJ)

REQUERIMENTO N° 1.051, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.051, de 2015, do Senador Romário, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2015; e do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011, por regularem matéria correlata (exames de acuidade auditiva e visual).*

(O Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2011, perde o caráter terminativo. As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CE, seguindo posteriormente à CAS)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra, pela ordem, ainda na Ordem do Dia, o Senador Delcídio do Amaral, Líder do Governo na Casa.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós aprovamos hoje, na CRE, o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2015. É um acordo internacional, cuja relatoria é do Senador Tasso Jereissati. A ementa aprova o texto revisto em português do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Aduaneira da África Austral (Sacu), integrada pela República da África do Sul, República do Botsuana, Reino de Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do Mercosul na Costa do Sauípe, na Bahia, em dezembro de 2008, e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.

Esse projeto de decreto legislativo foi aprovado hoje na CRE, Sr. Presidente. Se nós pudéssemos aprová-lo também na sessão de hoje... Não há nenhum questionamento, é uma coisa absolutamente alinhada com as políticas internacionais do País, com pleno entendimento dos partidos da Base e da oposição também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência concorda com V. Ex^a.

Eu também, como membro da CRE, entendo que essa é uma matéria da maior importância, como V. Ex^a já descreveu. Eu vou colocar em apreciação, porque não há nenhum óbice. O Senador Ricardo Ferraço foi o Relator *ad hoc*, houve uma aprovação da matéria, que ganhou regime de urgência para chegar ao plenário.

Item extrapauta:**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 339, DE 2015**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2015 (nº 163/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 749, de 2015, da CRE, Relator *ad hoc*: Senador Ricardo Ferraço.

Ponho em apreciação o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2015 (nº 163/2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto revisto do acordo comercial, conforme já descrito pelo Líder Senador Delcídio do Amaral. Ponho em apreciação a matéria.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Ponho em discussão. (Pausa.)

Como não há oradores inscritos, vamos à votação.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 339, DE 2015**

(nº 163/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008, e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.

(*) A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicada no DSF de 29/08/2015.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há, também, aqui, um acordo internacional, Sr. Líder, Senador Delcídio do Amaral, que eu penso seria interessante.

Item 11:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2015

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2015 (nº 835/2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.* Parecer favorável, sob nº 667, de 2015, da CRE, Relator *ad hoc*: Senador Ricardo Ferraço.

Penso que podíamos, visto que há um entendimento e o Relator também é o Senador Ricardo Ferraço. Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não há oradores inscritos.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2015

(nº 835/2013, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicada no DSF de 12/06/2015.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por fim, a leitura da medida provisória para se contar prazo, e vou encerrar a Ordem do Dia.

Matéria recebida na Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2015, que altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto na folha de pagamento dos valores destinados ao pagamento de cartão de crédito, proveniente da **Medida Provisória nº 681, de 2015**.

É a seguinte a matéria:



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2015 (PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 681, DE 2015)

Altera as Leis nºs 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.

§ 1º O desconto mencionado neste artigo também poderá

incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

I – a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II – a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

....." (NR)

"Art. 2º

.....

III – instituição consignatária, a instituição autorizada a conceder empréstimo ou financiamento ou realizar operação com cartão de crédito ou de arrendamento mercantil mencionada no caput do art. 1º;

IV – mutuário, empregado que firma com instituição consignatária contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil regulado por esta Lei;

.....

VII – desconto, ato de descontar na folha de pagamento ou em momento anterior ao do crédito devido pelo empregador ao empregado como remuneração disponível ou verba rescisória o valor das prestações assumidas em operação de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil; e

§ 2º

I – a soma dos descontos referidos no art. 1º não poderá exceder a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração disponível, conforme definido em regulamento, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

a) a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

b) a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito; e

....." (NR)

"Art. 3º

.....

§ 3º Cabe ao empregador informar, no demonstrativo de rendimentos do empregado, de forma discriminada, o valor do desconto mensal decorrente de cada operação de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil e os custos operacionais referidos no § 2º.

....." (NR)

"Art. 4º A concessão de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil será feita a critério da instituição consignatária, sendo os valores e as demais condições objeto de livre negociação entre ela e o mutuário, observadas as demais disposições desta Lei e seu regulamento.

§ 1º Poderá o empregador, com a anuência da entidade

sindical representativa da maioria dos empregados, sem ônus para estes, firmar, com instituições consignatárias, acordo que defina condições gerais e demais critérios a serem observados nas operações de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil que venham a ser realizadas com seus empregados.

§ 2º Poderão as entidades e centrais sindicais, sem ônus para os empregados, firmar, com instituições consignatárias, acordo que defina condições gerais e demais critérios a serem observados nas operações de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil que venham a ser realizadas com seus representados.

§ 3º Na hipótese de ser firmado um dos acordos a que se referem os §§ 1º ou 2º e sendo observados e atendidos pelo empregado todos os requisitos e condições nele previstos, inclusive as regras de concessão de crédito, não poderá a instituição consignatária negar-se a celebrar a operação de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil.

.....” (NR)

“Art. 5º

§ 1º O empregador, salvo disposição contratual em contrário, não será corresponsável pelo pagamento dos empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e arrendamentos mercantis concedidos aos seus empregados, mas responderá como devedor principal e solidário perante a instituição consignatária por valores a ela devidos em razão de contratações por ele confirmadas na forma desta Lei e de seu regulamento que deixarem, por sua falha ou culpa, de ser retidos ou repassados.

§ 2º Na hipótese de comprovação de que o pagamento mensal do empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil tenha sido descontado do mutuário e não tenha sido repassado pelo empregador, ou pela instituição financeira mantenedora, na forma do § 5º, à instituição consignatária, fica esta proibida de incluir o nome do mutuário em cadastro de inadimplentes.

.....” (NR)

“Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS.

.....

§ 5º Os descontos e as retenções mencionados no caput não poderão ultrapassar o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor dos benefícios, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

I – a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II – a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

.....” (NR)

Art. 2º O art. 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 115.**

.....

VI – pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do valor do benefício, sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:

- a)** a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou
- b)** a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

.....” (NR)

Art. 3º O art. 45 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 45.**

§ 1º Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

§ 2º O total de consignações facultativas de que trata o § 1º não excederá a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração

mensal, sendo 5% (cinco por cento) reservados exclusivamente para:

I – a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II – a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?jsessionid=2259D2E28081B6BAAC2F685AB53BB69F.proposicoesWeb1?codteor=1360652&filename=MPV+681/2015

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=172264&tp=1>

PARECER Nº 54 - CN DA COMISSÃO MISTA

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=177766&tp=1>

NOTA TÉCNICA

<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=172083&tp=1>

OFÍCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1387163&filename=Tramitacao-MPV+681/2015

SINOPSE DE TRAMITAÇÃO NA CÂMARA

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp?idProposicao=1570898&ord=1&tp=completa

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2015

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Congresso/apn-030-mpv681.htm

MPV Nº 681/2015

Publicação no DOU	13/07/2015
Designação da Comissão	15/07/2015
Instalação da Comissão	12/08/2015
Emendas	até 19/07/2015**
Prazo na Comissão	*
Remessa do processo à CD	-
Prazo na CD	até 09/08/2015** (até o 28º dia)
Recebimento previsto no SF	09/08/2015**
Prazo no SF	de 10/08/2015 a 23/08/2015** (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	23/08/2015**
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	de 24/08/2015 a 26/08/2015** (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	27/08/2015** (46º dia)
Prazo final no Congresso	10/09/2015** (60 dias)
(¹) Prazo final prorrogado	09/11/2015

(¹) Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº , de 2015 - DOU (Seção 1) de .

*Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

** Prazo recontado em virtude do disposto no art. 57, § 2º, da CF/88.

MPV Nº 681/2015

Votação na Câmara dos Deputados	
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

A Presidência comunica ao Plenário que o prazo para a apreciação da medida provisória esgotou-se no dia 10 de setembro e que sua vigência esgotar-se-á em 9 de novembro.

A matéria é incluída na pauta da Ordem do Dia de hoje.

Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu quero só fazer um registro aqui dos que nos visitam do curso de Arquitetura da Faculdade Luterana e que estão aqui nos dando o privilégio da visita. Sejam bem-vindos.

Para o estudante de Arquitetura, é uma maravilha visitar Brasília, independentemente do gosto, que não se discute. É algo fantástico andar aqui nos prédios, especialmente aqui no Congresso. Quando se pensa que, há 60 anos, se trabalhou esse tipo de arquitetura, esse tipo de engenharia, é uma coisa fenomenal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu faço, então, a apreciação de dois requerimentos de licença.

O Senador Lindbergh Farias apresenta o **Requerimento nº 1.062, de 2015**, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para participar de reunião do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar em Genebra, Suíça, no período de 28 de setembro a 2 de outubro deste ano.

Nesse sentido, nos termos do §4º do art. 40 do Regimento Interno, encontra-se sobre a mesa parecer favorável oferecido à matéria pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o Parecer:

X50
PARECER N° , DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento nº 1062, de 2015, do Senador Lindbergh Farias, que requer autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa entre os dias 28 de setembro a 2 de outubro de 2015, a fim de participar da reunião do Grupo Brasileiro da União interparlamentar, a ser realizada em Genebra, na Suíça.

RELATOR: SENADOR

Ricardo FERRAZO

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o Requerimento (RQS) nº 1062, de 2015, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que requer autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa entre os dias 28 de setembro a 2 de outubro de 2015, para participar da reunião do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, a ser realizada em Genebra – Suíça.

O objetivo da missão é participar da Sessão Parlamentar por ocasião do Fórum Público Anual da Organização Mundial do Comércio – OMC, que ocorrerá em Genebra, Suíça, de 30 de setembro a 2 de outubro vindouro, conforme documento que se encontra anexo aos autos do processado, visando uma reflexão sobre o funcionamento do sistema de comércio multilateral e analisar o avanço da Agenda de Desenvolvimento de Doha.

II – ANÁLISE

No plano regimental, o pedido está em consonância com o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que se ausentar do País, mencionando o prazo do seu afastamento. O art. 13, que remete ao art. 40, estipula que a ausência do Senador, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada



mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou aquela que tiver maior pertinência.

É o caso dos presentes autos. O Senador Lindbergh Farias solicita autorização para se ausentar dos trabalhos regulares desta Casa Legislativa para ausentar-se do país, no período de 28 de setembro a 3 de outubro do corrente ano.

Assim sendo, a solicitação que ora se examina não esbarra em quaisquer óbices quanto à sua juridicidade, regimentalidade e oportunidade.

Cabe ainda consignar que o Senador Lindbergh Farias é membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), comissões permanentes do Senado Federal que possuem afinidade com o tema a ser tratado nesse evento no exterior. Assim, identificamos plena aptidão e familiaridade do Senador solicitante com os temas a serem tratados.

III – VOTO

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1062, de 2015.

Sala da Comissão, 17 de setembro de 2015.

Presidente

SENADOR LASIER MARTINS

Relator

SENADOR RICARDO FERRAZ





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 33ª Reunião, Ordinária, da CRE

Data: 17 de setembro de 2015 (quinta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lindbergh Farias (PT)	2. Telmário Mota (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Delcídio do Amaral (PT)
Lasier Martins (PDT)	4. Humberto Costa (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Edison Lobão (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	4. Romero Jucá (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Ronaldo Caiado (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. José Serra (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	4. Antonio Anastasia (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. João Capiberibe (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Magno Malta (PR)	2. Wellington Fagundes (PR)

*Conforme com o
original*

*José Alexandre Girão Mota da Silva
Secretário
Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional*



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Conforme estabelece o art. 40 do Regimento Interno do Senado, em votação o Requerimento nº 1.062, de 2015, do Senador Lindbergh Farias.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – **Requerimento nº 1.072, de 2015**, do Senador Dário Berger, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa no período de 20 a 22 de setembro do corrente ano, para participar da XXXIV sessão ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vou passar a Presidência ao Senador Raupp, que vai seguir na condução dos trabalhos, para que eu possa também cuidar um pouco dos meus afazeres do mandato.

Como já a Ordem do Dia já tinha sido encerrada – inclusive, já aprecei requerimento após o encerramento da Ordem do Dia –, agora vamos à lista de oradores inscritos, com a Senadora Gleisi Hoffmann, que está na tribuna.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – V. Exª tem a palavra pelo tempo regimental.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, quem nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado, eu ocupo a tribuna hoje para falar um pouco sobre as medidas do ajuste fiscal divulgadas pela Presidenta Dilma, pelo Governo, nesta semana.

Hoje, pela manhã, houve uma reunião muito produtiva na Comissão Mista de Orçamento, com a presença dos nossos dois Ministros da área econômica, o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, em que detalharam as medidas anunciadas pelo Governo no início da semana.

E são medidas concretas. Esta é a primeira coisa que eu gostaria de dizer: a concretude das medidas. Sr. Presidente, muito se tem falado, criticado, colocado que são medidas para cortar vento, que são medidas pouco efetivas. Não é verdade. Quem está falando isso está falando sem conhecer as medidas, sem ler, sem saber o que efetivamente foi divulgado pelo Governo.

A outra coisa que quero deixar clara aqui é que são medidas de ajuste fiscal corajosas, porque é um ajuste de R\$65 bilhões ao Orçamento de 2016. E por que são corajosas, Sr. Presidente? São corajosas, porque são medidas de ajuste de R\$65 bilhões ao Orçamento de 2016, que foi feito com base no Orçamento de 2015, que já teve um corte significativo nas despesas. O Orçamento de 2015 tem R\$40 bilhões a menos do que o Orçamento de 2014. Então, estamos falando concretamente de um Orçamento menor, que é o que nós estamos executando agora. Além desse corte em relação a 2014, R\$80 bilhões do Orçamento de 2015 estão contingenciados num primeiro esforço fiscal feito pelo Governo. O primeiro contingenciamento foi de R\$69,9 bilhões; o segundo, de R\$8,6 bilhões. E houve ainda uma redução de despesas de R\$4,18 bilhões. E mais: houve diminuição de repasse à conta de desenvolvimento energético, as mudanças aprovadas por esta Casa no seguro-desemprego e no abono salarial, as mudanças na pensão por morte, as mudanças no cronograma do abono salarial. Então, o total de redução de despesas foi significativo no Orçamento de 2015, com um total de medida de aumento de receita muito menor. Então, um total de R\$25 bilhões de aumento de receita e um total de mais de R\$110 bilhões, R\$120 bilhões de redução de despesa.

E 81% do esforço fiscal feito em 2015 foi um esforço fiscal feito na redução da despesa. Então, o Governo cortou na própria carne, sim, e estamos vendo isso já na execução orçamentária, inclusive de parte de programas, inclusive de emendas parlamentares. Nós já estamos sentindo isso. E, no aumento de receita, foi um valor menor, que equivaleu a 19% do total do esforço de 2015.

Sr. Presidente, antes de continuar meu pronunciamento, eu queria fazer uma saudação aos alunos que estão nos visitando aqui. Não sei qual é o colégio que está nos visitando. A Mesa tem a informação? Não vai perguntar?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Enfim, eu quero dizer a vocês que são muito bem-vindos aqui ao plenário do Senado da República.

Eu falo aqui da despesa de 2015, Sr. Presidente, porque quero repetir: o ajuste fiscal de R\$69 bilhões anunciado esta semana em relação ao Orçamento de 2016 se faz num Orçamento que já teve como base o Orçamento de 2015, que teve um ajuste fiscal na proporção de R\$134 bilhões, sendo que 81% desses R\$134 bilhões foram ajustes de despesa.

E é sobre as medidas que foram anunciadas esta semana pelo Governo da Presidenta Dilma que eu gostaria de falar um pouco aqui, inclusive para que entendêssemos que medidas são essas e quais são os seus efeitos, para não sairmos reproduzindo inverdades, como as que são medidas que cortam vento, que são medidas pouco eficazes, que precisaríamos ter mais cortes e que também têm uma carga muito grande no aumento da receita ou da carga tributária. Não é verdade isso. Então, eu queria explicar aqui quais são efetivamente essas medidas.

Antes, eu quero só dizer – a Mesa me passou aqui – que os alunos são do ensino fundamental da Escola Classe 15, de Sobradinho, Distrito Federal. É isso, meninos?

(Manifestação da galeria.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem. Sejam muito bem-vindos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nós tínhamos, em 2016, que fazer frente a um déficit orçamentário. E considero que a Presidenta foi muito correta ao mandar o Orçamento dessa forma para a Casa. Não sou daquelas que acham que a nossa nota pela Standard & Poor's foi rebaixada, porque foi enviado um Orçamento deficitário ao Congresso Nacional. Muito pelo contrário. Esse rebaixamento pela Standard & Poor's já estava previsto – aliás, ele já estava precificado pelo mercado, e todo mundo falava que ele ia acontecer. Se o Governo mandasse ou não o Orçamento para o Congresso Nacional com déficit ou, então, com medidas sujeitas ainda à aprovação deste Congresso, haveria o rebaixamento, porque diria a agência que as receitas previstas pelo Governo seriam receitas hipotéticas, uma vez que não estavam aprovadas e necessitariam da aprovação do Congresso Nacional. A Presidenta até chegou a falar de algumas receitas e teve uma crítica muito forte. Então, eu acho que ela fez de maneira correta. Não se cobrava transparência? Eu lembro que as maiores críticas à questão financeira e orçamentária no País eram que não havia transparência nas contas públicas, que não havia clareza sobre o fechamento dos nossos balanços.

Pois bem, então a Presidenta agiu com muita clareza e teve a coragem de mandar para o Congresso Nacional – sim, mandar para o Congresso Nacional – um orçamento com déficit, para mostrar as dificuldades. Mesmo cortando 2005 em mais de R\$80 bilhões, mesmo tendo um ajuste fiscal, em 2005, de mais de R\$130 bilhões, nós ainda tínhamos problemas no Orçamento de 2016.

Então, a Presidenta teve coragem de mandar e de partilhar com este Congresso. Às vezes, o pessoal diz que o Congresso não tem responsabilidade. É claro que tem responsabilidade. Se o Congresso analisa o Orçamento, se nós apresentamos emendas, nós aprovamos a receita, se nós aprovamos a despesa, como não temos responsabilidade sobre o equilíbrio das contas públicas? Temos sim! Aliás, grande parte das despesas que hoje existem no Orçamento da União foram colocadas pelo Congresso Nacional. Grande parte dos benefícios tributários que nós temos hoje, abrindo mão de receitas importantes para a União, foram colocados pelo Congresso Nacional.

Então, essa história de que o Congresso Nacional, o Parlamento, não tem responsabilidade? Tem muita responsabilidade, sim. E é bom que este Congresso discuta de maneira clara, franca, com responsabilidade sobre o Orçamento de 2016. Portanto, nós temos uma meta de resultado primário do setor público, para o Orçamento de 2016, que a Presidenta, com as medidas divulgadas nesta semana, mostra que vai ser cumprida. É um resultado primário de 0,7% do PIB, sendo que, à União, cabe 0,55% do PIB, R\$34,4 bilhões.

Bom, nós tínhamos de colocar receita de R\$34,4 bilhões no Orçamento ou cortar parte de despesa. Além disso, tínhamos de, também, fazer frente ao valor do déficit que veio para cá, cerca de R\$30,5 bilhões. Por isso, os R\$65 bilhões de que nós estamos falando e que são provenientes desse ajuste fiscal, ou seja, R\$34 bilhões do superávit que a União é responsável, em 2016, e mais R\$30,5 bilhões em relação ao déficit que foi enviado no Orçamento.

E aí eu quero falar um pouquinho das medidas, uma a uma delas, e por que foram mandadas. Hoje, as explicações feitas tanto pelo Ministro Nelson Barbosa como pelo Ministro Joaquim Levy foram muito didáticas.

A primeira medida, o adiamento do reajuste dos servidores, é óbvio que não é uma medida simpática, é óbvio que é uma medida difícil, é óbvio que é uma medida dura, mas uma medida que, talvez, seja necessária e tem um pouco da contribuição do funcionalismo público, que tem a estabilidade funcional, para este momento que o País atravessa. E vamos ser claros: não é a suspensão do reajuste de 5,5% previsto já na Lei Orça-

mentária, é o adiamento. Em vez de o aumento de 5,5% que está previsto na Lei Orçamentária entrar em vigor em janeiro, ele entraria em vigor em agosto. Então, nós não estamos falando aqui da suspensão do reajuste. O reajuste está previsto, vai acontecer, mas em razão das dificuldades econômicas, vai atrasar por seis meses.

Eu sei que o funcionalismo está preparando uma resposta, uma movimentação, é legítimo das categorias. Mas eu queria ler aqui uma frase dita hoje numa matéria que foi feita por um consultor de orçamento da Câmara dos Deputados, Sr. Leonardo Rolim, em que ele analisa as medidas enviadas e diz que são medidas concretas e importantes. E diz o seguinte: "Quando um grande número de trabalhadores está perdendo os seus empregos, perder alguns meses de reajuste é uma pequena contribuição para nós servidores públicos."

E aqui eu quero me colocar como servidora pública. Eu sou Senadora da República. Nós tivemos um aumento de 26% no final do ano passado, Sr. Presidente, para os subsídios de Senadores, de Ministros do Supremo, da Presidência da República, e acho que seria importante nesta Casa. É uma proposta que vou apresentar, porque nós estaríamos junto com os servidores públicos. E aí eu acho que não podem ser só os servidores do Executivo. Nós temos que também fazer um esforço com os do Legislativo e do Judiciário. Nós poderíamos suspender, no primeiro semestre de 2016, os 26% de aumento que nós tivemos no nosso subsídio.

É claro que o resultado disso em termos de esforço fiscal não é significativo, porque o número de pessoas atingidas não é tão grande quanto o contingente de servidores públicos que nós temos. Mas isso demonstra que nós estamos solidários aos servidores públicos, mas, sobretudo, que nós também queremos dar a nossa contribuição a esse ajuste.

Então, quero propor aqui que, junto com o adiamento dos reajustes dos servidores públicos, de 5,5%, que em vez de ser aplicado em janeiro de 2016, vai ser aplicado em agosto de 2016, que nós possamos suspender também, até agosto de 2016, o aumento que foi efetivado no final do ano passado para os salários dos Deputados, dos Senadores, dos Ministros do Judiciário. Enfim, queremos mostrar que nós também queremos contribuir com esse processo de ajuste, para não ser aqui um discurso em que propomos o corte no salário do outro ou propomos o reajuste na despesa do outro, e não nas nossas.

A segunda medida de contenção foi a suspensão temporária dos concursos públicos que estavam previstos para ser realizados em 2016.

A despesa prevista para a realização de concurso público era de R\$ 1,5 bilhão, para os três Poderes. A proposta a ser enviada é que, em 2016, nós não façamos concursos públicos. Nós sabemos que há dificuldades, nós sabemos que existem áreas que, muitas vezes, precisam de servidores, mas também sabemos que, quando uma empresa do setor privado está com dificuldades, ela não contrata mais gente. Aliás, muitas estão demitindo, uma coisa que nós já tínhamos conversado com grandes setores da iniciativa privada, para não acontecer. A Presidenta já havia lançado programas, inclusive o Programa de Proteção ao Emprego, que previa a redução de carga horária e a redução de salário, com complemento, por parte da União, do salário dos empregados. Mas, infelizmente, isso acontece.

O que nós estamos propondo para o serviço público? O serviço público não fazer novas contratações, em 2016, pois, com isso, nós economizariamos, no Orçamento de 2016, R\$1,5 bilhão.

A outra medida é a eliminação do abono de permanência. O que é o abono de permanência? Os servidores que têm idade para se aposentar e optam por não se aposentar e ficam no setor público recebem de volta a contribuição que eles pagaram à Previdência Social, para ficar na ativa. É uma boa medida, obviamente, porque você conserva gente no serviço público, retarda também impacto em relação à Previdência, mas hoje tem um impacto grande na folha. Nós poderíamos, em uma medida de ajuste de economia, também avançar. Então, a proposta do Governo é a eliminação do abono de permanência. Os servidores que precisarem se aposentar, que tiverem idade e condições para isso, irão se aposentar. Isso atinge algo em torno de 101 mil servidores e daria uma economia de R\$1,2 bilhão.

A outra medida é garantir a implementação do teto remuneratório do serviço público. O que é isso? Homogeneizar, para os três Poderes, o que entra no cômputo do salário, do teto, e o que não entra. Aliás, no Poder Executivo – eu fui Ministra da Casa Civil e acompanhava isso –, é muito difícil alguém que extrapole o teto, inclusive com verbas complementares. É muito difícil. Eu diria que é quase impossível. Quase todos os cargos do Poder Executivo estão no teto, mas nós temos problemas, Sr. Presidente, sim, no Poder Legislativo, e muitos problemas, no Poder Judiciário. Chegam denúncias aqui, comentários de que, no Poder Judiciário, temos salários de juízes, de magistrados e até de determinados funcionários que extrapolam R\$100 mil por mês. Quer dizer, nós não podemos concordar com isso, a lei tem que ser igual para todos. Por isso nós precisamos ter uma legislação que harmonize e que hegemonize os critérios de quais são as parcelas de vencimento que entram para o teto do funcionalismo.

Eu apresentei, em 2011, um projeto de lei dispendo sobre o teto do funcionalismo – inclusive, está na CCJ, com parecer do Senador Randolfe Rodrigues. Ele fez um parecer contrário, e infelizmente eu sou obrigada

a concordar com ele porque o parecer contrário é em relação à constitucionalidade: o Congresso Nacional não tem a previsão constitucional da iniciativa de um projeto como esse. Mas eu fiz para provocar a discussão. E o Senador Randolfe está agora propondo uma PEC para mudar a Constituição e fazer com que esta Casa possa ter iniciativas de projeto nesse sentido.

Mas vem em boa hora a proposta que o Executivo vai mandar. Eu acho que nós temos todas as condições de aperfeiçoar. O Executivo prevê, com esta medida que é a implementação do teto remuneratório no serviço público, uma economia de R\$800 milhões – quase R\$1 bilhão. Isso é muito importante. Nós vamos somando uma série de esforços que nós temos em relação ao Orçamento, para ter uma boa quantidade de recursos economizados em 2016.

A outra medida que também julgo importante é a redução do gasto com custeio administrativo, que está prevista em R\$2 bilhões. O que será feito nesse item? Primeiro, uma revisão dos contratos terceirizados e dos contratos de aluguel, uma força-tarefa para reduzir valores, para reduzir quantitativos, para reduzir o montante contratado – o Executivo tem condições de fazer isso.

A segunda ação é proposta, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e também na Lei Orçamentária Anual, de adoção de diretrizes para unificar critérios de despesas em relação a passagens aéreas, a diárias e a auxílio-moradia que se têm nos três Poderes da República. Hoje, nós temos um critério de concessão de diárias para o Judiciário, outro para o Executivo e outro para o Legislativo. Passagens aéreas, também. E, muitas vezes, é o setor público que paga...

(Soa a campainha.)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... o maior valor de passagem aérea. Por quê? Porque isso não está regulamentado, isso não está claro. E, muitas vezes, você tem que contratar uma agência, e a agência compra pelo preço cheio, não consegue, inclusive, pegar promoções. Nós temos que mudar essa situação. Então, os critérios, as diretrizes que vão ser discutidas e colocadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária vão possibilitar que nós tenhamos uma economia.

O terceiro ponto em relação a essa redução de gasto com custeio administrativo é a redução de ministérios e cargos, que será feita pelo Governo, pelo Executivo. A Presidenta já anunciou e parece-me que, na próxima semana, na quarta-feira essas medidas serão detalhadas. Supõe-se que vão trazer uma economia na casa dos R\$200 milhões. Já ouvi muitos dizendo que é uma economia muito pequena, que não é significativa. Toda a economia é significativa.

Os senhores estão vendo aqui que vamos chegar a um cômputo geral – economia com despesas – de R\$26 bilhões, mas vários itens. Economiza-se R\$1 bilhão num item, R\$500 milhões em outro, R\$800 milhões em outro, R\$2 bilhões noutro, R\$200 milhões em outro. Então, é muito importante, sim, a redução dos ministérios e dos cargos, porque faz parte de um esforço, de um conjunto de medidas para a redução dos gastos.

A outra mudança é a de fonte do PAC do Minha Casa Minha Vida. É importante deixar claro aqui que não haverá redução no programa Minha Casa Minha Vida e nem o programa do Minha Casa Minha Vida vai acabar. Haverá uma outra faixa. Vamos ter a faixa 1, mais uma outra faixa, que será intermediária entre a faixa 1 e 2, continuaremos com a faixa 2, que ficará a 3, e a 3, que ficará a faixa 4.

O que se fará aí? Aquelas que vão ser subsidiadas pelo OGU vão ter um limite menor de renda da pessoa. Hoje, pode chegar a R\$1.500 ou a R\$1.800, se não me engano, a renda familiar. Só que, na prática, as famílias que recebem o financiamento, o custeio, a ajuda, o benefício da faixa 1, em média têm uma renda familiar de R\$1 mil. Então, vai ser criada outra faixa de renda entre a faixa 1 e a faixa 2, para que os recursos do FGTS possam financiar. Então, nessa faixa um pouquinho superior não haveria um subsídio de 90%, mas poderia haver um subsídio – e o Governo vai mandar isso – de 60%.

Estou dizendo isso porque já se fofocou muito, inclusive nas redes sociais, que o Governo estaria abandonando com o Minha Casa Minha Vida. Não é verdade! Não é verdade! Vai continuar. Vai se aumentar uma faixa, e uma parte dessa faixa, dos subsídios dessa faixa, vai ser feita com recurso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que é um recurso remunerado pelo Governo e já é utilizado para fazer financiamento habitacional.

E nós vamos ter, sim, os R\$3 milhões de recursos para o Minha Casa Minha Vida, como nós já tivemos os R\$3,7 milhões para as fases I e II.

A outra mudança ...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Queria pedir licença a V. Ex^a para cumprimentar as professoras e os alunos do Ensino Fundamental da Escola Classe 15, de Sobradinho.

Sejam muito bem-vindos ao plenário do Senado Federal.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É a segunda turma, então. Já teve uma turma aqui.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – É a segunda turma.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sejam muito bem-vindos ao plenário. (Risos.)

A outra medida também se refere a uma mudança de fonte do PAC, programas do PAC, programas de investimentos importantes que nós temos.

O que é essa mudança de fonte? Vão ser contingenciados ou retirados do PAC R\$3,8 bilhões porque é um esforço necessário para se fazer a redução de despesas.

E o que o Governo está sugerindo? E que eu acho muito importante. Que nós, com as nossas emendas parlamentares, que passaram a ser obrigatórias no Orçamento, que consomem e que podem chegar até a R\$16 bilhões no Orçamento público, nós possamos complementar esses programas do PAC, que vão ter essa redução de R\$3,8 bilhões, com as emendas parlamentares.

Aliás, esta Casa diz que o PAC é importante, que os projetos são importantes, são estruturantes, então, vamos fazer esse esforço. Vamos, nós, colocar, das nossas emendas,...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... recursos para que o PAC possa continuar com as mesmas condições, para que o PAC possa ter os mesmos recursos.

Então, não vejo o porquê de os Deputados e os Senadores reclamarem. Quer dizer, quando chega para nós fazermos o esforço, nós não queremos? Nós só queremos o esforço do outro? Nós temos que fazer esforço.

Assim como eu lancei a proposta aqui em relação aos nossos salários, para fazer parcerias junto com os servidores públicos, que a União está propondo também prorrogar o aumento, quero propor aqui um esforço com as nossas emendas: que coloquemos nossos recursos no Plano de Aceleração do Crescimento, que é tão elogiado, tão defendido por todos os Parlamentares.

Assim também como na área de saúde, ou seja, o Governo tem uma meta e tem uma determinação constitucional de gasto de saúde. Uma parte disso, o Governo vai deixar para que esta Casa supra com as emendas parlamentares. Nós não vivemos dizendo aqui que a saúde é a coisa mais importante que nós temos que dar para a população brasileira? Não estamos sempre defendendo aumentar os recursos na saúde? Não estamos sempre defendendo investir na saúde?

Nada mais justo do que nós pegarmos uma parte dos nossos recursos – aliás, 50% das nossas emendas já são direcionadas à Saúde – e ajudarmos o Governo a cumprir a sua disposição constitucional, a sua aplicação constitucional e também ajudarmos o Governo – ajudarmos o Brasil, não é o Governo – nesse ajuste fiscal que nós precisamos fazer.

Ouço um aparte do Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora Gleisi, primeiro eu quero dizer que conte comigo nessa ideia do Senado, da Câmara fazerem sacrifícios. Inclusive dos salários.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Isso mesmo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Acho que sim, nós deveríamos fazer gestos desse tipo. Mas eu quero dizer que hoje éramos só nós dois – e creio que mais um Senador, Senador Bauer... Não sei se havia outro –, mas assistimos. Confesso que, apesar de os quadros estarem com números razoáveis, eu não senti firmeza, convicção, credibilidade plena de que o ministro continua, ou não continua, de que eles estão convencidos daquilo, de que eles não se sentiram derrotados em outras coisas que eles queriam... Eu tenho impressão de que o nosso esforço deve ser nessa linha, que a senhora fala – quando eu digo salário, eu digo também as emendas. Devemos, sim, fazer sacrifícios. Mas o que a meu ver está faltando hoje é sabermos que esse sacrifício será usado com convicção, com firmeza, passando credibilidade. No primeiro dia – creio que terça-feira – do lançamento do programa, as bolsas e o dólar reagiram bem. Já saíram do controle. Já voltou a subir uma, o dólar e a cair, a outra, a bolsa. Eu senti que faltou mais algo que é subjetivo. Eu sei que muita gente diz que a subjetividade não importa, que devemos ficar só na objetividade, mas importa sim. De qualquer maneira, aqui é a minha manifestação de que temos que fazer um sacrifício. Houve desajustes, então precisa de ajustes. Quem diz que não precisa de ajuste, é porque acha que não houve desajuste. Como eu sempre achei – e a senhora se lembra dos debates aqui – que estava havendo um certo desajuste, agora precisa de ajuste. E é preciso sacrifício. Mas é preciso que as pessoas acreditem que o sacrifício será em benefício da construção de um País melhor. Outro ponto de que eu senti falta: a impressão que dá é de que o ajuste, o Orçamento... É como se este ano fosse um ano separado do passado e separado do futuro. Eu não estou sentindo, neste Orçamento que chegou, a passagem para o futuro. Vou dar um exemplo. Quando o Governo decidiu não levar adiante os concursos, por uma força realmente maior, que é a falta de recursos, eu me pergunto: se não estava errado

quando os concursos foram abertos, se estava certo, significa que agora vai faltar pessoal, e até é possível que falte, mas quais são as consequências disso? Quais são as consequências das medidas do ajuste no crescimento do PIB? Porque, se levar a uma redução do PIB, o próprio ajuste fracassa, porque, se o produto interno bruto não cresce, a receita vai ser inibida, ela vai ficar pior do que se imagina hoje.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, ele não terá resultados. Então, está faltando a gente dizer: "Esse Orçamento terá as seguintes consequências, para o equilíbrio fiscal – tudo bem, estão trazendo os números –, mas também para o crescimento do PIB, para o funcionamento da máquina, para construir uma infraestrutura de que o Brasil precisa." Eu creio que esteja faltando algo que talvez seja subjetivo, mas que é importante; não é objetivo, mas é importante: é uma confiança plena de todos nós, brasileiros. Porque esse sacrifício que a senhora propõe e que eu aqui apoio. Essa história de dizer que não se deve fazer sacrifício, porque o erro foi do Governo, eu não sou dos que defendem isso. Houve erro do Governo, mas o problema é nosso, de todos, que, hoje, temos que enfrentar. É preciso muita confiança, e eu gostaria que a senhora, com a sua liderança, com a sua posição, fosse um dos instrumentos de construção dessa confiança, talvez até nas suas conversas com a Presidente Dilma.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada. Senador Cristovam, V. Ex^a sempre enriquece muito os debates aqui e as nossas discussões.

Eu queria começar, primeiro, pelo fator credibilidade. Está sendo muito difícil a situação toda, porque nós não estamos tendo nenhum momento de respiro em relação a medidas adotadas. Foi pancadaria total, desde o início do anúncio, principalmente por Parlamentares, até por membros da Base aliada, por Lideranças, por articulistas políticos e econômicos nos jornais, em cima das medidas. Aliás, antes de elas já saírem, especulava-se e batia-se. Então, nós já temos um processo de ser contrário sem conhecer. Eu ouvi tanta gente falando sobre essas medidas e falando em propriedades, mas nem sequer chegaram a conhecer as medidas, ou ler as medidas. Estão criticando.

Talvez V. Ex^a tenha sentido isso, porque o clima que nós estamos vivendo nesta Casa, tanto no Senado, mas principalmente na Câmara – e hoje nós estivemos lá na CMO, com uma grande presença de Deputados e Deputadas, é este: é de tentar desacreditar, de dizer que o Governo não tem credibilidade, está enfraquecido, que não vai fazer frente ao momento que estamos.

Acho que o Senado tem tido uma posição muito mais madura, muito mais equilibrada de recepcionar as propostas, discutir, analisar, propor medidas para melhorá-las, como já fizemos em outras medidas de ajuste que passaram por esta Casa, e, de maneira equilibrada, ajudar o País. V. Ex^a tem razão, nossa função aqui é ajudar o País, não estamos ajudando o Governo, estamos ajudando o País.

Disse, no início do meu pronunciamento, que considero que o Congresso Nacional tem a responsabilidade, sim, nos resultados das contas públicas. Grande parte das despesas que constam do Orçamento são efetivadas aqui no Congresso Nacional. Não há um orçamento que venha para cá sem que o Congresso não altere a estimativa de receita para mais, ainda que seja alertado do risco de que essa receita não vai se conformar. E o Relator-Geral, muitas vezes, faz essa adequação para poder colocar as despesas com as emendas parlamentares.

O aumento de despesa feito pela Casa é muito grande, todo Parlamentar quer colocar um pouquinho mais de despesa dentro do Orçamento. É legítimo? Claro que é legítimo! Mas colaboramos para isso. E, ao mesmo tempo, grande parte dos Parlamentares querem dar benefícios tributários. Hoje temos mais de R\$200 bilhões em benefícios tributários ou chamada renúncia fiscal. Grande parte deles colocados por esta Casa.

Fui Relatora de uma Medida Provisória, nº 675, que aumentou a Contribuição Social sobre os Lucros Líquidos dos bancos – que acho que foi muito justa e gostaria que fosse além do que foi –, que teve muita pressão, e tivemos que fazer um acordo e uma composição para essa medida provisória passar – porque esta Casa é assim, temos que mediar e fazer o acordo –, e grande parte das emendas era para benefício tributário, renúncia fiscal, ou seja, o Governo deixar de cobrar o tributo.

Acho que esta Casa tem responsabilidade, sim, com esse ajuste, não é só porque quer ajudar o Brasil, é porque também ajudou nas despesas, que não considero que sejam desajustes atrapalhados, fizemos despesas para enfrentar um momento crítico, apostando que o futuro ia nos reservar condições melhores, foi o que chamamos de medidas contracíclicas. Investimos para que não perdêssemos emprego, mantivemos programas sociais, mantivemos benefícios tributários, ampliamos a despesa. Para quê? Para não deixar o Brasil entrar...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... num círculo vicioso da crise, como a Europa entrou, como outros países entraram, mas estávamos apostando, até porque tínhamos análises, nesse sentido, de que o mundo recuperaria a economia.

No último trimestre de 2014, tivemos um *boom* abaixo de *commodities*. Quer dizer, o petróleo, que estava a US\$135, passou para US\$40. Então, imagina isso na economia mundial. Graças a Deus, o minério de ferro também e o Brasil é um grande fornecedor de minério de ferro.

Graças a Deus isso não aconteceu nas *commodities* agrícolas, que nós continuamos exportando. E hoje a agricultura brasileira está muito bem. Nós não temos crise na agricultura brasileira, nem na grande agricultura, nem na pequena agricultura.

Agora, como podemos ter governabilidade sobre o preço de uma *commodity* tão importante como o petróleo? É para o mundo? Então, agora estamos tendo que fazer ajuste em nossos gastos exatamente para dar o equilíbrio e para fazer frente...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... àquilo que nós não conseguimos recuperar com o nosso desenvolvimento da economia.

Por isso, Senador Cristovam, eu sei da sua preocupação, sei da importância que V. Ex^a dá a essa discussão, mas eu queria fazer essas considerações.

Em relação ao concurso, nós sempre prevemos no Orçamento a necessidade de concurso porque sempre há servidores aposentando e sempre precisamos repor. Mas nunca conseguimos repor no ideal. Por quê? Porque não há recurso para pagar todos os servidores. Nós temos 500 mil servidores na ativa, mais 500 inativos, a sociedade tem um limite de contribuição tributária. Então, temos de mediar. E há setores que utilizam muita mão de obra: o setor de educação, por exemplo. É um investimento em gente, em pessoas; são professores; servidores que nós precisamos contratar.

Hoje, nós temos já na educação, que é uma área importantíssima para nós, um método significativo.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Qual é esse método significativo? É o seguinte? Não precisa mais fazer concurso para professores de universidade. Você tem um concurso aberto, permanente, cada vez que há uma vaga de um cargo criado, você já vai chamando quem passou naquele concurso. Só que nós não temos condições de fazer isso para todos os servidores.

E, na iniciativa privada, o que acontece quando você tem uma empresa que está em crise? Ela geralmente demite servidores. No serviço público nós não demitimos, nós temos estabilidade. Então, temos de mediar, deixando de contratar. Vai fazer falta em alguns setores? Vai fazer, mas naqueles que são essenciais nós não vamos deixar acontecer. Talvez alguns serviços atrasem um pouquinho mais, mas é importante sabermos que sempre se prevê e nem sempre se prevê o ideal porque temos um limite com as nossas receitas.

Sr. Presidente, sei que estou passando muito do tempo, mas considero que como não temos muitos oradores inscritos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu vou interromper-lá mais um minuto, então, e lhe concedo mais dois minutos, para registrar a presença de mais uma turma, a terceira turma da Escola Classe 15, de Sobradinho, Distrito Federal.

Obrigado pela presença, sejam bem-vindos.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PRE) – Sejam bem-vindos.

Eu queria pedir, Sr. Presidente, mais cinco minutos para terminar esse raciocínio. Eu acho que é uma matéria importante.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB-RO) – Cinco minutos e trinta segundos.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

A última questão em relação à despesa é a revisão da estimativa de gasto com a subvenção agrícola, que é o programa de preço mínimo da agricultura. E como eu disse aqui, graças a Deus, na agricultura, nós vamos muito bem, obrigada. Nós não tivemos redução das nossas *commodities* agrícolas. Nós continuamos vendendo, produzindo, temos crédito, temos tecnologia, temos programas governamentais importantes. E talvez não precisemos da previsão que se fez em relação ao Orçamento de 2016. Vamos usar a média dos últimos anos. Claro que é sempre bom ter previsto um valor maior, porque pode haver um cataclismo, um problema da na-

tureza. Mas vamos deixar essa previsão menor, porque tenho certeza que 2016 se comportará como 2015 para a agricultura e que nós vamos precisar exercer muito pouco a política de preço mínimo na agricultura.

Então, essas medidas todas, esse esforço não é corte de vento, não é corte superficial, não é só para haver justificativa. Eles, de fato, vão reduzir despesas, preocupando-se muito em não mexer naquelas despesas que são essenciais para as pessoas, nas despesas sociais, nas despesas voltadas para os programas que servem aos mais pobres deste País. Isso a Presidenta Dilma preservou.

E nós vamos ter no total de redução de gastos, em 2016, de R\$26 bilhões. E quero dizer que isso se refere a um Orçamento que já foi feito em cima do Orçamento de 2015, que sofreu uma redução de mais de R\$80 bilhões. Então, é um esforço muito grande, sim, do Governo.

Eu queria fazer aqui uma sugestão ao nosso Governo e também a esta Casa, porque sempre a Casa tem procurado contribuir com as medidas do Governo, além de colocar aqui que acho que temos que dar a nossa contribuição e a nossa parcela também em relação ao nosso salário e às nossas emendas. Eu acho que esta Casa tem que fazer uma grande discussão sobre a nossa política de juros – 14,25% de taxas de juros no País, hoje, é um valor muito significativo. Eu não tive tempo, hoje, de fazer um questionamento ao Ministro Joaquim Levy.

Eu sei por que as taxas de juros foram elevadas, mas também acho que esse é um momento em que nós devemos enfrentar esse debate e fazer um apelo à área econômica, ao Banco Central, para que reduzam-se as taxas de juros, porque, Sr. Presidente, nós tivemos um aumento da despesa com juros em relação ao primeiro semestre de 2014 de mais de R\$130 bilhões.

No primeiro semestre de 2014, nós gastamos com juros 148 bilhões. No primeiro semestre de 2015, gastamos 278 bilhões. São 130 bilhões a mais. Por isso, é muito necessário que mexamos aí também. Um ponto percentual – dizem – pode impactar na despesa em até 15 bilhões. Eu deixaria pela metade, que impacte 8 bilhões ou 7,5 bilhões, já seria uma grande economia. Porque, se nós não reduzirmos a taxa de juros, se o Banco Central quiser aumentar essa taxa de juros, todo esse esforço que nós estamos fazendo, que é válido, que é necessário e que nós vamos defender aqui, não vai ser um esforço que vai mudar a realidade. Vai ser como enxugar gelo.

Portanto, quero deixar um apelo aqui ao nosso Congresso, um apelo ao nosso Governo, à Presidenta Dilma, que eu sei que pensa dessa forma também, um apelo ao Banco Central, para que possamos ter luz sobre a taxa Selic neste País. Não é possível pagar uma despesa tão alta e colocar essa despesa alta para ser equilibrada com cortes e com aumento de tributos. Então, eu queria deixar esse apelo, pois acho que é um adicional ao esforço do pacote na redução de despesa.

E do lado da receita, Sr. Presidente, rapidamente, nós tivemos também medidas importantes e medidas que não são medidas que tiram a renda da sociedade. Eu queria falar particularmente em relação à medida da CPMF, que foi mandada para cá. A medida da CPMF tem um...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... aspecto positivo que todos reconhecem, que é ajudar a fiscalização da circulação de recursos no País. Ou seja, existe uma parte de pessoas com grande remuneração, com grande soma de capital e de recursos, que acaba não pagando tributo. E a CPMF pegaria essas pessoas, porque são pessoas que operam o mercado financeiro, que têm conta corrente, têm talão de cheque, têm cartão. A CPMF as pegaria.

Mas é verdade que também nós temos que, assim como fizemos com outras medidas, adequar as medidas que vêm a esta Casa. Sou a favor da CPMF, desde que nós possamos ter uma faixa de isenção desse tributo para a população brasileira, ou seja, que uma faixa da população que ganhe até uma determinada renda salarial ou que tenha uma determinada movimentação financeira não seja penalizada com mais um tributo. Que a gente foque a CPMF naqueles que têm mais recursos. Eu acho que ela passa a ser um tributo justo, que vai ajudar na arrecadação, ainda mais se nós ajudarmos a fazer a divisão com Estados e Municípios, que me parece o correto e o necessário.

E também teríamos condições de melhorar a arrecadação por parte do Governo, fazendo-o de forma justa, de forma que parte da população que ganha menos, que tem menos renda, menos recursos e que é muito “bancarizada” – hoje quase 100% da população brasileira é “bancarizada” – possa não sofrer esses efeitos.

Eu tenho certeza de que a Casa tem maturidade para discutir, assim como temos maturidade para aprovar a medida que, por exemplo, tem um ganho de capital progressivo, tem um aumento do Imposto de Renda da pessoa física. E aí acho que a jurídica também tem que contribuir. Nós vamos ter uma mudança em juro de capital próprio. Mas queria dizer aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que eu vou reapresentar a proposta que eu fiz na Medida Provisória nº 675, de 2015, que é para aumentar a arrecadação sobre a remuneração do capital que nós temos hoje no Brasil.

Então, são essas as medidas de receita que estão vindo juntamente com a CPMF a respeito das quais eu faço esta ponderação para que nós possamos fazer esse ajuste aqui no Congresso. As demais medidas são tributárias, que, com certeza, são mais focadas naqueles que ganham mais, como a questão do imposto de renda progressivo para ganho de capital. Ou seja, você tem um imóvel hoje que foi adquirido por um preço, se você vende esse imóvel por outro preço, se o valor for acima de um milhão, não terá alíquota só de 15% na diferença da venda, mas será progressiva. Eu acho que isso é muito justo, até porque o Brasil é um dos países mais injustos no seu sistema de tributação.

Portanto, essas medidas arrecadatórias de aumento de receita vão ter um impacto de 28,4 bilhões e são importantes porque vão ajudar muito no equilíbrio do Orçamento.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar a presença da Senadora Rose de Freitas, nossa Presidente da Comissão Mista de Orçamento, para dizer-lhe que, no início do meu pronunciamento, eu falei da importância de a Comissão ter feito essa reunião hoje com Parlamentares, em que houve uma exposição detalhada dos ministros, em que muitos Parlamentares falaram e em que se esclareceram muitos pontos que estavam obscuros, que as pessoas não entendiam e acabavam reproduzindo um discurso contrário às medidas, sendo que, na sua grande maioria, as medidas são positivas, vão ter efeito fiscal, preservando principalmente os programas sociais e aqueles que atingem os mais pobres e a camada da sociedade que mais precisa. Então, eu queria parabenizar V. Ex^a pela iniciativa, pela qualidade da reunião. Eu vim aqui usar um tempo imenso hoje, neste plenário, para falar um pouco dessas medidas e para dizer à Presidenta Dilma que nós estamos com ela nesse esforço.

Eu acho que o Congresso Nacional, o Senado da República pode fazer melhorias. Apontei algumas aqui que eu acho que temos de discutir. Vamos fazê-lo, como já fizemos em outras medidas, a do abono salarial, do seguro-desemprego e tantas outras que passaram por esta Casa. Tenho certeza de que nós vamos fazer. Mas a primeira coisa que temos de dizer para o Governo é que nós estamos a favor do País, que nós vamos fazer esse esforço...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... para que a gente tenha um equilíbrio nas finanças públicas e para que a gente possa retomar o desenvolvimento da atividade econômica do nosso País, porque é isso que garante emprego, renda e a qualidade de vida da nossa população.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Valdir Raupp deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer, suplente de secretário.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e convido o Senador Valdir Raupp, como orador inscrito, para ocupar a tribuna.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Elmano, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, nos últimos meses, as manchetes econômicas no Brasil andam repletas de más notícias. Quase todo dia, só se ouve falar em inflação alta, aumento de desemprego e encolhimento do PIB.

Subi à tribuna para tratar de economia, mas, na contramão do noticiário, eu trago boas notícias. Vim falar do bom desempenho econômico de Rondônia, meu Estado.

Ouvi aqui, atentamente, a fala da Senadora Gleisi Hoffmann, até porque estava presidindo a sessão, e estava aqui presente, como ela já disse, a Presidente da Comissão de Orçamento, Senadora Rose de Freitas. Eu também sou membro da Comissão e estou relatando a área setorial de justiça e defesa. Ano duro, ano difícil, mas temos saída. As crises são passageiras, são cíclicas no mundo inteiro. Elas vêm e vão.

Certa vez, Sr. Presidente, um rei que estava com dificuldade, Senador Raimundo Lira, mais de dez anos de dificuldade no reino, de pobreza, de miséria, de recessão, foi se aconselhar com um sábio, Senadora Gleisi.

Chegando lá, o sábio pegou um caderninho e anotou uma frase na primeira página, mas não o deixou ler; anotou outra na última página do caderninho e disse: "Quando você chegar em casa, leia o que está escrito na primeira página. Quando sentir vontade, leia a última página, mas não precisa ser agora. Daqui a algum tempo, leia a última página."

Chegando em casa, ele abriu o caderno e leu a primeira página. Estava escrito: "Isso não vai continuar assim. Logo virá um período de fartura." Porque a crise já estava longa, lógico que iria acabar, e assim são as crises no mundo inteiro.

E ele esqueceu a última página. Depois de oito ou dez anos de fartura no reino, prosperando, ele lembrou e, por curiosidade, foi ler o que estava escrito na última página. Estava escrito: "Isso também não vai continuar assim, a fartura não vai ser eterna. Logo virá outro período de crise."

Então, isso é para preparar que as crises são sazonais, são passageiras. O Brasil já enfrentou crises talvez muito piores do que essa. O meu pai, que trabalhou durante mais de 50 anos para criar sua família na roça, em Santa Catarina, criando 14 filhos com a minha mãe, falava sempre em crise. Desde quando me entendi por gente, ouvia meu pai falando da dívida com o Banco do Brasil, que ele não conseguia pagá-la, era uma safra e outra, e ia rolando a dívida. No final das contas, ele teve que vender pedaço da sua terra, que ele havia adquirido com muito custo, com muito sacrifício. Isso há 40 anos, teve que vender parte da terra para pagar a conta do Banco do Brasil, porque estava em crise, a agricultura sempre vivia em crise.

Hoje, a agricultura vive um período extraordinário, Senador Cristovam. O Brasil, graças ao agronegócio, agricultura e pecuária, está ainda se mantendo e poderia estar numa situação ainda pior. Falo do meu Estado, que é agropecuário. Lá, graças a Deus, a crise chegou com ventos soprando bem leve, não chegou soprando forte como em parte do mundo e em outras partes do Brasil.

Sr. Presidente, a economia rondoniense tem apresentado uma expansão consistente e vigorosa nos últimos anos. Na década passada, ela teve o quarto maior crescimento do PIB entre os Estados da Federação, com uma alta de 71% entre os anos de 2000 e 2010.

De 2010 para cá, o desempenho econômico do nosso Estado continua a acelerar, avançando a uma taxa de 7% ao ano. Se Rondônia fosse um país, o crescimento de sua economia estaria em patamares semelhantes aos das melhores nações emergentes, como a China e a Índia.

O progresso de nosso Estado tem sua espinha dorsal na produção de alimentos. A agricultura, a pecuária e a piscicultura têm sido os motores do nosso desenvolvimento. Falando sobre agricultura, gostaria de destacar a produção de soja, café e cacau em nosso Estado. Desde a época em que fui Governador, criamos as bases com a construção do Porto Graneleiro de Porto Velho. Grande parte da safra de Mato Grosso e de Rondônia hoje é escoada por Porto Velho, via hidrovia do Madeira, até o Porto de Itacoatiara, no Amazonas, onde atracam os navios de grande calado.

Os campos de soja de Rondônia tiveram, na safra passada, a maior produtividade do Brasil, gerando quase 3.200 quilos de grãos por hectare. Para este ano existe a expectativa de que aumentemos a nossa produção total em cerca de 20%, atingindo 730 mil toneladas do produto. Já as lavouras cafeeiras em Rondônia foram responsáveis, em 2014, pela segunda maior safra de café Conilon do país, com quase 1,5 milhão de sacas produzidas, um volume de grãos que faz do nosso Estado o quarto ou o quinto maior produtor de café do Brasil.

A cultura do cacau, por sua vez, produziu 14 mil toneladas dessa amêndoia em 2013, levando o Estado ao terceiro lugar no ranking nacional. Há dois anos a produtividade dos cacaueiros rondonienses ultrapassou os 500 quilos por hectare. Em breve, esse número deve subir para até 3 toneladas por hectare. Com a introdução, neste ano, de novas espécies de cacau no Estado, a Embrapa tem feito um trabalho extraordinário na área do cacau, na área do café, criando lá uma variedade própria do nosso Estado, chamada BRS Ouro Preto, que está produzindo até 160 sacas por hectare. Com a introdução, este ano, de novas espécies de cacau no Estado, a produção vai para 3 mil toneladas.

O outro motor de nosso desenvolvimento, a pecuária, também mostra números excelentes! Perto de 13 milhões de cabeças de gado pastam no Estado de Rondônia, com a preservação ambiental devidamente controlada.

V. Ex^a gostaria de um aparte?

Concedo um aparte a V. Ex^a, com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, interrompendo um pouco a parte sobre Rondônia, eu quero tocar na parte em que o senhor falou que o Brasil sempre viveu crises. É verdade. Eu já cheguei a uma idade em que posso dizer que me lembro da crise de 1964. Há uma diferença, Senador Raupp, entre esta crise e as outras. É possível que em cada uma alguém dizia o mesmo, mas veja bem, Senador Elmano, nas crises anteriores havia alternativa, esperanças diferentes. Hoje eu não estou sentindo isso. O debate, nos momentos de crise, era entre posições alternativas, Senador Raimundo. Em 64, de um lado estavam os que acreditavam na saída pelos militares, aqueles que acreditavam numa saída pela revolução socialista. Em 85, os que acreditavam que o Governo Militar tinha que continuar dando ordens, os que acreditavam que a democracia ia carregar o Brasil para um futuro melhor. Neste momento o debate não está entre alternativas. Tanto é que naqueles momentos os governadores tinham voz muito forte, cada um. Sempre os governadores no Brasil foram elementos fundamentais, desde a Constituição mesmo da República. Hoje os governadores são nada! Que me desculpem eles. Eu falo com eles e ligo para cobrar deles posições. Eles estão envolvidos nas suas crises financeiras sem uma voz em relação ao Brasil inteiro. Ou o governador se destaca hoje com uma

proposta de para onde levar o Brasil? Não temos. E nós aqui também não estamos fazendo isso. E quando eu digo nós, eu digo nós todos. Nós estamos num momento sem propostas alternativas de Brasil, tanto é que o nosso debate é o orçamento, é o ano de 2016. Ninguém está falando em 2026, 2036, 2046. Estamos sem propostas, sem lideranças concretas. Nós estamos sem governadores que falem. A crise é outra, diferente da anterior. E a divisão do País, apesar dos avanços sociais que conseguimos, parece que o *apartheid* social é mais forte. As cidades são verdadeiras monstrópolis e não metrópoles mais no Brasil. Então essa crise exige mais da gente do que as anteriores exigiram dos líderes daquele momento. Mas eu lamento dizer que nós, os líderes – sou um deles, deveria ser –, não estamos dando encaminhamento para que as pessoas saibam: eu vou ficar deste lado ou eu vou ficar desse. Aí o Brasil se divide em quê? Os que são do Fla e os que são... O Flamengo e o Fluminense, o PT e o PSDB. Os que querem que a Dilma saia antes de concluir o mandato dela – e acho que essa é a solução – e os que acham que o Governo Dilma continuar, mesmo como está aí, é a solução. Nenhum dos dois está trazendo a solução. E a gente não está conseguindo apresentar. Não é nem dar um rumo. Apresentar. Por isso esta crise, a meu ver, é mais grave do que as que o seu pai, como o senhor disse, falava, como a crise decorrente dos financiamentos da agricultura pelo Banco do Brasil. A agricultura está indo bem. E tem diversos setores do Brasil indo bem, mas a nação como um todo, a meu ver, ela não está indo bem nesses anos que nós estamos vivendo agora. Não está indo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, nobre Senador Cristovam Buarque.

O Brasil é a sétima potência do mundo, o Brasil é a sétima economia do mundo. Eu não acredito que a sétima economia do mundo vai quebrar. A sétima economia do mundo, entre quase duzentos países, terá capacidade de se reerguer. Eu acredito muito nisso. Agora, que o Estado está pesado, está. Eu falo o Estado, a Nação. A Nação está pesada. A Nação precisa ser tornada mais leve, precisa fazer cortes, precisa fazer enxugamentos. E, realmente, o Governo ainda não fez. Eu acho que ele deveria ter feito isso. Eu sou da base do Governo, mas de vez em quando também quero ter o direito de criticar, dar sugestões.

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Quando for oportuno, Senador, eu gostaria de um aparte. Quando for oportuno a V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com muito prazer, nobre Senador Raimundo Lira.

Há quanto tempo, mesmo antes da crise, Senador Cristovam, muito antes da crise, há uns quatro, cinco anos, eu já vinha cobrando a redução da quantidade de Ministérios, o enxugamento da máquina pública.

São 39 ministérios hoje no Brasil. Eu fiz uma pesquisa mundo afora, eu pedi para a minha assessoria fazer uma pesquisa. Na Alemanha, se não me falha a memória, são 14 ministérios. É a segunda ou a terceira potência mundial, Alemanha. Eu acho que na Inglaterra são 16 ou 17. É outra potência mundial. O Japão não é muito diferente disso.

As grandes potências mundiais não têm a quantidade de ministérios que tem o Brasil. Talvez nem a quantidade de partidos. Eu sou um crítico ferrenho dessa quantidade exagerada de partidos. A nossa democracia não vai suportar um País com 50, 60 partidos daqui a pouco. Quem tem um partido quer dois. Tem gente que tem um partido e está criando outro, quer dois partidos. Uma pessoa quer dois partidos, quando um partido como o meu, o PMDB, tem mais de 2,4 milhões filiados, é o maior partido do Brasil em número de prefeitos, vereadores, governadores, Deputados Federais, estaduais e Senadores. Quer dizer, é um partido para o Brasil. Agora, tem gente que quer dois, três partidos, porque partido virou um negócio. Hoje há 32 partidos em atividade, mas há mais 27 na fila. Depois, vão para cinquenta, sessenta... Aí, tem que haver 39 ministérios, porque um partido que tem dez Deputados quer dois ministérios, quer um ou dois ministérios. Nós não vamos suportar isso.

Agora, o Governo precisa urgentemente diminuir o tamanho da máquina. Ainda tem coisa para se desfazer. Tem muita coisa da qual o Brasil pode se desfazer, inclusive arrecadando para poder cobrir, nesse momento de dificuldade, esse buraco do orçamento. Mas o Brasil é lento, o Governo é lento até para fazer isso.

Eu estava lendo hoje uma reportagem de uma economista, não lembro o nome dela agora, acho que é Elena Landau, que foi Presidente do BNDES do Governo de Fernando Henrique. Ela dizia que...

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – ... o que salvou o Governo Fernando Henrique naquela época foi a venda das telecomunicações e de outras áreas do governo. Isso fez caixa, senão teria dificuldade. E olhe que terminou o governo com apenas 28 bilhões de superávit. Perdão, de reservas. Vinte e oito bilhões de reservas.

O Brasil hoje tem R\$370 bilhões de reservas e está nessa dificuldade. É claro que não devemos queimar nossas reservas, mas temos que diminuir o tamanho do Estado para poder colocar a despesa dentro da receita. O que é que o País precisa fazer? Colocar a despesa dele dentro da receita. Se nós não temos receita para bancar uma despesa desse tamanho, vamos enxugar a máquina, vamos enxugar o tamanho do Estado. Isso eu

defendo, a redução de Ministérios, defendo corte do que for preciso, para poder ajustar e colocar realmente a despesa dentro da receita.

Voltando ao meu pronunciamento, em 2013, Sr. Presidente, o Estado possuía o sétimo maior rebanho do Brasil e, no ano passado, as exportações de carne totalizaram US\$600 milhões. A piscicultura também se destaca na economia rondoniense. Em 2013, ocupávamos o primeiro lugar na produção de tambaqui, com pouco menos de 19 mil toneladas. A produção de peixes no Estado evoluiu de 10 mil toneladas, em 2012, para 80 mil toneladas no ano passado, um aumento de oito vezes em apenas dois anos. As perspectivas em nosso Estado são bastante animadoras. Espera-se que a produção de peixes atinja 200 mil toneladas nos próximos quatro anos.

O sucesso da atividade agropecuária tem estimulado de forma decisiva a atividade industrial no Estado. Para que se tenha uma ideia da vinculação entre essas duas áreas, vale lembrar que, em 2013, as três maiores manufaturas de Rondônia estavam ligadas à pecuária e faturaram perto de R\$4 bilhões. No ano passado, a indústria teve receita de cerca de US\$6 bilhões. Para este ano, a expectativa é de um crescimento na casa de 2%, apesar da recessão brasileira.

O crescimento de Rondônia também tem decorrido de práticas acertadas do Governo estadual, como a decisão de estimular a recuperação de terras degradadas com vistas à produção de alimentos. Isso trouxe um duplo benefício: incentivou a indústria de calcário, utilizado na correção do solo, a implantar seis novas usinas e criou condições para ampliar a oferta de alimentos sem necessidade de aumentar a área de desmatamento.

Embora a produção alimentícia seja preponderante em Rondônia, a mineração é uma fonte de receita com grande potencial para o Estado. No ano passado, produzimos 10 mil toneladas de cassiterita, que adicionaram US\$21 milhões à nossa economia. E o reflorestamento e a floresta plantada também vêm crescendo no Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, as boas notícias não param por aí. Graças ao seu desempenho econômico, Rondônia foi o Estado brasileiro que apresentou a maior queda de endividamento público no primeiro semestre deste ano.

Além disso, os indicadores sociais de Rondônia têm acompanhando suas melhorias econômicas: o índice de Gini do Estado, que mede a desigualdade social, é o terceiro melhor do País. O nosso índice é o terceiro melhor do País. O déficit habitacional é o quinto menor do Brasil e a renda *per capita* rondoniense é a maior entre os Estados do Norte e do Nordeste.

Mesmo com dificuldades relacionadas à logística e ao alto custo da energia elétrica, nosso Estado tem mostrado que é possível crescer em um cenário adverso como o que vem apresentando o Brasil. O povo rondoniense vem demonstrando que, com trabalho, inteligência e perseverança, é possível vencer a crise.

Nobre Senador Raimundo, V. Ex^a gostaria de um aparte?

Concedo um aparte, com muito prazer, a V. Ex^a.

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Valdir Raupp, nós, latinos, somos muito criticados pelos setores acadêmicos, pelos estudiosos em economia do mundo desenvolvido, pelo fato de que não temos a cultura, o hábito de construir o País para o futuro. Nós não temos a cultura de fazer o planejamento de longo prazo, com começo, meio e fim. V. Ex^a está mostrando ao Brasil dados excelentes em relação à economia do seu Estado de Rondônia, porque todos nós aqui do Senado Federal temos conhecimento e sabemos que V. Ex^a foi um Governador que plantou as bases econômicas do seu Estado para o futuro. E hoje o Estado está colhendo os seus resultados positivos. Nós tivemos, no Brasil, um Presidente que fez isso, que foi Juscelino Kubitschek. Ele acreditava no País, acreditava no potencial que o País tinha e tomou todas as providências que lhe eram possíveis naquele momento, dentro do sistema democrático e dos recursos disponíveis, vivenciando também crises financeiras do País, mas sonhou com o Brasil do futuro. Nós não temos feito isso. Rememorando um pouco nossa história recente: em 1988 – cheguei aqui em 1987 –, como Constituinte, tivemos o grande privilégio histórico de construir uma nação para o futuro, através da construção de uma Constituição que fosse voltada, sobretudo, para o crescimento econômico, crescimento social, principalmente para o desenvolvimento econômico e social. Por quê? Muitas vezes, fazemos o discurso que estamos defendendo o interesse do trabalhador brasileiro, mas estamos tomando uma medida macroeconômica que prejudica o crescimento e que, muitas vezes, consolida, de forma permanente, o subdesenvolvimento. Então, estamos dando com uma mão pequena ao trabalhador e tomando com uma mão grande, porque estamos preparando a estabilidade e o crescimento do futuro dos nossos trabalhadores e da nossa população em geral. Naquele momento em que estávamos aqui, na época da Constituinte, tínhamos exatamente um caso semelhante na Europa, que foi a Revolução dos Cravos, a revolução portuguesa, que tirou o país de uma ditadura de mais de 40 anos, com alegria, com a vontade do povo português de viver numa democracia. Era uma alegria tão grande que foi denominada Revolução dos Cravos, porque o povo, na rua, levava um cravo para entregar aos militares naquele momento em que estavam libertando o país de uma ditadura. Eles fizeram a Constituição, e, 11 anos depois,

chegou a vez de nós fazermos a nossa Constituição. Em vez de corrigirmos os erros que os portugueses, no seu entusiasmo, no seu patriotismo, cometem naquela Constituição, fomos pelo mesmo caminho. Então, Portugal fez uma Constituição, aprovou uma Constituição, e 11 anos depois o país estava em profunda recessão, em profunda crise social. Passei por Portugal e vi as pessoas dormindo debaixo dos viadutos, nas calçadas, como se fosse um país de terceiro ou do quarto mundo. Mas nós também fizemos a nossa Constituição com o mesmo calor, com a mesma emoção, pensando que iríamos resolver os problemas do País de forma imediata e no curto prazo. Cometemos tantos erros que a nossa Constituição, com 25 ou 26 anos, já foi objeto de 89 emendas constitucionais. Essas emendas são boas, vieram para corrigir, mas poderíamos ter feito essa correção no passado, para que o País não tivesse uma transição tão longa em seu período de estabilidade.

(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Na década de 90, tivemos o Plano Real, que foi a decisão econômica mais importante que nós tivemos nos últimos anos, mas, para contrapor os resultados positivos do Plano Real, que foi conter uma inflação que assolava todos os brasileiros, que inviabilizava o funcionamento das empresas brasileiras no longo prazo, para contrapor isso, cometemos um erro político injustificável, que foi, também na década de 90, imitando outros países latinos, implantar a reeleição para Presidente, Governador e Prefeitos. Essa reeleição fez com que as eleições para Prefeito, Governador e Presidente da República do nosso País se tornassem, possivelmente, as mais caras do mundo. Essa reeleição criou demandas políticas e econômicas para governadores e prefeitos, porque, quando o governador era eleito, o outro dia, o primeiro dia era dia de festa, dia de posse, dia de comemoração da sua eleição. O segundo dia já era para traçar todas as estratégias da reeleição. “Vamos criar mais secretarias para atender aos partidos políticos, vamos trazer todos os prefeitos dos Municípios para o nosso lado, vamos trazer, se possível, a totalidade dos Deputados Estaduais das Assembleias Legislativas” no mínimo, dois terços. Isso passou a ter um custo político e econômico formidável, que fez com que as nossas reservas, as nossas energias fossem exauridas. Essa crise que nós estámos vivenciando agora é sistêmica, é uma crise que nasceu há vários anos, é uma crise que foi construída por vários governos. Se este Governo cometeu muitos erros – e cometeu, de fato –, foi em função de um sistema político e econômico que nos levou à situação em que nós estamos. Verificamos hoje que os nossos Estados estão quebrados. Os nossos Estados estão a demandar recursos extras. Por isso nós estamos recebendo, aqui em Brasília, a pressão dos governadores, que, conforme falou o grande Senador Cristovam Buarque, já não têm a importância política que tinham no passado. Por quê? Porque não existe independência política sem existir independência econômica. Se o Estado não tem independência econômica, ele não tem independência política. Então, Senador Cristovam Buarque, os nossos governadores, que eram os amortecedores das crises cíclicas que nós tínhamos no Brasil, perderam força. A exemplo dos prefeitos, eles sempre viveram, nos últimos anos, aqui, com pires na mão, atrás de algum recurso extra do Governo Federal, pressionando o Congresso Nacional para novas dotações. Por quê? Porque tudo isso foi resultado de erros políticos e econômicos do passado recente da nossa história. Vamos ver se agora o Brasil acorda dessa crise, para que possamos criar um planejamento e uma estruturação para o futuro, dar estabilidade ao povo brasileiro, mostrar um cenário de longo prazo aos nossos empreendedores, um cenário de logo prazo para aquele bom capital estrangeiro, para o investidor que acredita em nosso País, a fim de que ele tenha a segurança e a confiança de que está fazendo um bom investimento no País. Então, não vamos somente ajudar a resolver essa crise momentânea, mas vamos pensar no Brasil do futuro. Nós temos um grande pensador neste País, que é o ex-Ministro Reis Velloso, que sempre faz seus seminários pensado no Brasil do futuro.

(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas não tem a repercussão que deveria ter. Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a foi lá, portanto confirma a importância do trabalho do ex-Ministro Reis Velloso, que me parece que já tem mais de 80 anos, mas é como se ele fosse viver eternamente, pensando no futuro do nosso País. Senador Raupp, eu quero me congratular com o que V. Ex^a plantou no Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a.

Eu peço apenas mais um minuto para concluir.

Eu não sei se peço para incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento ou se a Mesa vai colocá-lo como um grande pronunciamento. V. Ex^a fez uma explanação muito, muito inteligente, muito balizada pelo conhecimento que V. Ex^a tem da política e da economia brasileira.

Obrigado, Senador Raimundo Lira.

A Senadora Gleisi falou aqui dos juros, e eu já tenho cobrado algumas vezes da tribuna do Senado, nos últimos tempos, essa questão dos juros. Nós não temos mais o nosso querido José Alencar para cobrar. Alguém tem que cobrar.

Senador Cristovam, não é possível, isso não está correto! Nós tivemos, até há pouco tempo, juros de 7%. Já foi dito aqui que cada 1% significa R\$15 bilhões ao ano. São R\$15 bilhões ao ano! Então, se, no próximo ano, a equipe econômica, o Banco Central e o Ministério da Fazenda ajustassem esses juros para 10% – não precisa voltar a 7%, como era, não; a 10% –, isso daria uma economia de mais de R\$60 bilhões, o dobro do que veio faltando no orçamento.

Então, não é possível! Como é que uma economia fraca como está agora, decrescendo a mais de 2%, com taxa negativa de mais de 2%, pode ter juros de 14,15%?! Esses juros estão estratosféricos! Quer dizer, as empresas que mais estão lucrando, neste momento, são os bancos. O Bradesco e o Itaú deverão lucrar em torno de R\$20 bilhões cada um este ano. Qual empresa brasileira que se aproxima disso? Nenhuma, nem chegam perto! A maioria vai fechar no vermelho, e os bancos vão fechar com o maior lucro da sua história.

Alguma coisa está errada nisso. Nós precisamos baixar esses juros até para o Brasil pagar menos dívidas, pagar menos o serviço da dívida.

Fica aqui esse apelo, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

Antes de conceder a palavra à Senadora Rose de Freitas, eu queria ler e colocar em votação o requerimento da Senadora Fátima Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Em votação o **Requerimento nº 1.076**, da Senadora Fátima Bezerra, que requer, em aditamento ao **Requerimento nº 1.055/2015**, que seja incluído o dia 22 de setembro de 2015 para fins de deslocamento de missão para participar do Fórum Euro-Asiático de Mulheres, a realizar-se em São Petersburgo, na Rússia, conforme indicação da Presidência. E comunica, nos termos do artigo 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 22 a 27 de setembro do corrente ano.

É o seguinte o requerimento:

*Approved,
Em 18/09/15*

Requerido:

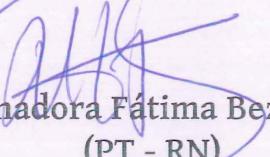
REQUERIMENTO N° 1076 DE 2015

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 1.055 de 2015, requeiro ser considerado para os fins regimentais que no dia 22 de setembro de 2015 encontrar-me-ei em deslocamento para desempenho de missão na representação da Casa, para a qual fui designada por esta Presidência.

Igualmente, comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que a ausência do País ocorrerá a partir do dia 22 de setembro de 2015, mantidas as demais informações contidas no Requerimento nº 1.055 de 2015.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2015.


Senadora Fátima Bezerra
(PT - RN)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço perdão a este Plenário, mas a comunicação é mesmo inadiável.

Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal acaba de julgar, por 8 votos a 3, o fim do financiamento privado de campanha. Repito, Sr. Presidente, o financiamento privado de campanha, a partir do julgamento do dia de hoje, passa a ser criminalizado para as eleições futuras.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, nesse momento, é uma decisão que reforça, Senadora Rose, o que já foi decidido pelo Plenário desta Casa. Inclusive, na controvérsia entre esta Casa e a Câmara dos Deputados, a decisão do Supremo acaba confirmando que os Senadores da República estavam com a razão quando decidiram aqui acabar com o financiamento de campanha.

Essa decisão é republicana, é uma decisão que repõe o princípio democrático na interpretação da nossa Constituição; é uma decisão que melhora a democracia brasileira.

Hoje, Sr. Presidente, 17 de setembro de 2015, passa a ser uma data histórica, uma data que, espero, melhore muito a democracia brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – As empresas passaram a ser banidas em definitivo de financiar campanhas, decisão da Suprema Corte brasileira, que comprehende que o titular dos direitos, o cidadão é que tem que decidir as eleições, e não mais as empresas privadas dotadas de personalidade jurídica.

Desculpe-me, Presidente, pela interrupção. Desculpe-me, Senadora Rose de Freitas, mas considerava que era prestativo e necessário prestar essa informação ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Oportuna e feliz a comunicação de V. Ex^a ao Plenário desta Casa.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, hoje, a Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos fez uma reunião, excelente reunião, inaugurando o debate com esta Casa, com o Congresso Nacional. Havia lá 123 Parlamentares. A Comissão estava completa, lotada. Realizou-se um debate para conhecimento e esclarecimento, com perguntas e respostas, com a participação do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o Ministro Nelson Barbosa, que, durante cinco horas, debateram o plano de ajuste fiscal do Governo.

É importante agradecer aqui aos Ministros, pois sei que, incansavelmente, estão fazendo esse debate, comparecendo a audiências várias, a reuniões com vários líderes, debatendo todas as propostas, tentando extirpar as dúvidas sobre as medidas que, até agora, o Governo publicamente ofereceu, sem que isso ainda esteja nas nossas Casas oficialmente.

E considero importante fazer uma breve análise, Sr. Presidente, do desafio da responsabilidade que temos na avaliação e no aperfeiçoamento das propostas que serão enviadas do Executivo para esta Casa a fim de superar a crise que enfrentamos, como o corte de gastos para zerar o déficit previsto no Orçamento de 2016, a avaliação de novas possibilidades de receitas, a capacidade de economia para o pagamento, inclusive, de juros da dívida e das medidas para permitir a retomada econômica do País.

Este Congresso recebeu a proposta de um orçamento deficitário, isso foi muito debatido pela imprensa. Muitos responsabilizam a proposta orçamentária com déficit pela queda do grau de investimento e do reconhecimento do Brasil como bom pagador. Esse déficit foi, praticamente, no conceito de muitos, decisivo para que o País perdesse o selo de bom pagador, o chamado grau de investimento, na avaliação da agência de classificação de risco Standard & Poor's.

Se, por um lado, Sr. Presidente, não podemos tratar o rebaixamento como o fim do mundo, por outro lado, está muito claro para todos nós que não se trata de uma questão pequena.

É uma questão significativa, de muita relevância.

Ao contrário, o grau de investimento é crucial para o Brasil, principalmente quando sabemos que importantes fundos internacionais condicionam os investimentos no Brasil à manutenção do selo de bom pagador, pelo menos de duas agências avaliadoras de risco. Essa é uma exigência internacionalmente conhecida,

e recai sobre nós todos a responsabilidade de ajudar para que o País não perca nenhum grau de investimento numa crise como essa.

As propostas de ajuste que o Governo anunciou são amplas, ninguém tem dúvida disso. Incluem aumento de impostos, que é um remédio amargo, sempre reconhecido, que terá que ser amplamente discutido e negociado com este Senado e com a Câmara dos Deputados.

Mas este, Sr. Presidente, é um momento de crise. E, por esse motivo, eu gostaria até de destacar que, na qualidade Presidente da Comissão Mista de Orçamento, nós convidamos esses Ministros para debater – e não ficar lendo pelos jornais, da nossa parte e da deles – as amplas explicações e alusões sobre as medidas do ajuste fiscal. Ao contrário, as interpretações têm que estar fora da pauta política deste Congresso. Precisamos de informações. A falta de informações acabou provocando muitas dúvidas, e as dúvidas provocam também distorções das informações, que esta Casa, que votará todas essas medidas do Governo, deveria ter em mãos.

Também sabemos, Sr. Presidente, que hoje o ambiente é adverso. Há uma grande resistência no aumento da carga tributária, representada pela proposta novamente trazida a esta Casa, que é a CPMF. A insatisfação, que podemos dizer que é de setores da própria base, com o impacto e o alcance de algumas medidas, como para o funcionalismo público, por exemplo, e a insatisfação com as restrições impostas à expansão de gastos deixam um panorama de muita incerteza.

Temos que avaliar, Sr. Presidente, principalmente a eficiência dos cortes que foram apresentados, que foram propostos ao Brasil.

Os cortes de despesas devem ser, sem dúvida, a preocupação maior que precisamos enfrentar. Com relação ao conjunto de medidas, é preciso que todos estejam convencidos sobre a necessidade desses cortes, de todos os cortes, que poderiam ser mais significativos, no entendimento de alguns, e se há outras fontes de receita que não foram até agora elencadas e que podem se somar às que já foram apresentadas.

A partir de agora, Senador, o Congresso será responsável por concordar ou negar aval às medidas propostas pelo Executivo. Por isso o debate de hoje, por isso a preocupação de que nós nos aprofundemos no conhecimento das ideias e no alcance das medidas que foram anunciadas.

Segundo levantamento da nossa Consultoria de Orçamento, dos nove pontos previstos pelo pacote do Governo, no lado da despesa, sete dependem de mudanças nos projetos da LDO, que já temos pronto no relatório preliminar, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou no próprio Orçamento posteriormente. No lado da receita, sete propostas dependem de aprovação da matéria legislativa.

Esta é uma longa caminhada. Ou por medida provisória ou por proposta de emenda à Constituição, o que nós sabemos é que ainda não recebemos nesta Casa as propostas que o Governo sinalizou ou anunciou previamente pela imprensa. Nós precisamos ter todos os elementos para uma tomada de decisão capaz de nos levar realmente ao equilíbrio fiscal.

Na Comissão de Orçamento, estiveram presentes vários Parlamentares que, a partir de hoje, farão uma nova reflexão sobre as propostas da nova LDO, se deverão aprová-las ou não. Esses Parlamentares, que fizeram suas perguntas e observações e esclareceram dúvidas hoje, aprofundaram-se um pouco mais no assunto e saberão medir as consequências de todas as medidas tomadas pelo Governo.

Os Ministros da equipe econômica, Senador, destacaram algo importante: que o novo ajuste fiscal foi pensado considerando os dois principais gastos da União. De um lado, a Previdência Social; do outro, a folha de pagamento. Todos sabemos que, para compensar o déficit de R\$30,5 bilhões previsto no Orçamento, o Executivo anunciou cortes no valor de R\$26 bilhões e o aumento de receita de R\$40,2 bilhões na arrecadação, dos quais R\$32 bilhões em receitas da prorrogação da tão discutida e controvertida CPMF. Segundo o Governo, esse recurso será destinado a cobrir o déficit da Previdência e pagar as aposentadorias.

Essa também é uma versão polêmica da apresentação da CPMF. Alguns preferem que essa receita seja propriamente para a saúde. Outros questionam a temporalidade das medidas, se durarão dois ou quatro anos, qual será o tempo necessário e se é necessário realmente que essa receita seja usada na saúde. Temem que, sendo usada na saúde, fique como receita permanente, como um imposto permanente.

A nova CPMF teria a previsão de uma alíquota de 0,20%, mas o que está sendo pensado neste momento é uma alíquota diferente. Incluíram nesse cenário a participação dos governadores, para que trouxessem à reflexão a necessidade de seus Estados e somassem também a preocupação com a condição de arrecadação dos Municípios. Portanto, pensam numa alíquota de 0,38% para dividir essa diferença de arrecadação com Estados e Municípios.

Eu, particularmente, tenho uma indagação que me ocorre sempre que vejo a articulação política e a manifestação dos Governadores: se era para fazer uma proposta de 0,38%, por que não se fez? Por que não se definiu previamente que havia nesse cenário a postura interfederativa de se levar essas discussões para outros

patamares e alcançar com esse imposto outros níveis de dificuldades, como no caso de Estados e Municípios? Nenhum Estado tem folga no seu caixa e nas suas receitas, na sua arrecadação.

O Governo afirmou, no entanto, que defendeu a opção por esse tributo ao avaliar que seu impacto seria mais distributivo na economia do País, de uma maneira equitativa, entre todos os setores. No entanto, sabemos hoje da existência das dificuldades reais que temos nesta Casa para aprovar a CPMF.

O caminho, Sr. Presidente, quero dizer, na condição de Presidente da Comissão, é longo. É um caminho em que, para que tais medidas e tantas outras possam ir adiante, anexando as prioridades elencadas pelo Governo, teremos que constituir comissões especiais para tratar das MPs. Ainda temos uma PEC. Todo mundo sabe que um projeto de emenda à Constituição demora muito a ser apreciado, tem longas discussões.

Nós não estamos num caminho fácil. O Governo precisa se convencer, isto sim, e convencer a todos que estão nesta discussão, se pode ou não haver outros cortes mais eficientes, com despesas possíveis ou não e se aqui é a fase terminativa de toda a atuação, de todo o esforço que o Governo fez para apresentar esse plano de ajuste, de enfrentamento à crise, como estamos vendo. Isso sim, Senador, precisa ficar claro.

Hoje, no debate, perguntas foram feitas, propostas elencadas, críticas elaboradas, mas sabemos que, para a construção desse cenário, ninguém nesta Casa, eu sinto, qualquer que seja sua posição, de crítica ou não crítica, de construção de ideias ou não, de propostas, ninguém quer lavar as mãos. Ninguém quer lavar as mãos.

Quando o Governo anunciou tais medidas, nós ouvimos vários Parlamentares dizerem: "Isso é o problema do Governo, nós não vamos suprir o papel das decisões que o Governo tem que tomar". Mas vamos discutí-las. E se não estivermos de acordo com essas ideias e propostas e não acreditarmos em sua eficiência, vamos propor outras. Não podemos lavar as mãos de maneira nenhuma.

Há tantos desafios pela frente que hoje me deu uma certa inquietude. O objetivo de aumentar a arrecadação tem que estar muito claro. Tem que estar claro que esse é o caminho que se tem que seguir e que não há outros. O Governo foi elencando as medidas: redução de benefícios para exportadores de produtos manufaturados no Programa Reintegra; redução de benefícios na indústria química, por meio do PIS/Cofins; aumento dos juros sobre capital próprio, que atinge várias empresas; aumento da cobrança do imposto de renda sobre a venda de imóveis acima de R\$1 milhão, se é que, neste momento de crise, há disposição no mercado de oferecer imóveis e produzir vendas; e redução do valor do imposto de renda, do que pode ser deduzido do Sistema S, a decisão de que 30% da arrecadação das entidades do Sistema S seja direcionado para a Previdência Social.

Esse conjunto de medidas que elencamos rapidamente aqui somaria R\$40,2 bilhões em aumento de receitas. É nossa responsabilidade, Sr. Presidente, quero deixar claro, avaliar essa previsão, esse estudo que nos foi oferecido,...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... se é realmente factível, uma vez que, na verdade, alguns pontos da proposta dependem do comportamento de mercado. Não é falar hoje e que isso não cause uma repercussão amanhã que pode ser até desastrosa, em razão da insegurança em que esse cenário se dá, com uma proposta que dificilmente foi entendida por esta Casa, mas que, com o esforço desses Ministros, pode ser negociada, com a concordância dos Parlamentares que fazem parte do Congresso Nacional.

Eu queria acrescentar que a arrecadação com o aumento do imposto sobre o ganho de capital, por exemplo, dependeria das decisões de venderem seus bens. Isso não é algo que se planeja em uma mesa, sentados, em reunião ministerial, com todo o conjunto de técnicos, sem saber como reagem lá fora as pessoas que conhecem a crise e temem suas consequências.

Há muitas dificuldades. O mercado imobiliário já aponta, por exemplo, que há dificuldade, neste momento, para se vender um patrimônio no seu real valor. Pelo contrário, os imóveis estão caindo de preços. Então, nós dependemos também da reação do mercado.

E há incertezas também em relação aos cortes de despesas, ao seu impacto na população com a redução dos recursos do Minha Casa, Minha Vida, que é um programa tão aceito pela população e que levou à construção de 1,5 milhão de casas.

Eu queria dizer que a compensação com o maior custo do FGTS precisaria estar bem clara para a população. É preciso deixar bem claro para a população, ou seja, esse recurso vai para o Minha Casa, Minha Vida e volta ou ele não volta mais?

A incerteza na previsão de recursos com o corte de gastos da saúde. Eu, uma Parlamentar que sempre militei na área da saúde, entendo que cortar na saúde, deficitária como ela se encontra, vendo o que nós vemos dia após dia, não é só um problema de gestão, é também um problema de consciência social. Pode-se esperar um pouco mais para se construir outro milhão de casas do Minha Casa, Minha Vida. Mas a saúde não pode esperar nunca.

Eu vejo lá no meu Estado que, quando se corta 20% do atendimento de parturientes, numa maternidade, são 80 mulheres – o hospital atende 400 mulheres – que não têm para onde recorrer para terem seus filhos. Isso, na minha consciência política, é inadmissível.

Outros cortes, como empresa, cargos comissionados, tudo isso é factível, mas cortar da saúde é impossível admitir. Essa é mais uma incerteza na previsão das nossas posições nesta Casa.

E mais incerteza ainda na previsão de recursos com o corte de gastos em outras áreas. Não se pode pensar que um país com essa vocação agrícola toda pode tirar recursos da agricultura. Não pode, não pode! Temos a agricultura familiar, e eles sobrevivem disso. Não há como restringir isso. Há tantos anos que nós estamos diminuindo os investimentos nessa área, que não são recompostos nem pelas emendas dos Parlamentares, nem por emenda de comissão.

Então, mais uma vez, eu acho que devíamos criar um clima político para que nós estejamos muito atentos às medidas, à eficiência delas, à consequência delas e ao resultado delas neste momento de crise, quando o Governo precisa tanto de fazer um ajuste fiscal.

Então, essa iniciativa de nós promovermos um debate na Comissão Mista de Orçamento foi na tentativa de que lá – eu conheço os Deputados e Senadores voltados a debater a crise econômica – se entendesse o que o Governo propõe e daí, resultante de tudo isso, se tomasse uma posição favorável ao pensamento nacional sobre as iniciativas e o resultado delas.

Os Ministros, inclusive na explicação dessas recomposições, fizeram um debate em relação às emendas. Não é uma imposição do Governo, pelo que entendi; o Governo vai encaminhar uma lista de sugestões. É o senhor, Presidente, que vai colocar a emenda para a qual trabalha e aprova. Para que lado vai? Vai para a saúde, para a educação, para a agricultura, para ciência e tecnologia? Para onde vai? Então, é preciso saber a prioridade do seu Estado e, daí, sua atuação como representante do seu povo.

Não há como dizer que eu vou pegar todas as emendas parlamentares do meu Estado e jogar na ciência e tecnologia. É muito importante que se faça isso, mas é preciso saber qual o aspecto mais grave do momento que nós vivemos.

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E, no meu Estado, é a saúde. Eu não deixaria cortar um centavo sequer da saúde no meu Estado.

Portanto, não penso que se deva encaminhar uma lista de sugestões para obras e projetos que possam ser aproveitados com a emenda do Senador e do Presidente, que receberiam essas emendas para alguma obra que estivesse parada ou para alguma escola deficitária. Eu penso que deva ser diferente o planejamento da utilização de todos os recursos que o Parlamentar deseja levar e aprovar para o seu Estado.

Há uma desconfiança de que as medidas atuais, como dizem, são praticamente como “enxugar gelo”, pois, nas reformas propostas, não haveria um papel estruturante entre elas, com a falta da proposta de uma reforma administrativa, de uma reforma da Previdência. Todos sabem que o País de hoje, que esta crise de hoje é uma soma de vários Brasis anteriores, em que se colocou à prova a eficiência administrativa. E nós temos rescaldo disso até hoje. Aquilo que não foi feito na Previdência, hoje nós ouvimos muitas vezes analistas dizerem: “Daqui a três anos, nós teremos uma Previdência falida.” Isso não é de hoje. É a soma de várias atitudes que deixaram de ser tomadas no passado.

Então, eu queria apenas dizer que nós recebemos as propostas como um passo na direção de se promover um equilíbrio nesta crise, um equilíbrio fiscal, diante da necessidade de se promover também, com o envio dessas mensagens, um debate, para que seja tomada a consciência – eu diria – coletiva desta Casa, realizando audiências públicas, debate com a sociedade civil, com o setor produtivo, com economistas, com quem quer que seja, mas que nos ajudem a caminhar numa direção. Direção nenhuma é o que não podemos ter.

Uma vez o Presidente Renan disse que é melhor fazer alguma coisa do que não fazer nada. Esta Casa hoje está diante de um impasse muito grande e tem a responsabilidade de se conduzir, carregando na suas costas todos os compromissos que – tenho certeza – expôs nas ruas para ajudar o seu País.

É neste contexto que eu quero dizer que nós estamos com o objetivo de promover todas as frentes de trabalho e planejamento para que possamos construir nesta Casa um pensamento médio que possa nos ajudar a tomar posições diante de parte da mensagem que o Governo encaminha a esta Casa. É imprescindível ouvir o Governo, como é imprescindível ouvir a sociedade. As opiniões, nós sabemos, são divergentes, mas são fundamentais. Eu não saberia ouvir só o Governo dizer: “Bom, é o que eu tenho por hoje”. Eu acho que o Governo tem que nos oferecer todo o elenco de medidas sobre as quais podemos refletir e nos debruçar.

Trancar a CPMF na CCJ da Câmara não é saída. O povo brasileiro não vai aceitar que não se decida nada. Pelo contrário, é preciso, para delimitar as posições de cada parlamentar diante da proposta do Governo, que

ela possa ser debatida e votada. Ninguém nesta Casa pode prescindir do seu voto, seja ele qual, na direção que for. Mas, antes disso, temos que ter conhecimento de todo o ajuste que o Governo está propondo. E, se há alguma outra proposta adicional, que seja apresentada imediatamente, porque o caminho é longo, e o político tem por hábito achar que ele é dono do tempo do país, e não é.

Esse ajuste adicional proposto aí é de R\$64,9 bilhões, o que equivale a 1,1% do PIB. Esse é o montante pensado para cobrir o déficit e permitir que o Brasil consiga realizar um resultado positivo, o que equivale a dizer aquilo que a Presidente tem falado publicamente, que é atingir o superávit, cobrir o déficit e permitir que o Brasil consiga realizar um trabalho positivo a favor da nossa gente e do nosso desenvolvimento.

E esse também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o nosso objetivo no trabalho que estamos realizando na Comissão de Orçamento, que, com certeza, não alcançará a Casa inteira. Mas estamos colocando hoje as contas do Brasil, suas iniciativas, na maior transparência possível, procurando buscar todos os elementos que nos permitam dizer que esse programa é um programa de austeridade.

Eu não me furto, Sr. Presidente, embora não seja economista, de dizer que somos capazes de retomar essa confiança internacional se a política estiver junto para dirimir suas dúvidas e fazer o encaminhamento.

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O que é mais difícil em um País, Senador...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Gostaria de fazer um aparte.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Depois que a campainha tocou, fiquei sem saber. Sim, meu Ministro da Educação predileto. V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Senadora. Primeiro, eu quero parabenizá-la pelo evento de hoje de manhã. Eu estive presente quase todo o tempo e foi um bom evento para que as pessoas se manifestassem e para que os dois Ministros se manifestassem. Dito isso, eu quero comentar o que a senhora falou sobre o longo caminho que há. Eu acho que isso é um certo otimismo. É mais do que um longo caminho. Há uma muralha na frente do caminho. Um muro. A gente tem um longo caminho, como a senhora disse, e tem que superar o muro. Esse muro chama-se descrédito e desconfiança. São duas coisas. A desconfiança é em relação à técnica da Peça Orçamentária. Eu não tenho plena confiança técnica de que aquele é o caminho. Não tenho ainda, por mais que eu procure. Ali há brechas, conta-se com coisas que podem não acontecer. Por exemplo, o FGTS, a Justiça pode proibir o uso, porque não pertence ao Governo nem a nós; pertence aos trabalhadores. Além disso, há o descrédito político. A desconfiança técnica quer dizer “isso aqui não está bom, está errado”. O descrédito político quer dizer “isso aqui está certo, mas, se a gente colocar nas mãos do Governo, ele não vai fazer”. Há esse descrédito. Aí entra a CPMF. Eu fui um dos poucos que votaram aqui pela continuação da CPMF. Acho que é um imposto “insonegável”, é um imposto que tinha um destino bom quando foi criado pelo Dr. Jatene. Votei a favor. Mas eu tenho dúvida de duas coisas hoje com relação à CPMF. Uma, é essa história de que vai durar dois, quatro anos, e vai para a Previdência. E depois de quatro anos? Vão matar os velhinhos? Ou a Previdência vai ficar “saudável” depois de dois, quatro anos? Não vai. Então, a gente fica temeroso. Além disso, o Governo vai cumprir, realmente, o uso desse dinheiro, seja para a Previdência, seja para saúde? Ou vai para os Estados? E os Estados vão fazer o que com isso? Comprar mais carros para as Assembleias Legislativas, como a gente tem visto nos jornais que estão sendo comprados? Ou para a Câmara Legislativa do Distrito Federal gastar mais ainda do que gasta? Então, existe uma desconfiança técnica e existe um descrédito político. Para mim, esses dois fatos são a grande muralha que vai atrapalhar a aprovação desse projeto. Agora, some-se a isso o que acaba de ser dito, segundo ouvi de pessoas do Palácio do Planalto, de que não há plano b. Não ter plano b significa que não existe um mapa. Só não tem um plano b quem não tem um mapa, porque só tem um caminho. Que caminho é esse cheio de incertezas e inseguranças? Vamos supor que não aprovem. E aí, não tem plano b, não tem alternativa, o Brasil acaba ou o Governo cai? Não é um parlamentarismo. Então, não é simples o Governo cair! Há muitas dificuldades para que isso aconteça. Quando isso acontece, existem os traumas! Então, eu saí da reunião contente, porque ela existiu e, ao mesmo tempo, ainda mais preocupado, Senador Elmano, do que estava antes. Não senti firmeza, olhando nos olhos dos dois ministros, de que eu podia jogar o meu voto nos braços deles. Não senti firmeza de poder dar um cheque para que eles consertem com “s” o Brasil, porque eu não vi um concerto com “c” com o Brasil. Então, saí mais preocupado do que entrei na reunião. Mas creio que a senhora fez um belo gesto em fazer aquele debate. Quero parabenizá-la pela sua firmeza, porque tentaram perturbar muito, querendo abrir as portas para todo mundo, a senhora disse não, já foi decidido que somente Parlamentar entra e um ou outro assessor que o Parlamentar carregue, porque precisa dele para esses números. Então, quero parabenizá-la e dizer que a senhora fez um belo evento. Mas, no meu caso, não me trouxe uma esperança maior para perseguir o caminho,

como a senhora falou, e para saltar a muralha, como eu uso na minha metáfora, uma barreira a ser superada. É mais do que um longo caminho a ser percorrido.

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ouvindo o Senador Cristovam, eu quero manifestar uma preocupação ainda maior, porque quando um país está no descaminho da economia...

(Soa a campainha.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...e com pouca estrutura para retomar o seu desenvolvimento, a crise política, se é superior a tudo isso, realmente o caminho não existe.

Na verdade, não é por otimismo, apenas porque esse é o meu dever. Fui eleita por oito mandatos, então, tenho o dever de refletir, estar presente dentro das crises e, se o barco estiver para virar, fazer o equilíbrio das ondas para isso não vire aconteça. E só retomaremos a confiança se tivermos também capacidade de propor algo para aquilo que nós não aceitamos.

Nós temos todo o direito de discordar, todo o direito de reprovar, mas não temos direito, e falo para o Ministro Cristovam, a quem admiro profundamente, V. Ex^a sabe disso. O quanto pude, durante o seu mandato de Ministro, eu tive oportunidade de tentar ajudá-lo, através, inclusive, das peças orçamentárias. V. Ex^a sempre foi muito transparente, foi muito diligente nas suas ações. E outra coisa: traz a verdade consigo, uma coisa difícil no mundo político. As pessoas dissimulam o tempo todo, falam o que é mais fácil de ouvir.

Então, se aparece um holofote, o que é sério passa a ser profundamente demagógico para alguns personagens e atores desta Casa e de outras Casas.

V. Ex^a cita também a irresponsabilidade de não se ter a garantia efetiva, e isso não se pode produzir na palavra de um ministro, de que o recurso que possa provir da CPMF, indo para os Estados, não seja bem utilizado. Acho que cada um tem a limitação das suas responsabilidades. Os governadores têm de ter consciência de que não é fácil tributar mais este País, de maneira nenhuma. Os prefeitos também, embora o que se veja nas câmaras municipais e em algumas prefeituras espalhadas por aí seja uma excrescência da política que deveríamos adotar todos os dias, de honestidade e firmeza de propósito, de respeito ao uso do dinheiro da população em alguma direção.

É brincadeira ver vereador indo desfrutar de ilhas paradisíacas, usando carro para ir ao cinema, comprando desnecessariamente carros para as suas câmaras, câmaras que trabalham uma vez no mês.

Então, há muita coisa neste País que precisa ser reconstruída, mas que a população precisa conhecer.

Gosto muito deste momento, hoje, sob a égide da imprensa, tirando os descalabros, a insensatez que por ventura possa existir, a irresponsabilidade de, publicamente, afetar a dignidade das pessoas sem ao certo saber se é verdade ou não. Eu diria que hoje nós podemos conhecer mais toda a parte da desonestade e da corrupção que impera no Brasil.

Hoje, não há nada que se possa jogar para debaixo do tapete sem que alguém levante e diga que existe. Portanto, a minha preocupação é a base que teremos de construir para recomeçar este País e levá-lo para um caminho melhor do que este a que nós estamos visando.

O meu convencimento é de que mais diálogo e mais investimento nas posições políticas adequadas para este momento de crise é que vão ajudar o País a sair do patamar em que se encontra.

Então, era o registro que queria fazer, com todas as preocupações que tenho, e tenho. Neste momento acho que não pode haver duas Casas divididas, não pode haver dois Brasis: um que quer ir para a frente, outro que quer que acabe em fumaça, para que todos digam: "Olha, eles fracassaram, e nós acertamos! Eu que tinha razão, ele não tinha!". Porque o Brasil precisa de um caminho.

E se esse muro estiver na frente e se eu tiver uma marreta da minha convicção e da minha capacidade de lutar eu quero destruí-lo, para que possamos encontrar um caminho melhor do que estamos vendo até agora.

V. Ex^a sabe que eu lhe tenho admiração, mas sou descendente de índia e já acostumei com o sol, com a chuva, e quero, sobretudo, fazer com que todas essas intempéries nos façam mais resistentes a qualquer golpe, a qualquer desfaçatez política que possa querer interromper, e já está interrompido por antecedência, outra vez o caminho de crescimento que o Brasil tanto precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Pois não.

Concedo a palavra para uma comunicação ao Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu combinei aqui com o Senador Cristovam.

Como houve uma decisão muito importante do Supremo, ainda há pouco, eu queria, além de cumprimentar nossa Senadora...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – que estava na Tribuna e que tem feito um trabalho na busca de dar solução para algo grave, que é o Orçamento, pela audiência pública que ela fez, eu queria ver se eu podia rapidamente fazer só um comunicado sobre a decisão do Supremo já combinado com o próximo orador, que é o nosso querido Senador Cristovam.

Vou à Tribuna bem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Pode fazer uso da palavra Senador Jorge Viana, com a devida e merecida aquiescência do Senador Cristovam Buarque.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, querido Senador Cristovam, eu queria fazer um registro aqui da Tribuna, uma vez que estou presidindo a Comissão da Reforma Política aqui no Senado, e o Supremo acaba de tomar uma decisão histórica no País. Depois de um ano e nove meses, analisando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que teve a autoria da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o Supremo concluiu o julgamento da constitucionalidade ou não do financiamento empresarial das campanhas do Brasil.

E qual foi a decisão do Supremo tomada agora nesta tarde histórica, querida Senadora Rose, que fez uma fala aqui também histórica?

O Supremo por oito votos a três, decidiu que é inconstitucional a doação empresarial nas campanhas, ou seja, é ilegal, não tem amparo na principal, na base legal brasileira, que é a nossa Constituição.

Eu acho que o Brasil está vivendo, Senador Cristovam, uma tarde histórica. Nós fizemos uma votação aqui, ganhamos por 36 votos a 31, eu tinha sido um dos autores de emenda, pondo fim ao financiamento empresarial. O Senado demonstrou uma sintonia nesse tema com as ruas, com a sociedade brasileira e com o Supremo porque o Senado se antecipou. A Câmara votou depois, reformando essa nossa posição. Temos uma PEC, provavelmente para apreciar semana que vem, que tenta ressuscitar a ideia do financiamento empresarial.

Mas eu queria aqui dizer da importância para a democracia brasileira, para a vida partidária, para a política no nosso País, uma atividade que está satanizada, uma atividade que virou sinônimo de coisa ruim. Quando ao contrário. Se a democracia, dentre tantos problemas que tem, é o melhor regime que se conhece, não tem como pormos de pé a democracia sem partidos políticos, sem atividade política.

E o que fazer para resgatar a confiança da sociedade na atividade política, na vida partidária? Moralizar, dar transparência, tirar o poder econômico das eleições, da influência, do desequilíbrio nos pleitos. E foi isso que o Supremo fez.

Os oito votos... Quero parabenizar o Presidente Ricardo Lewandowski, o Ministro Fux, que foi o Relator, todos os ministros que votaram, e dizer que a espera de um ano e nove meses para pôr fim a esse julgamento faz com que o Brasil possa renovar sua confiança, sua fé, de que nós estamos diante de uma grande e importante mudança na Lei das Eleições e fazendo, de fato, aquilo que sempre se teorizou e nunca se fez, que é uma coisa essencial da reforma política, o fim ao financiamento empresarial. Empresas não podem participar da eleição. Isso quem estabelece é a Constituição.

Nós vamos ter os eleitores, o cidadão, os partidos políticos. Hoje o Brasil já tem uma parte do processo eleitoral que é com dinheiro público, os programas de televisões, todos eles, os fundos partidários, mas nós temos que estabelecer como prioridade nas eleições as propostas, e não a conta bancária e não quem reúne o maior grupo de empresários apoiadores.

Tudo o que nós temos vivido nos últimos anos, os escândalos eleitorais, os escândalos de corrupção, tem muito vínculo direto com o envolvimento de pessoas jurídicas, de empresas no financiamento de partidos e de candidatos.

Eu queria, então, aqui, agradecer ao Senador Cristovam, por ter me permitido fazer esse comunicado, e dizer que hoje é um dia para celebrarmos.

A Presidenta Dilma agora tem a oportunidade de vetar as modificações que a Câmara fez no Projeto de Reforma Política do Senado, de nós agora termos como propósito...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... pôr fim às coligações proporcionais, fim à gastação nas eleições, contratação de cabos eleitorais, dos carros de som, desse abuso que é praticado nas eleições, que afronta o cidadão, o eleitor, o povo brasileiro.

E nós temos, então, um fortalecimento da atividade político-partidária, trazendo de volta o respeito da sociedade, e, quem sabe, fazendo uma pacificação dessa fase muito ruim que nós estamos ainda atravessando no nosso País.

Parabéns aos Ministros do Supremo.

Vamos agora, na próxima semana, provavelmente, derrotar a Proposta de Emenda à Constituição que a Câmara trouxe, constitucionalizado o financiamento para partidos, para que o Brasil possa se livrar dessa chaga que é o poder econômico nas eleições, na vida partidária, e começar uma fase nova de reconstrução da vida partidária, do aprendizado de fazer eleição sem dinheiro, mas com propostas.

Muito obrigado a todos. Eu faço este registro, porque é uma luta histórica. Tentam colocar como algo do PT. Não é do PT. O PT hoje está pagando caro por ter praticado o financiamento de campanha, exatamente como o PSDB fazia, e faz; exatamente como o PMDB e outras forças políticas fazem.

Temos que assumir isso. O erro do PT maior foi esse, mas, se queremos um Brasil melhor, se queremos uma atividade política limpa, nós vamos ter que tirar o poder econômico, e o Supremo fez isso hoje, nesta tarde, derrotando aqueles que defendiam o financiamento empresarial por 8 a 3.

Parabéns ao Supremo. Parabéns a todos que lutam por um processo de fortalecimento da democracia no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB - PI) – Agradeço as palavras e a comunicação feita por V. Ex^a.

Hoje os gaúchos, para alegria desta Casa, abrilhantaram com suas presenças aqui. Saíram, há poucos instantes, os alunos da Escola Leonardo da Vinci, lá, de Porto Alegre; e agora nós temos a felicidade de receber os estudantes de Direito da Universidade de Caxias do Sul, lá, do Rio Grande do Sul.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Estamos felizes com a visita dos senhores e das senhoras aqui presentes.

Concedo a palavra ao nosso estimado Senador Cristovam Buarque, do PDT aqui do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Senadora Rose, que hoje, a meu ver, tem o cargo mais importante da República, que é chegar a um Orçamento que permita ao Brasil sair desta crise.

Senador Lasier, que por coincidência aqui está agora e sobre quem quero falar, já que fez um discurso nesta tarde, que considero um dos discursos mais importantes e corajosos que tivemos nessas últimas semanas. Em que o senhor coloca, por exemplo, coisas que me pareceram da maior importância. Só para lembrar aqui quando o senhor coloca:

A economia agoniza enquanto a expectativa do PIB para 2016 registra o sexto recuo consecutivo. Pais de família perdem empregos, os preços nos supermercados seguem em escalada assustadora e a inflação está de volta.

Além disso, como o senhor colocou:

As propostas de ajuste são remendos que não atacam os problemas centrais da economia. Não vemos medidas permanentes ou reformas estruturais nos planos apresentados por Levy e Barbosa. As propostas dão ideia de que o Governo pretende apenas ganhar sobrevida ou tentar um suicídio político.

Ou seja, é um discurso forte, muito forte. E que conclui de uma maneira ainda mais forte, com um parágrafo que nem vou dizer que concordo, de tão forte que é, mas que merece ser lido para que o Brasil tome consciência. Quando o senhor diz:

A Presidente perdeu a capacidade de liderar, e, sob seu comando, o País se fragiliza a olhos vistos, diante de uma economia dilacerada. Saber sair de cena talvez seja a grande contribuição que ela possa dar hoje ao Brasil. Nenhum governante tem o direito de ver a Nação em agonia diante de seu ocaso político. Chegou a hora de o Brasil virar a página de sua história.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

São palavras do Senador Lasier, que quero aqui deixar registradas, porque servem de base para o que eu quero falar sobre a que assisti hoje, Senador Lasier, na reunião organizada pela Senadora Rose com os dois Ministros.

Se o senhor estiver com pressa, eu lhe passo de imediato. Se não, eu gostaria de avançar um pouco.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vou escutá-lo com toda a atenção.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas desde já agradeço a referência ao discurso de hoje, que foi muito bem refletido e é o sentimento que me parece não ser pessoal. Ele é de concordância de muita gente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O que me chamou a atenção e me fez trazer isto aqui, em primeiro lugar, foi a coragem de assumir posições como esta; em segundo, a articulação do seu discurso, não apenas tomando posição, mas analisando detalhes, custos, gastos e problemas.

Sr. Presidente, Senador Elmano, hoje eu estava preparado para fazer algumas perguntas ao Ministro, mas o tempo foi tão longo e eu tinha uns compromissos, que não foi possível. Mas eu queria começar fazendo três referências ao problema do Orçamento.

Primeiro, este é um Orçamento que tem algo inusitado que é negativo: o fato de ele ser isolado. É como se 2015 existisse saindo do nada e indo para nenhum lugar. Cada ano é parte de um passado e é parte de um futuro. O Orçamento tem que ser visto nesta circunstância histórica, do seu passado e para onde vai levar o País. O nosso documento esquece o passado e não olha para o futuro. Por exemplo, não faz a autocrítica de por que estamos vivendo uma situação como esta. O Brasil não tem razão para estar passando por esta dificuldade, a não ser erros – erros, imprevidências na maneira como a economia brasileira foi gerida nos últimos dois anos, sobretudo.

E quantos de nós aqui alertamos? Quantos falamos, escrevemos, publicamos, mostrando o risco que corria o Brasil diante das imprevidências que eram tomadas?

E aí veio o desajuste e agora vem esta do ajuste. Só que o que se está fazendo para corrigir as imprevidências é uma improvisação. Este Orçamento começa sendo improvisado, quando é mandado para cá com déficit de R\$30,5 bilhões! Isso é uma improvisação! Chegou a hora de mandar, e às 17 horas manda, no limite, em vez de fazer análises para mostrar, por exemplo, o que está mostrando agora.

O que mudou, em 15 dias, de um Orçamento com déficit para agora, adendos que são colocados equilibrando-o? O que mudou é a improvisação geral com que o primeiro foi enviado. Mas o segundo continua improvisado, Senador.

Há improvisações do tipo de uma rubrica de Subsídios à Agricultura, em que estava escrito R\$1,7 bilhão; agora vem com 0,6 bilhão. Ou seja, ganhou-se 1,1 bilhão. Mas o próprio Ministro hoje disse que essa redução do gasto previsto de 1,7 para 0,6 é porque nos anos anteriores se colocava 1,7, mas só se gastava 0,6.

Como não sabiam disso? Como colocaram quase 1 bilhão a mais no déficit por conta de não ter percebido que aquele dinheiro que eles estavam prevendo não seria gasto porque nunca foi no passado?

Essa é a sensação de improvisação que passa o documento.

Além disso, é extremamente preocupante a improvisação de contar com fatos que ninguém tem certeza de que vão acontecer. Orçamento é uma coisa para o futuro. Podem acontecer coisas que não se espera, como o terremoto de ontem à noite no Chile. Ele irá perturbar o orçamento chileno, vai retirar dinheiro de um lugar para outro. Isso era imprevisível.

Mas o Governo manda coisas que são improvisações na própria peça que eles enviam. Por exemplo, uma parte considerável dos recursos que eles estão prevendo sai do FGTS, que é o Fundo de Garantia do trabalhador. Não é do Governo, não é dos Senadores que vão votar. E se alguém entrar na Justiça e considerar que não há direito de se usar esse dinheiro com base apenas na decisão do Executivo e do Legislativo? Se alguém quiser envolver o Poder Judiciário na decisão de usar os recursos do FGTS, que pertencem a dezenas de milhões de trabalhadores que não foram consultados sobre isso? E se a Justiça decidir que não se podem usar os recursos, o que vai acontecer?

Isso é improvisação!

É improvisação colocar recursos do Sistema S, porque não se sabe bem se vai ser possível ou não retirar dinheiro do Sistema S para colocar na cobertura do déficit.

E contar com a vontade do Congresso? E se o Congresso amanhã disser que não está de acordo com isso? E é um direito do Congresso. Aliás, é uma obrigação analisar e dizer “sim” ou “não”. É errado já chegar aqui com um “não” ou já chegar aqui com um “sim”.

E como o Orçamento vem sabendo-se que depende da vontade do Congresso, que, como todos sabem, depende da vontade, do humor da opinião pública, do povo? E o Governo diz que não tem plano B. Ou seja, se o Congresso achar que não pode aprovar, por exemplo, a CPMF, porque a população não quer, o Governo não sabe o que fazer.

Isso é de uma preocupação imensa, porque é preocupação não apenas com a crise, mas com os condutores da crise, que dizem que não sabem o que fazer se o Congresso não aprovar.

O Governo reconhece que não sabe o que fazer se o Congresso não apoiar. Ou seja, está ou colocando uma faca na barriga do Congresso – “Vocês têm que aprovar” – ou reconhecendo que, no dia seguinte à recusa do Congresso, se isso ocorrer, eles vão pedir demissão? Eles vão sair? Entregar o poder? O Brasil vai acabar? É isso que faz com que o momento seja angustiante.

Quer ver outra improvisação, Senador? Há poucos meses o Governo abriu concurso público. Agora diz que uma maneira de economizar é não levar adiante o concurso público. Eu pergunto, Senador Elmano: improvisaram quando avisaram que iria haver concurso ou estão improvisando agora, quando acaba o concurso? Houve uma improvisação ou talvez duas improvisações, metade de um jeito e metade de outro.

Não é possível que o Governo não tenha pensado antes de abrir o concurso. Então precisava de concurso. E é lamentável que o Governo não esteja pensando, refletindo, nas consequências de agora não fazer os concursos que eles consideravam necessários para o sistema da máquina pública funcionar.

O nome disso é improvisação para consertar a imprevidência. E é trágico o País estar entre a imprevidência, que comete os erros, e a improvisação, para tentar corrigi-los. Agora, junte-se a isso o problema que, para mim, talvez seja mais grave: a falta de credibilidade que a gente vê hoje.

Quando a gente faz um orçamento, a principal qualidade é a credibilidade de quem vai executar. A segunda mais importante é a confiança técnica em quem fez.

Hoje eu não me sinto com confiança na técnica de quem fez, Senador Lasier, e, ainda menos, com confiança política na vontade de quem vai executar. E vou dizer o porquê das minhas duas desconfianças, ou da confiança e do descrédito, a confiança na técnica de quem fez e o descrédito na vontade política de quem vai fazer. A desconfiança na técnica é pelas idas e vindas. Quem tem o mínimo de conhecimento técnico firme não faz, desfaz e muda a cada dia. Tem princípios que regem as decisões. Não dá para você dizer, um dia, que dois mais dois são quatro e, no outro dia, dizer que dois mais dois são cinco. Só quem não sabe aritmética e, portanto, não merece confiança técnica, é que muda desse jeito e muda de todo jeito.

Quem garante – e alguém perguntou hoje de manhã – que o Ministro Levy continuará Ministro daqui a um mês. E aí vem o descrédito político. Quem é que vai executar? A gente não sabe direito, não sabe nem se a Presidente vai estar, não sabe se os Ministros vão estar, não sabe se o Governo não vai mudar; e lá se falou que vão mudar algumas das coisas que estão colocadas.

A CPMF vem por quatro anos ou vem por dois? Nos jornais estão as duas alternativas. É isso que gera uma desconfiança com a técnica, e aí vem o descrédito político, que é a minha pergunta. E depois de quatro anos, Senador Lasier, o que vão fazer com os velhinhos aposentados? Porque o Orçamento não traz nenhuma proposta estrutural, como, aliás, o senhor fala no seu discurso, Senador Lasier.

Tinha que vir acompanhado dos anos seguintes a 2016, dizendo o que vai fazer para a Previdência não precisar da CPMF. Tinha que vir dizendo. Mas não, não diz o que vai ser feito para fazer a CPMF desnecessária e diz que ela só vai durar quatro anos, e vaza na imprensa que são só dois talvez. E aí vem a desconfiança de quem é que vai executar.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quem é que vai executar o gasto desse dinheiro que a gente aprovaria aqui? É como se a gente desse um cheque. A gente dá um cheque para quem a gente confia, e hoje não há confiança plena. Quem garante que a CPMF vai acabar daqui a dois, quatro anos? Quem garante que ela vai ser usada para a Previdência? Quem garante que uma parte vai para os Estados? Quem garante que os Estados vão gastar corretamente, ou, como a gente tem visto aí, nos jornais, comprando veículos novos para Assembleias Legislativas? Ou dando subsídios para que magistrados possam pagar a escola privada dos filhos deles, em vez de cuidarem para que as escolas públicas dos pobres sejam tão boas que eles possam colocar seus filhos lá? Para onde vai o FGTS?

Eu, Senador Lasier, votei a favor da continuação da CPMF aqui. Votei. Fui contra acabar a CPMF porque foi um imposto criado pelo Dr. Jatene, visando à saúde, que ninguém consegue sonegar – imposto de renda, etc., isso o pessoal sonega, esse não sonega –, distribui de uma maneira equilibrada porque quem gasta mais paga mais, mas hoje eu tenho muitas dúvidas em votar outra vez pela CPMF. Veja bem, não pela concepção técnica, e está aí a diferença entre a desconfiança técnica e o descrédito político: eu tenho confiança técnica na concepção da CPMF, tecnicamente é correto; agora, eu tenho descrédito político em quem vai usar esse dinheiro, que vai ser tirado de nós.

Se fossem nos tirar para a gente enfrentar uma guerra, comprando armas para o Exército e sabendo que o dinheiro realmente ia para comprar as armas, para defender o País, eu votava, sim, na CPMF. Se fosse para colocar na educação e eu soubesse que esse dinheiro chegaria lá para o salário dos professores, exigindo deles dedicação, competência, preparo, eu votaria na CPMF. Agora, nessas condições, eu vou ter que pensar e refletir

muito. Mas, mais do que refletir, eu vou ter que sentir. Veja bem: o pensar, o refletir é para a confiança técnica, mas eu tenho que sentir do ponto de vista da confiança política; eu vou ter que sentir, eu vou ter que olhar, ou vou ter que esperar que aconteça o que o Senador Lasier propôs no último parágrafo do seu discurso de hoje.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Permite-me um aparte nesse particular, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só um minutinho, Senador.

Além disso, falta algo fundamental nessa peça, que é o que vai acontecer com o Brasil se isso for aprovado e se for executado. Suponhamos que seja aprovado e não precise de um plano B. Suponhamos que seja executado decentemente, competentemente. Eu pergunto: o que vai acontecer com o Produto Interno Bruto, vai cair quanto? Ou não vai cair? Até porque, se ele cair um pouquinho mais do que está previsto – lá eles previram cair a arrecadação, se eu não me engano, em 5 bilhões por conta de uma redução do PIB –, se o PIB cair um pouquinho mais ou se, em vez de 5 bilhões, for muito mais, aí mata tudo. O que vai acontecer com o Produto Interno Bruto? O que é que vai acontecer com o emprego com esse Orçamento? Não está dito. O que é que vai acontecer com o funcionamento da máquina do setor público? As escolas vão fechar cada uma delas ou não, já que não vai ter concurso?

Não está escrito o que vai acontecer com o País, salvo no livro de contabilidade, que vai ficar equilibrado. Não se pode votar um orçamento olhando só aquele ano restrito; tem que se olhar a continuidade do processo.

Por isso, saindo da imprevidência, que fui um dos que mais criticou aqui, caímos na improvisação, e estão querendo nos arrastar nisso. A imprevidência foi deles; para a improvisação, eles querem nos arrastar. O pior é que não se pode deixar de dizer que o problema é nosso também. O Governo que está aí criou o problema, mas o problema hoje é do Brasil. Não posso ir embora. Eu não vou embora do Brasil para poder dizer: que se virem. Eu tenho que dar a minha participação, mas tenho que saber quem é que vai conduzir este País. Quero dizer qual é a confiança que tenho na condução deste País. Hoje, para mim, o mais grave...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ...aí termino e passo a palavra para o Senador Lasier –, não é o caminho de que a Senadora Rose falava que é longo e árduo até a aprovação. Para mim, o mais grave é o muro, uma muralha, uma barreira que está no caminho para aprovar este Orçamento. E esse muro, essa barreira, essa muralha é o descrédito, no Governo brasileiro de hoje, da opinião pública e de uma parte imensa de nós que aqui estamos, inclusive da Base de apoio, uma imensa maioria. É nesse descrédito que esbarra hoje a grande dificuldade do Brasil.

Finalmente, não vou aqui, apesar de elogiar o conteúdo e a maneira, dizer que fecho já com a frase do Senador Lasier, corajosa ao dizer que a Presidente perdeu a capacidade de liderar e, sob o seu comando, o País se fragiliza a olhos vistos, mas quero dizer, Senador Lasier, que sua frase merece nossa reflexão e merece que tomemos posição com base no que o senhor trouxe hoje à tarde a esta Casa.

É isso, Sr. Presidente, que eu tinha que falar, mas quero ouvir a fala do Senador Lasier, que confesso que achava que não ia estar presente, achava que já estava a caminho de Porto Alegre. Por pura coincidência, vejo a sua presença aqui.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu estava acompanhando seu discurso, Senador Cristovam, lá do gabinete. Acompanhei na íntegra, bem como as várias intervenções do Senador Jorge Viana e de outros. Em primeiro lugar, agradeço a valorização do meu pronunciamento de hoje. V. Ex^a, Senador Cristovam, aumenta essa verdadeira floresta de interrogações que nos atordoa, perturba, questiona. V. Ex^a fez uma série de perguntas, eu também fiz uma série de perguntas, mas o ponto crucial é aquele que V. Ex^a centraliza na falta de crédito, na falta de credibilidade da autoridade do Governo. Esse é o grande problema. E quando pergunta ou quando afirma: eu não sei qual uso será dado ao dinheiro da CPMF, nós não temos confiança de que terá destinação correta, isso tudo é muito respaldado pela falta de cumprimento daquilo que competia à Presidente fazer, e não fez. Hoje eu desfiei dessa tribuna uma série de alternativas com relação à fusão ou extinção de Ministérios, perfeitamente possível, que iria denotar vontade de cortar gastos, bem como 100 mil funcionários que tem o País, funcionários que estão aí mais por companheirismo, mais por aparelhamento partidário do que necessidade. Aliás, essa é uma prática do partido que está no Governo. Aconteceu a mesma coisa no Rio Grande do Sul, contratação de um mundo de gente. E não precisava de tanta gente. Então, Senador Cristovam Buarque, os dias passam, as coisas se agravam, e nós não estamos vendo um horizonte. E V. Ex^a hoje, com a experiência que tem, com um vasto conhecimento como administrador público que já foi, como um homem estudioso, como reitor, como gestor público, acrescenta mais perguntas. E nós não temos certeza de como isso será respondido. Esse é o drama que nós estamos vivendo. Então, para concluir, nós temos uma missão muito grande nesta Casa. Eu sou um dos mais novos daqui, tenho aprendido muito, e precisamos ver os mais velhos nos orientando nesse particular. V. Ex^a tem uma missão especial, que é dos mais experimenta-

dos, porque nós precisamos oferecer soluções, ideias e cobrar soluções, como fizemos no dia em que visitamos a Presidente da República. E saímos de lá desiludidos de que houvesse imediatamente algumas alternativas...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... que tardam a acontecer. Então eu arremato para dizer que pelo menos temos um consolo: a tarde de hoje foi uma tarde histórica no Supremo Tribunal Federal, com os oito a três dos Ministros, que rejeitaram as doações de empresas privadas – das empresas, das pessoas jurídicas – para as campanhas eleitorais, o que tem sido uma luta em que V. Exª esteve engajado. Inclusive assinamos uma posição unânime do nosso partido, o PDT, com os seis Senadores propondo, encaminhando um projeto à Comissão de Reforma Política em que propúnhamos apenas as doações de pessoas físicas, porque na raiz da corrupção na política está essa força do poder econômico com as doações de empresas privadas. E hoje o Supremo Tribunal Federal, com a cultura jurídica que caracteriza aqueles Ministros, demonstrou que é inconstitucional, porque ali se gera uma profunda desigualdade entre os candidatos a cargos eletivos. Pelo menos hoje vamos dormir com a consciência mais satisfeita: uma votação importante foi decidida do Supremo Tribunal Federal. E mais uma vez os cumprimentos pelo seu pronunciamento tão profundo. Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu que agradeço, Senador, lembrando que o meu discurso começou citando o seu e, portanto, foi um pouco provocado por ele. Também cumprimento o Supremo Tribunal Federal, lembrando que alguns meses atrás eu fui ao Ministro Gilmar Mendes pedir e cobrar dele uma posição...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... já que ele estava segurando esse processo há tanto tempo, e aqui fazer um reconhecimento público: ele disse que entregaria no começo do segundo semestre e de fato cumpriu. Eu discordo da posição em que ele estava, mas ele cumpriu o que prometeu a mim e ao Senador Randolfe quando juntos fomos lá cobrar que ele devolvesse o processo que estava com ele há tanto tempo, com vistas. Foi uma grande vitória. Eu creio que isso agrega muito à democracia brasileira – vou falar no meu nome, mas aí sei que há muitos – e me dá mais tranquilidade de um dia ainda ser candidato no Brasil, porque eu duvidava muito de voltar a ser candidato se tivesse de pegar dinheiro de empresas, o que deixa todos nós sob suspeição.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Essa é uma declaração muito animadora, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Essa sua declaração é ótima e acho que vai repercutir: o Senador Cristovam se anima em colocar o seu nome à disposição para concorrer à Presidência da República daqui a três anos e pouco.

(Soa a campainha.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para nós, do PDT ...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... não poderia haver declaração mais feliz.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bem, fui lançado pelo senhor. Muito obrigado.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tenho lutado nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB-PI) – O Distrito Federal está de parabéns e o Brasil.

Coincidentemente, hoje, o primeiro orador a usar da palavra foi o Lasier Martins, do Rio Grande do Sul, do PDT, e o último foi o nosso querido e estimado Senador Cristovam Buarque, também do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco União e Força/PTB-PI) – Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaramos encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 24 minutos.)

Re' de rote
Sessão de 17/09



Publique-se

**SENADO FEDERAL
CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

ATA DA 2ª REUNIÃO DO CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 15H30, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DESTINADA À APRECIAÇÃO DAS INDICAÇÕES E ESCOLHA DOS AGRACIADOS DA 1ª PREMIAÇÃO.

Às quinze horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se os Senhores Senadores membros do Conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico, de acordo com a lista de presença anexa. Os trabalhos foram abertos pelo Presidente do Conselho, Senador Cristovam Buarque. Após discussão do Colegiado, foi decidido, por maioria dos membros presentes, não fazer a escolha dos agraciados nesta reunião considerando divergências sobre o critério da escolha dos agraciados. Ficou convocada reunião para definir os critérios para o dia 22 de setembro, terça-feira próxima, às quinze horas e trinta minutos, em local a ser definido. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 16:09; e eu Silvânia Alves de Azevedo, Silvânia Alves de Azevedo, Diretora da Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Presidente e membros do Conselho, conforme a lista de presença da reunião e as notas taquigráficas, que passam a fazer parte integrante desta Ata, encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal.

Miru A.

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**
Presidente do Conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico



SENADO FEDERAL

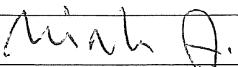
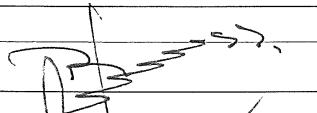
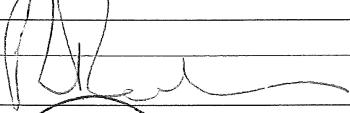
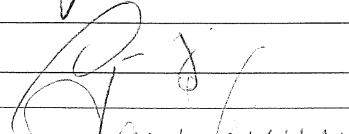
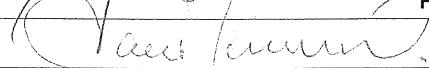
Conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico

Reunião: 2ª Reunião, Ordinária, do PJRM

Data: 16 de setembro de 2015 (quarta-feira), às 15h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO - PJRM

TITULARES	
	DEM
José Agripino	
Lasier Martins (PDT)	 PDT
Cristovam Buarque	 PMDB
Jader Barbalho	
Ana Amélia	
José Medeiros	
Blairo Maggi	 PRB
Marcelo Crivella	
Roberto Rocha	 PSC
Eduardo Amorim	 PSD
Omar Aziz	 PSDB
Tasso Jereissati	 PSOL
Randolfe Rodrigues	
Jorge Viana	
Fernando Collor	

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-6 / PP-6

Acir Gurgacz	PDT / RO
Ana Amélia	PP / RS
Angela Portela	PT / RR
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Cristovam Buarque	PDT / DF
Delcídio do Amaral	PT / MS
Donizeti Nogueira	PT / TO
Fátima Bezerra	PT / RN
Gladson Cameli	PP / AC
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Ivo Cassol	PP / RO
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Reguffe	PDT / DF
Telmário Mota	PDT / RR
Walter Pinheiro	PT / BA
Wilder Morais	PP / GO
Zeze Perrella	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger	PMDB / SC
Edison Lobão	PMDB / MA
Eunício Oliveira	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho	PMDB / RN
Hélio José	PSD / DF
Jader Barbalho	PMDB / PA
João Alberto Souza	PMDB / MA
José Maranhão	PMDB / PB
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Raimundo Lira	PMDB / PB
Renan Calheiros	PMDB / AL
Ricardo Ferraço	PMDB / ES
Roberto Requião	PMDB / PR
Romero Jucá	PMDB / RR
Rose de Freitas	PMDB / ES
Sandra Braga	PMDB / AM
Sérgio Petecão	PSD / AC
Simone Tebet	PMDB / MS
Valdir Raupp	PMDB / RO
Waldemir Moka	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PSDB / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB

Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves	DEM / SE
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
José Medeiros	PPS / MT
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	PSOL / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi	PR / MT
Douglas Cintra	PTB / PE
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTB / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

S/Partido - 1

Marta Suplicy	SP
---------------	-------	----

Bloco de Apoio ao Governo	25
Bloco da Maioria	21
Bloco Parlamentar da Oposição	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Parlamentar União e Força	9
S/Partido	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
 Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
 Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
 Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (Bloco-PSD-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (S/Partido-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
 Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
 Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
 Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
 Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Benedito de Lira (12,16,44) Walter Pinheiro (31,35,43) Telmário Mota (9,34,41,52) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,49) Walter Pinheiro (31,35,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38)</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (10,36)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,41,52)</p> <p>Líder do PP - 6</p> <p>Benedito de Lira (12,16,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (18)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (11)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>Ronaldo Caiado (3)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (13,26)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (14,15,27) Vanessa Grazziotin (21,28) Randolfe Rodrigues (24,29)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 7</p> <p>João Capiberibe (1,17)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (14,15,27)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,29)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,28)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (7,8)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (7,8)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (6)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (5)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,4)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (50) Paulo Rocha (32,49) Wellington Fagundes (51) Telmário Mota (9,34,41,52)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).

12. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),,
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

9) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾

Instalação: 05/08/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)		
Senador Lindbergh Farias (PT)		1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)		2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)		3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)		4. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		
Senador Otto Alencar (PSD)		1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)		2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)		3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)		
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)		1. Senador Dalírio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)		2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)		3. Senador Wilder Moraes (PP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)		
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)		1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)		
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Blairo Maggi (PR)		1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
		2. Senador Fernando Collor (PTB)
Sem Partido		
		1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Telmário Mtoa, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalírio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 3303 3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (PSB)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.gov.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com o cidadão

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Ricardo Vital de Almeida

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

13) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

RQS 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT) ⁽⁵⁾	5. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Morais (PP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.
Senador Blairo Maggi (PR)	2.

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

***. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).

3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).

4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.
Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) ^(1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) ⁽³⁾	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽²⁾
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁴⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado,leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

*****. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatadora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

6) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Morais (PP)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Roberto Requião (PMDB)	1. Senador Hélio José (PSD) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (PP)
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Morais (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edíson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO (8)
Senadora Ângela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (9)
Senador Dário Berger (PMDB) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (PP)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalírio Beber (PSDB) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾		
Senador Paulo Paim (PT)		1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)		2. Senadora Ana Amélia (PP) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾		3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)		4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)		5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾		6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		
Senador Dário Berger (PMDB)		1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)		2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)		3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾		4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾		5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)		1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾		2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾		3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾		4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)		
Senador João Capiberibe (PSB)		1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)		2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Magno Malta (PR)		1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)		2. Senador Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) ^(10,13)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (PP)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RJSF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalírio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (PP)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
1.	
2.	
3.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
1.	
2.	

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
	(/)

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 21/03/2012

4^a Designação: 11/03/2013

5^a Designação: 20/05/2014

6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

PP

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Lindbergh Farias - PT/RJ
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - PP/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evarir de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evarir de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristina - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 61 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO (17)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)

Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)

Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)

Deputado Sandro Alex (PPS/PR)

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

VAGO

SENADO FEDERAL

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Senador Jorge Viana (PT/AC)

Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Senador Blairo Maggi (PR/MT)

VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTES
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015

Notas:

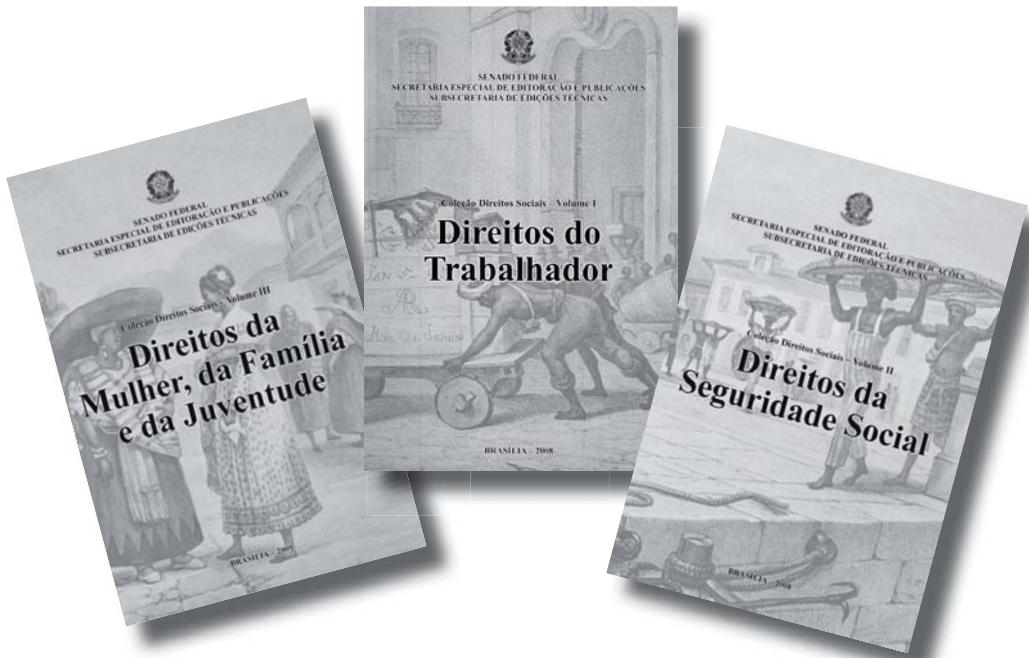
1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 282 páginas
(O.S. 13156/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

